



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**A CAMPANHA DO REFERENDO CONSTITUCIONAL VENEZUELANO DE
2007 E A FRONTEIRA DISCURSIVA ENTRE O “SÍ” E O “NO”**

ALEXANDRE NEVES SAPPER

PELOTAS
2009

ALEXANDRE NEVES SAPPER

**A CAMPANHA DO REFERENDO CONSTITUCIONAL VENEZUELANO DE
2007 E A FRONTEIRA DISCURSIVA ENTRE O “SÍ” E O “NO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR DANIEL DE MENDONÇA

PELOTAS

2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Doutor: Álvaro Augusto de Borba Barreto

Prof. (a) Doutor (a): Rosangela Marione Schulz

Prof. Doutor: Leo Peixoto Rodrigues

Prof. Doutor: Daniel de Mendonça

À minha querida noiva, Maria Clarissa Pereira, pelo estímulo, apoio e paciência a mim dispensados, sempre com muito amor e leveza que me foram caros durante a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela oportunidade;

Ao meu orientador, Daniel de Mendonça, pela virtuosa paciência e brilhantismo nas sugestões de todo gênero durante Mestrado ;

Aos professores do presente Mestrado pela excelência docente característica das Instituições Federais, em especial Álvaro Barreto, Daniel de Mendonça, Beatriz Loner, Maria Thereza Ribeiro e William Soto;

Aos colegas/companheiros do Mestrado, em especial Laíne, Lauro, Liana, Luciano, Nadja e Roberto;

Aos meus pais pelo carinho e a oportunidade desta jornada;

Aos meus irmãos pelo incentivo;

À Professora Cândida Beatriz Borges Zambrano, pela doçura e compreensão no apoio deste trabalho;

À família Soares Pereira, pela “adoção” e carinho a mim dispensados;

À querida colega Francine Vargas, pela paciência, apoio e humor costumeiros;

Aos funcionários da Livraria Vanguarda, pela celeridade e atenção nos pedidos realizados para a “alma” deste trabalho;

À querida Gilce, pela rapidez e incentivo para o presente trabalho;

À minha noiva amada, pelas constantes cessões ao computador, pelos seminários e artigos elaborados de última hora, que terminaram por acarretar ausências justificadas. Pelo amor e crédito dado a mim para a conclusão desta dissertação.

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.

Graciliano Ramos

RESUMO

O Presente trabalho teve como objetivo evidenciar, com o aporte da *teoria do discurso* de Laclau e Mouffe, o surgimento dos pólos antagônicos do último Referendo realizado na Venezuela, sendo a hipótese norteadora do presente trabalho a afirmação de que é possível colocar que o “Si” não foi, necessariamente, a favor de Chávez, na mesma medida que o “No” não foi formado contra o presidente da Venezuela, tornando plausível a despersonalização das manifestações dos pólos (sendo esta mais evidente na formação do “No”), manifestações estas voltadas para os significantes condicionados a cada formação antagônica (“Si” e “No”). A procedimentalização da pesquisa se deu com estudo teórico da bibliografia pertinente ao tema e posterior análise dos discursos do Referendo Constitucional ocorrido na Venezuela em 2007.

Palavras-chave: Teoria do discurso. Política. Venezuela. Referendo.

ABSTRACT

The present work aimed to identify, with the contribution of discourse theory of Laclau and Mouffe, the emergence of antagonistic poles of the last referendum held in Venezuela, with the guiding hypothesis of this study to claim that it is possible to put the "Si" was not necessarily in favor of Chavez, the same as the "No" was not made against the president of Venezuela, making plausible the personifying the manifestation of the poles (which is most evident in the formation of the "No"), demonstrations these focused on the significant conditional on each training antagonistic ("Si" and "No"). The procediment of this research occurred with the theoretical study of the literature relevant to the subject and subsequent analysis of the speeches constitutional referendum occurred in Venezuela in 2007.

Key-words: Discourse theory. Policy. Venezuela. Referendum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
PRIMEIRA PARTE.....	18
1 APRESENTAÇÃO DO APORTE TEÓRICO UTILIZADO NO PRESENTE TRABALHO.....	18
1.1 Introdução.....	18
1.2. Conceito e formação do discurso e discurso político.....	19
1.2.1 A concepção de discurso propriamente dita.....	19
1.2.2 As concepções de discurso político especificamente.....	22
1.3 A concepção e a importância da <i>articulação</i> na formação discursiva.....	25
1.4 A constituição do <i>corpus</i> do discurso político e suas condições de produção.....	27
1.5 A noção de hegemonia como sistematizadora de demandas	29
1.6 Um breve apanhado do caráter antagônico na formação discursiva: o paradoxo do opositor como criador.....	32
1.7 A concepção de Populismo em Laclau para uma compreensão da formação do povo.....	33
1.8 Considerações.....	36
2 O IDEÁRIO BOLIVARIANO COMO CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO DISCURSO DE HUGO CHÁVEZ: O APOIO DO MITO PARA CONSTRUÇÃO DO POLÍTICO.....	37
2.1 Introdução.....	37
2.2 Breve apontamento histórico do “mito” Simon Bolívar.....	39
2.3 A importância do ideário na criação do povo: a consagração do mito pela “fantasia popular” e a crítica de Marx com relação a Simón Bolívar.....	41

2.4 Histórico Chávez - Trajetória do ícone na política venezuelana e as condições de emergência do “discurso chavista”: As condições que propiciaram o surgimento e manutenção de Chávez como ícone político na Venezuela: o terreno estava montado.....	47
2.5 “As raízes do revolucionário”: a infância pobre e os heróis a serem copiados.....	51
2.6 “Quatro de fevereiro de 1992”: o ano da contradição ou o início de uma promessa?.....	54
2.7 O que é o socialismo do século xxi?.....	56
2.8 Considerações.....	59
 II - SEGUNDA PARTE	 61
 3 O PROJETO DE REFORMA CONSTITUCIONAL VENEZUELANO DE 2007	 61
3.1 Introdução.....	61
3.2 Poder constituinte originário e derivado: breves apontamentos e diferenças.....	62
3.2.1 Caracteres, espécie e limitação do Poder Constituinte Derivado.	64
3.2.2 Apontamentos acerca do Plebiscito e Referendo Constitucional: história, diferenças, momentos e importância.....	65
3.2.2.1 Plebiscito.....	65
3.2.2.2 Referendo.....	68
 4 A ANTE-SALA DO PROJETO DE REFORMA CONSTITUCIONAL VENEZUELANO DE 2007: OS SIGNIFICADOS DAS REFORMULAÇÕES PROPOSTAS.	 69
4.1 Introdução	69
4.2 As propostas no âmbito social e trabalhista e o significado das "comunas".....	71
4.2.1 As Comunas e sua importância no governo venezuelano.....	71
4.3 Quais foram as propostas de Reforma Constitucional nos âmbitos social e trabalhista?.....	73

4.4 O entrave do fator político: o que se modificaria na competência e nos limites do Presidente?.....	75
4.5 A questão econômica no Projeto de Reforma Constitucional Venezuelana de 2007.....	84
4.6 Considerações.....	87
5 O DISCURSO DO “SÍ” NO REFERENDO CONSTITUCIONAL VENEZUELANO DE 2007.....	89
5.1 O surgimento da demanda: quem foram os sujeitos?.....	89
5.2 As regularidades do “Si” na campanha do Referendo Constitucional: a identidade já estava moldada.....	90
5.3 A grande abstenção no dia 02 de dezembro de 2007 como “terceiro discurso” na campanha do Referendo.....	104
5.4 Hugo Chávez é o discurso do “Si”?.....	106
6 O DISCURSO DO “NO” NO REFERENDO CONSTITUCIONAL VENEZUELANO DE 2007: AS IDENTIDADES E SEUS PORQUÊS.....	108
6.1 Introdução.....	108
6.2 As identidades e seus porquês	109
6.3 O antagonismo toma sentido a partir do “Si”.....	117
6.4 Considerações	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

INTRODUÇÃO

O processo político venezuelano da última década é, mais uma vez, caso de surgimento de um ícone personalista (e populista) na América Latina. Isso é notoriamente observado sob o governo de Hugo Rafael Chávez Frias, onde são apresentadas intrincadas polêmicas, mesmo entre setores vinculados ao pensamento progressista. Mas, por outro lado, o respectivo governo é também visto como um presságio salvador do povo e do oprimido, sempre incorporado na figura do Presidente Chávez, que se apresenta para a gama da população que o apóia como o *cavaleiro da liberdade do século XXI* (QUIROS, 1974).

Para muitos, a Venezuela seria um paradigma de caos, intransigência e desordem administrativa a ser evitado a todo custo, talvez pelo temor dos termos “revolução” e “socialismo” constantemente evocados pelo presidente da “República Bolivariana”. A ofensiva oposicionista ao modelo “chavista” ora pinta o respectivo presidente como um militar golpista típico de nosso continente, ora tenta folclorizá-lo nas tintas de uma personalidade exótica.

É nessa órbita de batalha política e discursiva que surge o “mito” Hugo Chávez, dotado da típica “courage” que somente o populista identificado nas massas pode obter, sintetizando um clamor popular de inclusão e elaborando estratégias apaixonantes de proteção do “seu povo” contra o “imperialismo internacional”, principalmente o Norte Americano.

Desta maneira, o “povo”, identificado com o seu representante máximo, parecia apoiar as decisões e determinações de seu “comandante”, até o momento de serem anunciadas as ilimitadas re-eleições, os mandatos de seis anos e o deflagramento na limitação da liberdade de imprensa, mais especificamente a RCTV, principal ente oposicionista de Hugo Chávez, que teve a sua concessão negada em maio de 2007, culminando com o seu fechamento como rede de comunicação aberta.

A Venezuela viveu, ainda no ano de 2007, outro evento que denotaria as dimensões de sua aceitação política por parte de sua população, que foi o

Referendo Constitucional proposto pelo presidente Chávez para reforma de 33 dos 350 artigos da já reformada Constituição de 1999, sendo que neste mesmo ano e ato, o país caribenho teve o seu nome modificado para *República Bolivariana de la Venezuela*, e acrescentando mais 36 artigos, elevando a 69 o seu total modificado.

O referendo último da Constituição venezuelana, que teve 16 milhões de eleitores (somente 49% do total registrado), foi realizado no dia 02 de dezembro de 2007¹ e teve como sujeitos os postulantes antagônicos, divididos entre os defensores do “*Si*” e do “*No*”, respectivamente responsáveis por acatar, ou não, a respectiva Reforma Constitucional.

Os pólos antagônicos canalizados no “*Si*” e “*No*” carregam em si significantes e demandas peculiares que demonstram, em suas particularidades, a articulação de diversos elementos que se unem a partir de um ponto nodal².

Desta forma, no “*Si*” é notória a influência da “construção do povo” (LACLAU, 2006), no qual é trazido o clamor do excluído (DUSSEL, 1997) para uma possível aceitação na gama discursiva. A própria justificativa retórica da produção do petróleo venezuelano que “retorna para o povo” é, no que tange à teoria de Dussel acima mencionada, suficiente para uma justificativa plausível de aceitação popular, pois, entre 1976 e 1995, as exportações de petróleo renderam ao Estado venezuelano 270 bilhões de dólares, valor tido como correspondente a vinte planos Marshall³. Ocorre que os governos democráticos que se sucediam no país caribenho pouco executaram os recursos citados para melhoria de infra-estrutura ou para combater as evidentes desigualdades sociais. Em 2001, 70% dos venezuelanos viviam na pobreza, o desemprego atingia 21% da população ativa, e 48% se refugiavam no trabalho informal. Além disso, dois milhões de

¹ Retirado do link <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u35050530.shtml>> com a matéria intitulada “venezuelanos decidem neste domingo sobre reforma constitucional”.

² Como coloca Laclau, ensinando: *chamaremos articulação a toda prática que estabelece uma relação tal entre elementos, que a identidade deles se modifica como resultado desta prática* (LACLAU, 2006, p. 142-143). O respectivo conceito será melhor apresentado no capítulo teórico desta dissertação.

³ Retirado do link <<http://www.voltairenet.org/article141468.html>> com a matéria intitulada “Venezuela: Petróleo semeando emancipação e crescimento econômico”, no dia 13/12/09 às 08h:02min.

crianças estavam na miséria⁴. Condições estas que, agrupadas a uma latente falta de representação, acabam por proporcionar os meandros que fundam o surgimento do ícone popular, sendo este ícone representado pelo presidente venezuelano investido nos ideais “bolivarianos” de libertação, autonomia e identidade.

Já o “No” foi caracterizado pela multiplicidade de demandas, sendo que grande parte dessas não se posicionou propriamente contra o presidente Hugo Chávez, conforme os dizeres da professora Herrera, mas contra o referendo que tentou modificar a Constituição de 1999. A mesma professora (da Universidad Simon Bolívar) declarou⁵, também, que a oposição a Chávez não conseguiu montar um discurso suficientemente forte e coeso, estando muito dividida. São cerca de 10 líderes (oposicionistas) mais importantes⁶. Uns defenderam a abstenção, outros o voto “No”, demonstrando, além da óbvia multiplicidade de demandas, a falta de unidade.

O “No”, essencialmente, produziu uma representação de exigências e apontam para um *não-ser* em detrimento do “Si”, ou seja, constrói a sua identidade em oposição à identidade inicialmente constituída dos partidários do Referendo, caracterizando assim o antagonismo discursivo da teoria proposta por Laclau e Mouffe.

No que tange à problematização do respectivo trabalho, portanto, tem-se a seguinte questão central de pesquisa: quais foram os principais sentidos produzidos por cada um dos discursos antagônicos em relação ao referendo que versou sobre o Projeto de Reforma Constitucional ocorrido na Venezuela no segundo semestre de 2007? Também é fundamental analisar quais foram os grupos políticos que nortearam “Si” e o “No” com relação ao Referendo venezuelano e suas respectivas justificativas?

⁴ Dados citados conforme CARLOS, Newton. *O enigma venezuelano*. São Paulo: Revista Fórum, número 1 – Agosto de 2001 no site <http://revistaforum.com.br/Revista/1/newton.htm>.

⁵ Conforme o site <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/11/30/327384932.asp>>. Acesso em 13/12/08 às 09h12minmin.

⁶ “As marchas realizadas contra o referendo foram lideradas principalmente por grupos de estudantes contrários à maneira autocrática de Chávez governar - mas que não pregam sua deposição - e não pelos partidos de oposição tradicionais, fragmentados e desorientados, que optaram boicotar o plebiscito, pregando a abstenção dos eleitores e alienando-se assim do certame. Em 2005 esses mesmos partidos de oposição também defenderam a abstenção nas eleições legislativas. Em consequência nenhum deputado opositor elegeu-se para o Congresso, o que deixou a oposição a Chávez sem nenhuma representação parlamentar” (MAISONNAVE, Fabiano. Folha de S.Paulo, 02 de dezembro de 2007).

Nesse sentido, o presente trabalho intenta evidenciar, com o aporte da *teoria do discurso* de Laclau e Mouffe, o surgimento dos pólos antagônicos do último Referendo realizado na Venezuela. O “No” surgiu não somente como mera oposição à Chávez, mas sim, de forma contingente e precária criada a partir do discurso do “Si”. Assim, a existência do “No” (ou não-“Si”) foi somente proporcionada pelo surgimento do “Si”, gerando uma série de opositoristas que possuíam características diversas e nenhuma interligação *a priori*, sendo motivados pelo evento do referendo, terminando por somar as diversas demandas descontentes e gerando um termo em comum, representado pelo discurso do “No”.

As motivações anteriores à formação dos pólos antagônicos no Referendo são essenciais para delimitar a coalizão de sujeitos nos pressupostos defendidos por ambos os pólos. Desta forma, tem-se como hipótese norteadora do presente trabalho a afirmação de que é possível colocar que o “Si” não foi, necessariamente, a favor de Chávez, na mesma medida que o “No” não foi formado contra o presidente da Venezuela, tornando plausível a despersonificação das manifestações dos pólos (sendo esta mais evidente na formação do “No”), manifestações estas voltadas para os significantes condicionados a cada formação antagônica (“Si e “No”).

Quanto à estrutura da presente dissertação são apresentados, na primeira parte, os conteúdos essenciais para o desenvolvimento e ilustração dos objetivos a que este texto se propõe (que é o da confrontação dos discursos do “Si” e do “No”) no Referendo Constitucional ocorrido na Venezuela em 2007. Dentre esses conteúdos, principal atenção é dada à obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que aparece, como referencial teórico principal ao esclarecimento das questões propostas nos discursos do Referendo Venezuelano de 2007. Neste capítulo inicial são abordadas as questões principais da teoria do discurso, estabelecendo uma ligação entre cada conceito para uma melhor compreensão da proposta teórica utilizada no presente trabalho.

No capítulo seguinte são apresentadas as biografias de Simón Bolívar e Rafael Hugo Chávez Frías, sendo que na apresentação daquele o enfoque é dado principalmente sobre o aspecto “mítico” de “herói nacional” na Venezuela, apontando algumas peculiaridades teóricas acerca da construção

do “fator mito” e as críticas que Karl Marx fez em verbete específico sobre Bolívar. Já na elaboração do capítulo sobre Hugo Chávez foi dado enfoque mais descritivo com relação à trajetória biográfica, apontando os principais dados que nortearam o Presidente venezuelano na sua trajetória até o Palácio Miraflores, bem como as influências ideológicas que o “menino” Chávez teve na sua infância, ou seja, são apresentados os “personagens” importantes que direcionaram a sua vida para o exército, militância e tentativa de golpe e Presidência, resumidamente, atentando para a situação que se encontrava na Venezuela, propiciando o surgimento de um referencial popular no país caribenho.

Importante salientar que a parte inicial do segundo capítulo que diz respeito à Simón Bolívar foi elaborada pela constante fundamentação que Chávez dá em seus pronunciamentos a este personagem histórico venezuelano, principalmente quando dizem respeito às questões de “libertação, independência do opressor, liberdade e integração com os povos da América”.

No terceiro capítulo são apresentadas as linhas gerais do “Socialismo do Século XXI” apresentado pelo Presidente Chávez, discutindo sobre os principais temas que norteiam o seu significado, salientando para uma confusão entre “Socialismo do Século XXI” e a “Revolução Bolivariana” no que tange a uma diferenciação ou significado específico. Conceitualmente, ambos os significados são confusos, pois se mesclam indiscriminadamente nos pronunciamentos de Hugo Chávez e de seus simpatizantes, tornando imprecisa uma delimitação conceitual entre o “Socialismo do Século XXI” e a “Revolução Bolivariana”.

A segunda parte do presente trabalho tem como estrutura os capítulos do Referendo Constitucional propriamente dito e os capítulos dos discursos do “*Si*” e “*No*”, respectivamente.

O capítulo quarto é o primeiro da segunda parte desta dissertação e versa, inicialmente, sobre as concepções de plebiscito e de referendo, abordando um breve apanhado de sua formação histórica, diferenciando as respectivas concepções quanto ao momento de aplicabilidade. São também apresentadas as peculiaridades sobre a concepção de Referendo, diferenciando-o da noção de plebiscito. No momento posterior,

especificamente no capítulo quinto, são abordadas as questões objetivas da Proposta de Reforma Constitucional Venezuelana na íntegra (sendo esta comentada em cada artigo proposto, comparando a proposta com o artigo vigente), sendo estas questões apresentadas em três subitens específicos, que são: social e trabalhista, executiva e econômica.

Neste capítulo, são também apontados os artigos mais conflitantes que atingiram grande repercussão na mídia em detrimento de outros dispositivos que foram negligenciados na sua análise. Exemplo disto se dá no artigo que autorizaria as sucessivas reeleições em detrimento da escusa dos meios de comunicação em mencionar o artigo que tentou reduzir a carga horária dos trabalhadores venezuelanos, bem como modificaria e ampliaria os beneficiários da previdência venezuelana, como seria o caso dos trabalhadores autônomos.

Nos capítulos sexto e sétimo são trabalhados os discursos do “*Sí*” e do “*No*”, respectivamente. No capítulo do “*Sí*” são apontados os sujeitos que formaram este discurso, quais sejam: funcionários públicos, professores, estudantes, movimentos camponeses, sindicatos e representantes ligados ao Governo Venezuelano. Depois de demonstrados os discursos que apoiaram o Referendo Venezuelano de 2007, foram analisadas as regularidades que formaram estes discursos, ou seja, os sentidos dispersos que constituíram uma identidade em comum naquele momento específico na Venezuela.

Ainda no capítulo do “*Sí*” é demonstrada a vinculação de Chávez a este discurso especificamente, em virtude da grande abstenção que pode ser observada no pleito do Referendo de 2007 na Venezuela. Sendo a justificativa plausível pelo fato de o Governo de Chávez passar por um momento desfavorável gerado pela falta de alimentos nos postos de distribuição, combinado com os preços abusivos praticados nos pontos comerciais, bem como a questão do encerramento da concessão da transmissão da RCTV como canal aberto (o que pode ter prejudicado Chávez justamente na camada que ele possuía maior apoio, visto que a programação da RCTV é extremamente popular), fato que pode resultar na afirmação de que “Chávez perdeu para ele mesmo” no Referendo Constitucional de 2007.

O discurso do “*No*” é trabalhado no sétimo e último capítulo da presente dissertação por possuir a elucidação da concepção de *antagonismo*

proposta por Laclau e Mouffe, que é justamente o eixo central deste trabalho. Neste capítulo final, como ocorreu com o capítulo anterior, são demonstrados os sujeitos que formaram o discurso (professores, estudantes, igreja, dissidentes de Chávez, investidores e comerciantes) do “No” e suas regularidades que formaram sentido comum, justamente a partir do discurso do “Si”, refletindo diretamente o conceito elencado no parágrafo anterior. São apresentadas as justificativas para os sujeitos que compuseram o discurso do “No”, retomando a importância da teoria do discurso proposta na “Escola de Essex” para uma melhor compreensão do fenômeno social e, especificamente, o Referendo Constitucional Venezuelano de 2007.

O procedimento utilizado para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado se deu em três fases, sendo a primeira de desenvolvimento do aporte teórico necessário para o desenvolvimento da pesquisa. Na segunda fase, foram trabalhadas as diferenças entre plebiscito e referendo, bem como a posterior análise do Projeto de Reforma Constitucional de 2007 proposto por Chávez. E por fim, os capítulos finais mencionados anteriormente que contiveram os discursos do “Si”, que apoiou o Referendo, e do “No”, que formou a oposição a este, salientando a importância dos últimos capítulos no que tange à análise do discurso proposta para o respectivo trabalho.

O material utilizado para operacionalizar a pesquisa foi dividido em dois eixos, que disseram respeito à questão teórica e a análise de discurso. Para os primeiros foram utilizadas, quase que em sua totalidade, as obras de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, bem como alguns de seus comentadores importantes em âmbito nacional (Daniel de Mendonça, Léo Peixoto Rodrigues e Joanildo Burity) e estrangeiro (Slavoj Zizek).

Para a coleta dos discursos relacionados ao “Si” e o “No” foram utilizadas compilações, principalmente, dos sites que apoiaram a campanha do “Si” (*Aló Presidente*, *Rádio Nacional de Venezuela*, *PDVSA* e *Aporrea.org*) e do “No” (*La Nación*, *Diário Vea*, e *Correo Del Caroni*) O marco temporal das respectivas coletas oscilou entre agosto e dezembro de 2007, visto a importância que alguns dados da aprovação do Projeto de Reforma Constitucional (anterior a campanha do Referendo Constitucional) demonstraram para o desenvolvimento do presente trabalho.

PRIMEIRA PARTE

1 APRESENTAÇÃO DAS CONCEPÇÕES E TEORIAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

1.1 Introdução

O presente capítulo tem como objetivo elucidar os pressupostos teóricos que serão adotados nesta dissertação de mestrado, cujo tema central é analisar o antagonismo dos discursos do “Si” e do “No” evidenciados no Referendo realizado na Venezuela em 2007, que versou sobre a Reforma Constitucional proposta pelo Presidente Rafael Hugo Chávez Frias. Para tanto, é pertinente ressaltar o contexto político venezuelano que propiciou não somente o Referendo, mas também as demandas que formaram os dois pólos antagônicos anteriormente elencados, explicitando que os contrários à Reforma Constitucional (representados pelo “No”) não foram, necessariamente, contra o Presidente venezuelano, mas, sobretudo, contra as propostas contidas na referida Reforma e a favor dos auspícios que um regime democrático propõe⁷.

Já os pró-Referendo, representados pelo “Si”, carregam em seu discurso uma gama fundada em questões históricas e míticas, principalmente proporcionadas pelo *ideário bolivariano*⁸, sempre presente nos discursos de Chávez.

Assim, para a formalização dos objetivos do capítulo teórico, a presente exposição dos conceitos dos autores-chave, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, será de fundamental importância para elucidação e

⁷ A expressão *Regime democrático* na presente dissertação se dá segundo o modelo proposto por Robert Dahl, no qual são compostos seis quesitos fundamentais para sua existência, que são: “1- Funcionários eleitos; 2- Eleições livres, justas e freqüentes; 3- Liberdade de expressão; 4- Fontes de informação diversificadas; 5- Autonomia para as associações e; 6- Cidadania inclusiva” (DAHL, 2001, p. 99).

⁸ Apresentado em capítulo específico nesta dissertação.

aproximação da hipótese descrita nesta dissertação, sendo o respectivo capítulo voltado para a questão da teoria do discurso e de sua categoria central, a da “articulação discursiva”, sendo esta composta pelas concepções de elemento, momento, discurso e prática articulatória, desdobrando-se ainda em outros elementos centrais para esta perspectiva teórica, tais como antagonismo, hegemonia e populismo.

1.2 Conceito e formação do discurso e discurso político

1.2.1 A concepção de discurso propriamente dita

A concepção de “discurso” costumeiramente é compreendida no campo midiático, como o que não possui preocupação ou rigor teórico, como o “discurso falado”⁹, “proferido”¹⁰ por alguma personalidade política, ou não. Ou até como frases prontas elaboradas por algum indivíduo para expressar algo usando exclusivamente a linguagem falada. Ocorre que, segundo Helena Nagamine Brandão,

No reconhecimento da dualidade da linguagem constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas e sociais, provoca um deslocamento nos estudos lingüísticos até então balizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala que impôs uma lingüística da língua (BRANDÃO, 2007, p. 11).

⁹ O verbete sobre *discurso* é assim apresentado no “Dicionário de Sociologia” de Allan Johnson: “Discurso é conversa escrita e falada e o pensamento que lhe serve de base” (1996, p. 74), demonstrando que mesmo o respectivo autor negligenciou um significado mais aprofundado acerca do significado de *discurso*.

¹⁰ Patrick Charaudeau ensina sobre o tema que “o discurso não pode ser assimilado a uma manifestação verbal da linguagem. Esta, mesmo se é dominante no conjunto das manifestações lingüísticas, corresponde a um certo código semiológico, quer dizer a um conjunto estruturado de signos formais, da mesma forma que, por exemplo, o código gestual (linguagem do gesto) ou o código icônico (linguagem da imagem). O discurso está aquém (ou além) dos códigos de manifestação lingüística... (mas) nós não queremos dizer que haveria um discurso anterior à existência da manifestação lingüística, e independente dela... O que nós queremos pois é que não nos limitamos a aceitar o termo unicamente no caso de manifestação verbal, pois seria o conjunto do ato de linguagem que seria reduzido a esta manifestação apenas” (CHARAUDEAU, 2006, p. 18).

Com a citação acima apontada pode-se prosseguir com o estudo do conceito de *discurso*, dizendo que os estudiosos e pesquisadores aprofundaram as análises acerca do tema, passando a buscar uma compreensão do fenômeno que é implicado na linguagem, sendo esta não mais centrada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro e fechado em si mesmo, “*mas num situado fora desse pólo da dicotomia saussuriana*”¹¹. *E essa instância da linguagem é o discurso*” (BRANDÃO, 2007, p. 12). Segundo Haroche, citado por Brandão,

[...] a linguagem possibilitará operar a ligação necessária entre o nível propriamente lingüístico e o extralingüístico a partir do momento em que se sentiu que o liame que liga as significações de um texto às condições sócio-históricas deste texto não é de forma alguma secundário, mas constitutivo das próprias significações (HAROCHE, 1971, p. 98 *apud* BRANDÃO, 2007, p. 15).

Neste sentido, seguindo a linha teórica apontada, é correta a afirmação de que o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos pode ser chamado, portanto, de discurso.

A linguagem, enquanto discurso, conforme os argumentos apresentados sobre o tema, não constitui um campo/universo de significados que “serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social” (BRANDÃO, 2007, p. 16).

Michel Foucault trouxe para o estudo do *discurso* o termo “dispersão”, que é justamente como ele concebia o discurso, significando a formação de uma unidade de elementos inseridos em uma dispersão. No princípio da sua obra *A ordem do discurso*, Foucault introduz de maneira metafórica o que ele entendeu por *discurso*, dizendo que:

¹¹ A dicotomia básica de Saussure se dá entre língua/fala e, juntamente com o par sincronia / diacronia, constitui uma das mais fecundas. Fundamentada na oposição social / individual, revelou-se com o tempo extremamente profícua. O que é fato da língua (*langue*) está no campo social; o que é ato da fala ou discurso (*parole*) situa-se na esfera do individual. Repousando sua dicotomia na Sociologia, ciência nascente e já de grande prestígio então, Saussure afirma e adverte ao mesmo tempo: “A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”. Vale lembrar que, para Saussure, a linguagem é a faculdade natural de usar uma língua, “ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional”. Do exame exaustivo do Curso, depreendemos três concepções para língua: acervo lingüístico, instituição social e realidade sistemática e funcional. (CARVALHO, 2003).

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível (FOUCAULT, 2008, p. 05-06).

Com a citação acima, apesar de abstrata, tem-se o que o próprio autor chamou de dispersão. Para Foucault, o discurso é importante, porque a maneira como se fala e pensa sobre o mundo modela o modo como as pessoas passam a se comportar e, como resultado, ajudam a criar (2008). E é justamente através do discurso que se constrói o que se experimenta como realidade, logo após, *“se aprende a falar e pensar sobre a realidade de uma maneira particular, não podendo deixar de desvincular a capacidade de nela pensar em um incontável número de outras maneiras”* (JOHNSON, 1996, p. 78).

Segundo Brandão, sobre o autor francês, *“cabe à análise do discurso descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos”* (BRANDÃO, 2007, p. 32). Essas regras apresentadas pela autora sobre Foucault foram chamadas pelo próprio autor de “regras de formação”. Mas o que significam de fato “regras de formação” para Foucault? As “regras de formação” possibilitam, para o autor, *“a determinação dos elementos que compõem o discurso”* (FOUCAULT, 2008, p. 19), a saber,

Os objetos que aparecem coexistem e se transformam num espaço comum discursivo; os diferentes tipos de enunciação que podem permear o discurso; os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum; os temas e teorias, isto é, o sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias. (BRANDÃO, 2007, p. 36).

A seguir serão abordadas as questões que tratam do discurso político.

1.2.2 As concepções de discurso político especificamente

A conceituação e apresentação do discurso político no presente capítulo intenta demonstrar e elucidar as seguintes questões propostas por Patrick Charaudeau, quais sejam:

O que se entende por discurso político, em qualquer âmbito? Trata-se dos discursos produzidos no campo da política? Da política enquanto discurso? Mas, então, a política seria apenas discurso? E a ação política seria secundária em relação ao discurso ou constituiria, ao contrário, a base política na qual o discurso seria implantado? As respostas não são evidentes e jamais podem emergir dissociadas de um ponto de vista particular (ou fato particular, como é pelo texto evidenciado) (2006, p.15).

Ainda sobre a problemática do discurso político e sua multidisciplinariedade, afirma Denise Martins Bittencourt

O discurso político é um dos discursos mais complexos existentes na sociedade. A sua especialidade, ou seja, o que o distingue dos demais discursos existentes na sociedade, como o religioso e o científico, por exemplo, está justamente no seu caráter de luta, e de constante construção de novos sujeitos (BITTENCOURT, 2005, p. 27).

Ainda sobre a concepção de discurso político, Charaudeau coloca acerca da análise do discurso que:

Antes, porém, é necessário interrogar-se sobre a natureza e o funcionamento do que chamaremos, por ora, de palavra política, na medida em que ela se inscreve em uma prática social, que circula em certo espaço público e tem qualquer coisa que ver com as relações de poder que aí se instauram. (CHARAUDEAU, 2005, p. 27).

Na concepção de discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a qual diz respeito ao aporte bibliográfico principal para o presente trabalho, Bittencourt ainda afirma:

O discurso para Laclau e Mouffe vem a ser o resultado de práticas articulatórias, as quais constituem e organizam as relações sociais. Para Laclau, fundamentalmente, o espaço social deve ser

considerado como um espaço discursivo. Por discursivo entende ele não somente a palavra e a escrita, mas toda a ligação das palavras, as ações que lhe são fixadas, formando, assim, totalidades significativas (BITTENCOURT, 2005, p. 28).

Assim, “a preocupação com o fenômeno discursivo, mais especificamente com os fenômenos das práticas sociais, as quais, para eles, somente podem ser entendidas enquanto produção social de sentido” (PINTO, *apud* BITTENCOURT, 2005 p. 28). O discurso, então, é relacionado ao significado dado em um determinado momento histórico de um *locus* específico.

No entendimento de Joanildo Burity sobre a concepção de discurso, apoiado nos dizeres de Laclau e Mouffe, pode-se auferir o seguinte:

O termo discurso é utilizado por Laclau e Mouffe, numa primeira aproximação, para destacar "o fato de que toda configuração social é significativa". Ou seja, que o sentido dos eventos sociais não está dado em sua pura ocorrência, em sua positividade, ou ainda que o sentido dos objetos do mundo físico não lhes é inerente. Um objeto esférico chutado numa rua e num campo de futebol corresponde ao mesmo acontecimento físico, mas não possui o mesmo sentido nos dois casos. O objeto só é uma bola de futebol no contexto de um sistema de regras e relações com outros objetos. Da mesma maneira, um diamante no fundo de uma mina e numa joalheria é o mesmo objeto, mas ele só é mercadoria no contexto de um determinado sistema de relações sociais. Uma reunião de pessoas num estádio pode ser uma assembléia sindical, uma concentração evangelística, uma torcida de futebol ou um comício partidário. Obviamente, ninguém em sã consciência seria capaz de confundir o evento em si com seu sentido. Mas o que importa é que o sentido é contingente à direção daquele evento num sistema de relações. A este sistema Laclau e Mouffe chamam de discurso (BURITY, 2008, p. 04).

Conforme a citação acima explicitada, fica possível mencionar que certos elementos, dispersos num primeiro momento, tomam identidade a partir de uma *regularidade* em um determinado momento específico (histórico), formando uma identidade surgida a partir de diversas dispersões, como pode ser notado, por exemplo, em uma comunidade que vive sob uma onda de frio intenso, onde os preços de cobertores e lenhas são abusivos e o corte clandestino de árvores se torna necessário para a sobrevivência, bem como os hábitos e horários para retornar à moradia são medidos sobre a mesma temperatura limite. Pode-se notar, sobre essa comunidade hipotética, que não existe uma ligação *a priori* entre os residentes da respectiva

comunidade, mas todos possuem uma ação comum relacionada a um evento específico, que é o frio intenso. Acerca do mesmo tema, segue elucidando Burity:

Fica claro ainda que tal concepção de discurso antecede à distinção entre lingüístico e extralingüístico, sendo mesmo sua condição de possibilidade. Se, na construção de um muro, o pedreiro pede ao seu assistente um tijolo e o recebe, o primeiro ato é lingüístico e o segundo extralingüístico, mas ambos fazem parte de uma mesma operação e não teriam sentido isoladamente, isto é, fora da referência à construção do muro. Se, numa manifestação pública de protesto uma liderança política ergue o braço, de punho cerrado, grita uma palavra de ordem e a multidão se põe a quebrar vitrines, veículos e enfrentar a polícia, o gesto do líder e as ações da massa são extralingüísticos, e a palavra de ordem gritada é lingüística. O sentido delas, no entanto, está dado pela relação que estabelecem entre si (a situação de protesto), bem como com outros aspectos da situação (p.ex., a presença inibitória/desafiadora da polícia e sua associação a idéias de intrusão, obstáculo, ou representação de poderes ilegítimos). Ambas as dimensões, palavras e ações, fazem parte de uma configuração mais ampla que lhes dá sentido e estabelece as relações entre elas - um jogo de linguagem no sentido wittgensteiniano, um discurso (BURITY, 2008, p. 08).

Há também na formação dos sentidos em um discurso a questão fenomenológica¹² acerca de seu surgimento, sendo estabelecida por Husserl a diferença entre psicologia e fenômeno, dizendo que aquela é a ciência de dados de fato; e esta os acontecimentos reais que, juntamente com os sujeitos a que pertencem, inserem-se no mundo espaço temporal (ABBAGNANO, 2003), ou seja, tomam sentido a partir de um determinado evento, transcendendo-os.

Na formação discursiva não são encontradas, necessariamente, coerências lógicas de exatidão de significado, mas sim, regularidades em dispersões. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe colocam o seguinte sobre o tema:

¹² A fenomenologia se insere, neste sentido, por estudar as formas gerais ou essenciais da constituição transcendental, isto é, da constituição e confirmação do sentido de quaisquer entidades e valores; e o faz tratando de suscitar a intuição originária do ser e do valor, ou seja, retrocedendo a certas vivências, como condições de possibilidade de todo sentido a partir de uma essência. Ou seja, um determinado conceito pode ser construído a partir de uma transformação em um determinado momento. Para fins de ilustração, pode-se usar o exemplo da concepção de liberdade *latu senso*, na qual é aplicada uma determinada conotação dependendo do local e situação estudadas por um determinado autor(a). Ou seja, a liberdade para os cétricos é dada como um único significado. Enquanto na verdade, ela é mutável e constantemente construída por teóricos dos mais diversos campos. O fenômeno ocorre justamente na mutação a partir de um ponto tido como essencial, criando um ente a parte, sem desvinculá-lo com a sua matriz. (ABBAGNANO, 2003, p. 438).

Uma formação discursiva não se unifica nem em uma coerência lógica de seus elementos, nem em um momento *a priori* de um sujeito transcendental, tampouco em um sujeito que é fonte de sentido – como em Husserl- muito menos em uma unidade de determinada experiência. O tipo de coerência que atribuímos a uma formação discursiva é fechado – com as diferenças que especificaremos logo – o que caracteriza o conceito de “formação discursiva” elaborado por Foucault: a regularidade na dispersão (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 143).

A concepção proposta pelos autores acima citados acerca da *formação discursiva* está envolta por outros elementos cruciais para sua fundamentação, que foram assim denominadas por Laclau e Mouffe: *articulação, elemento e momento*.

1.3 A concepção e a importância da *articulação* na formação discursiva

O discurso, como foi colocado anteriormente, possui um caráter plural de fundamentação (noção de *sobredeterminação*), sendo a sua formação corroborada por uma série de fatores, como defendem Laclau e Mouffe, afirmando que “a totalidade estruturada resultante da prática articulatória nós chamaremos discurso” (idem). Nestes termos, pode ser explicitada a concepção acima mencionada proposta por Joanildo Burity, que diz

O que se ganha com a introdução da categoria “discurso”, especialmente no que se refere às noções de sistematicidade, relações e diferenças que constituem o horizonte de sentido das identidades que ali se encontram, poderia se perder inteiramente se a crítica do essencialismo da totalidade resultasse numa mera pulverização dos elementos antes supostamente integrados por um princípio imanente e externo a eles. Se a lógica diferencial e relacional da totalidade discursiva (resultante de práticas articulatórias, hegemônicas) fosse ilimitada, só haveria novamente relações de necessidade - seja na direção de um novo sistema fechado (estruturalismo), seja da proliferação incontrolada e irreduzível de diferenças (certas leituras de Foucault ou do pós-modernismo). Este equívoco só pode ser desfeito levando-se em consideração o exterior constituído por outros discursos que limita e ameaça a integridade de um dado discurso, e sem o qual, mais radicalmente, a identidade deste inexistente (BURITY, p. 11).

Ou seja, um discurso é determinado por sua prática articulatória, sendo esta anterior à formulação e identificação de um discurso específico. O

surgimento das articulações pode parecer aleatório e involuntário, se for determinado o estudo isolado de cada articulação. Mas o agrupamento e plurais articulações em um momento específico passam a tomar sentido sob uma justificativa determinada: a existência de um “exterior constitutivo” de um discurso antagônico, portanto. No que tange à especificidade do conceito de *articulação* nos autores supra mencionados, colabora Daniel de Mendonça:

Articulação é uma prática que se estabelece entre elementos que, num primeiro momento, não estão articulados entre si. Assim, a prática articulatória agrega esses elementos transformando-os em momentos. Portanto, um elemento quando ingressa na articulação, e em relação a esta, deixa seu *status* de elemento e assume a condição de momento diferencial. A articulação entre esses momentos diferenciais resulta necessariamente na modificação de suas características, ou melhor, numa alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao ingresso na prática articulatória. O resultado da prática articulatória é o discurso (MENDONÇA, 2006, p. 82).

Na concepção de articulação, estão imbricados os denominados *elemento* e *momento*, sendo sua elucidação proposta por Laclau e Mouffe da seguinte maneira: “chamaremos momento às posições diferenciais, que aparecem articuladas no interior de um discurso. Chamaremos, ao contrário, elemento a toda diferença que não se articula discursivamente” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 143).

A prática articulatória está comprometida com os conceitos acima elencados. Para explicar o respectivo envolvimento conceitual, segue ainda Mendonça:

A conseqüência fundamental da prática articulatória é a possibilidade de, a partir desta, especificar separadamente a identidade de cada elemento/momento discursivamente articulado. A compreensão desse ponto é a decisiva para o entendimento da riqueza e da complexidade da categoria da articulação. Afirmar que se pode discernir elementos/momentos numa articulação é supor primeiramente que a prática articulatória não é um complexo dado e necessário. Esta não é também a simples soma de elementos que, articulados entre si, tornam-se momentos. Se admitir que a prática articulatória é um complexo dado e necessário e o resultado de uma simples soma dos seus elementos/momentos constituintes, ela simplesmente torna-se impossível, uma vez que se está retirando desta a sua característica de constantemente construir novos sentidos (MENDONÇA, 2006, p. 82).

Céli Pinto também redige sobre o tema, afirmando:

Ao definir o discurso como uma totalidade estruturada pela prática articulatória, Laclau está assumindo a precariedade da totalidade, sua provisoriidade, mas ao mesmo tempo, indicando que a prática articulatória segue sempre o caminho de “construir uma tentativa de dominar o campo da discursividade”. Os resultados desta trajetória não são possíveis de serem previstos a priori, nem no sentido de alcançar a totalidade, nem um momento de grande fragmentação. (PINTO, 1999, p.62).

Assim, pode-se auferir, com relação às citações acima, que a prática articulatória não é um instrumento de chegada à realidade, mas é a própria prática de constituição das relações sociais nas relações políticas. Laclau ainda aponta que a matéria-prima da prática articulatória são os *elementos* que são transformados em *momentos*, ou seja, diferenças que não estavam articuladas entre si e que, a partir de um determinado momento, envolvem-se num processo articulatório, tendo em vista um ponto nodal e um corte antagônico em comum a tais diferenças. Celi Pinto adverte o seguinte sobre esta categoria:

Contudo, é importante que seja percebido o fato de que a distinção entre estas duas categorias não tem limites claros, pois, por um lado, há sempre elementos, por outro, cada momento nunca é completamente um momento, pois isto acarretaria o fim da possibilidade da prática articulatória (PINTO, 1999).

A afirmação acima expõe um fator importante - e determinante - para a teoria discursiva de Laclau e Mouffe: o fato de ser o discurso contingente e precário.

1.4 A constituição do *corpus* do discurso político e suas condições de produção

Na tradição da análise do discurso, “discurso” é geralmente definido a partir de um enunciado emitido sob condições sociais e materiais de produções definidas. Dessa maneira, essa última opção adquire uma considerável importância: primeiramente, é uma noção que aparece nas definições que estabelecem o discurso como um objeto; porém, também funciona com um princípio de divisão em um campo empírico, no sentido de

que permite separar o discurso como um objeto concreto de outros objetos empíricos, tais como a proposição, a frase, os atos de fala, o enunciado ou o texto. Finalmente, proporciona o valor de um princípio operacional, visto que guiam metodologicamente as primeiras operações que precisam ser efetuadas no tratamento de um conjunto de informações discursivas, as operações de coletar e organizar as informações que devem ser conhecidas. A partir da totalidade dos enunciados de uma época, um falante ou um grupo social que constitui um universo do discurso, extrai-se um conjunto de enunciados limitados no tempo (a necessidade da homogeneidade sincrônica) e no espaço (a necessidade da homogeneidade em uma situação de comunicação) (DUBOIS, 1969).

A noção de condições de produção recobre, assim, as operações efetivas na extração de um *corpus* discursivo fora de um “universo de discurso”, garante a representatividade do *corpus* extraído como uma função dos objetivos da investigação e de uma estrutura particular ao *corpus*. Assim, é colocada a definição do *corpus* discursivo como “um conjunto de sequências discursivas estruturadas, de acordo com um plano definido em referência a um (sic) certo estado de condições de produção de discurso” (COURTINE, 2006 p. 66,).

Dessa maneira, a operação de extração de um *corpus* de discurso político (que é um tipo de discurso: discurso político; seja o discurso que nasce a partir de uma fonte particular no interior do campo do discurso político: seja o discurso produzido por um falante que pertence àquela formação política, seja o discurso que nasce de uma em um momento histórico definido, por exemplo, o discurso produzido pela formação naquela conjuntura), ao impor uma série sucessiva de coerções sobre os materiais que os tornam homogêneos.

A definição das condições de produção do discurso age, portanto, em relação às sequências discursivas que compõem o *corpus*, funcionando como um filtro que torna o *corpus* exaustivo e homogêneo¹³.

¹³ O *Corpus discursivo* aqui mencionado diz respeito aos discursos defensores do “si” e do “no” durante o referendo venezuelano de 2007.

1.5 A noção de hegemonia como sistematizadora de demandas

O termo, segundo o dicionário de Sociologia de Johnson (1996), “hegemonia” se refere a uma forma particular de dominação na qual um grupo torna legítima sua posição e obtém aceitação, quando não apoio irrestrito, dos que se encontram abaixo. Até certo ponto, toda dominação baseia-se em coerção e no potencial de uso da força. Este tipo de poder, no entanto, é relativamente instável. Ainda, segundo Johnson,

Para que a dominação seja estável, o grupo político governante precisa criar e manter estilos de ampla aceitação de pensar sobre o mundo que definam sua dominação como razoável, justa e no melhor interesse da sociedade como um todo, o que faticamente resulta numa impossibilidade. (JOHNSON, 1996, p. 103).

O respectivo termo, então, refere-se tanto aos mecanismos e bases sociais da dominação quanto ao fato da própria dominação. Como conceito, focaliza atenção em como dominação e subordinação são definidas como parte da estrutura normal da sociedade e incluídas no arcabouço institucional dos principais aspectos da vida social, desde a família à educação e à religião organizada.

Laclau e Mouffe apontam em sua obra intitulada *Hegemonia e Estratégia Socialista: para uma radicalização da democracia*¹⁴ a sua concepção de Hegemonia, colocando que:

O conceito de hegemonia não surgiu para definir um novo tipo de relação em sua identidade específica, mas sim para fechar um hiato que havia sido aberto na cadeia da necessidade histórica. Hegemonia fará alusão a uma totalidade ausente e às diversas tentativas de recomposição e rearticulação que, superando esta ausência originária, permitiram dar um sentido para as lutas e dotar as forças históricas de uma positividade plena (LACLAU e MOUFFE, 2005, p. 31).

A questão-chave na obra dos autores citados acima é a de que a total positividade não está dada anteriormente ao processo de hegemonia. Não é algo a ser revelado ou descoberto, mas uma construção. A total positividade, portanto, é sempre um vir a ser tentativo em construção (PINTO, 1999).

¹⁴ As traduções foram feitas livremente pelo autor na presente dissertação.

A produção do caráter hegemônico, proposto por Laclau, não diz respeito simplesmente a uma totalidade fechada e caracterizada no *uno*, mas sim de uma compilação de demandas articuladas, a partir de insatisfações não resolvidas e de múltiplas necessidades. Em tal contexto, seguem corroborando os respectivos autores:

Construir o conceito de hegemonia não supõe, somente, um mero esforço especulativo no interior de um contexto coerente, mas sim um movimento estratégico mais complexo, que requer negociação entre superfícies discursivas mutuamente contraditórias (2005, p. 129).

Mendonça colabora com a elucidação do conceito de Hegemonia do autor acima citado, especialmente no que se refere ao discurso, explicitando o seguinte:

Um discurso hegemônico é essencialmente um discurso sistematizador, aglutinador. É, enfim, um discurso de unidade: unidade de diferenças. A noção de hegemonia, para além de somente caracterizar relações de ordem, pode também servir como uma peça fundamental para análises políticas de períodos aos quais as próprias noções de ordem política, de ordem institucional, ou até mesmo de ordem democrática, não estão claramente dadas, ou devidamente hegemônicas, pelos sujeitos políticos em disputa. Utilizar, nestes casos, a noção de hegemonia como ferramenta de análise, sugere uma importante inversão. Assim, não se utiliza tal noção para descrever ou enquadrar um determinado momento político hegemônico. Pelo contrário: a análise pode ser realizada para demonstrar quão ausente é a ordem do momento em questão: o quanto os sujeitos políticos desrespeitam os fracos liames institucionais de determinados regimes políticos desacreditados por eles (MENDONÇA, 2006, p.76).

A citação acima expõe o caráter que torna e funda um discurso hegemônico, ou seja, a *sistematização* e *aglutinação* dizem respeito a uma ordem discursiva formada por uma soma de posições identitárias antes desarticuladas em relação a um discurso específico, que produzem sentido em um determinado momento histórico. No objeto específico da presente dissertação, o “momento histórico” se dá sobre o Referendo da Reforma Constitucional na Venezuela, ocorrido em dezembro de 2007, sendo os discursos específicos evidenciados pelo “*Si*” e “*No*”, os quais carregaram consigo em suas formações determinadas demandas que eram fundadas e

anseios desconexos *a priori*, mas que tomaram sentido e identidade no momento da “aglutinação”.

Sobre o assunto, segue explicitando Mendonça que:

A hegemonia é uma relação em que uma determinada identidade, num determinado contexto histórico, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplos elementos. A idéia de hegemonia existe justamente em contraposição à de falta constitutiva presente na teoria de Laclau. A noção de falta constitutiva induz a idéia de que todas as identidades se constituem sempre de forma incompleta, seja em função da sua própria articulação incompleta de sentidos, seja a partir de sua relação com outras identidades, seja, ainda, por sua própria negação a partir de seu corte antagônico. No sentido de Laclau, portanto, toda identidade vive numa constante busca a completude, sendo tal busca, contudo, sempre ineficaz (MENDONÇA, 2006, p. 76).

Burity também colabora com a concepção de Hegemonia em Laclau e Moufe afirmando o seguinte:

[...] o espaço da hegemonia abre caminho para toda uma nova lógica do social, a despeito de sua teorização e implementação terem se originado no interior de um paradigma racionalista fechado. A incompatibilidade com a distinção de planos (econômico/político, vanguarda/massas, etc.) cujo hiato a "hegemonia" foi chamada a preencher, exigirá um outro movimento estratégico baseado na "negociação entre superfícies discursivas mutuamente contraditórias" (93). Hegemonia supõe um campo teórico-político delimitado pela categoria de articulação e, por conseguinte, pela possibilidade de se distinguir/identificar os diferentes elementos que entram na composição de uma formação hegemônica.

A categoria de hegemonia, conforme as explicitações anteriores, se apresenta para preencher um vazio deixado pelo que deveria ter sido um desenvolvimento histórico normal, isto é, onde haveria perfeita correspondência entre as tarefas imputáveis a um determinado estágio de desenvolvimento e sua realização pelas forças sociais a elas correspondentes (BURITY, 2001). Hegemonia supõe, também, um campo teórico-político delimitado pela categoria de articulação e, por conseguinte, pela possibilidade de se distinguir/identificar os diferentes elementos que entram na composição de uma formação hegemônica (BURITY, 2001).

1.6 Um breve apanhado do caráter antagônico na formação discursiva: o paradoxo do opositor como criador

A noção de *antagonismo* proposta por Laclau e Mouffe está diretamente ligada com os limites de uma constituição discursiva, pois como explica Mendonça:

Em linhas gerais, o antagonismo representa a impossibilidade da constituição de um sentido objetivo, ou positivo, de uma formação discursiva. Sabe-se, a partir dos pressupostos da teoria do discurso, que a produção de sentidos por um sistema discursivo é sempre precária, contingente e limitada pelo seu corte antagônico. Justifica-se o seu caráter precário, pois os sentidos constituídos por um determinado sistema discursivo estão sempre tendentes a serem alterados na relação com os demais discursos dispostos no campo da discursividade, que é o espaço no quais os discursos disputam sentidos hegemônicos (MENDONÇA, 2006 p. 70).

Na afirmação acima mencionada, pode-se auferir, com relação ao discurso político, que a formação discursiva está em constante “ebulição” e, também, que o seu caráter antagônico é essencial para sua caracterização, pois termina por gerar uma representação na sua oposição, ou seja, gera um “terceiro indivíduo” dentro de sua própria formação.

No caso específico do governo Chávez, mais precisamente no referendo do “*Si*” ou “*No*”, objeto do presente trabalho, para aprovação de suas polêmicas propostas de emendas constitucionais, pode-se notar um exemplo típico de antagonismo, no qual o “*No*”, que basicamente formaria um abatimento nos seguimentos governamentais de Hugo Chávez, se mostrou crucial para o que foi colocado aqui com um “terceiro indivíduo”, gerado pelas demandas antagônicas.

A questão da contingência¹⁵ entre as duas regularidades dos discursos do “*Si*” e do “*No*” é determinante na formação do sentido.

¹⁵ “Deve-se a Aristóteles a definição clássica da contingência ontológica, como o não necessário nem impossível. Com a exclusão do necessário e do impossível, afirma-se a possibilidade de não ser ou de não existir, e ao mesmo tempo, de ser. A partir disso, conforme santo Agostinho, tem-se a seguinte definição: contingente é o que pode ser e não ser. O necessário, por sua vez, não pode não ser. Ou seja, o contingente se contrapõe ao necessário. O que existe é contingente, se igualmente puder não existir, aquilo que por sua natureza não está determinado a existir, assim como, ao contrário, o ser necessário o está. Sempre há algo necessário nas coisas, mas se trata de uma necessidade por outro, que se dá pelo nexos das causas. A realidade necessária o é tanto quanto sua causa a faz ser, de modo que todos os entes atualmente existentes devem sua necessidade a algum outro

Aristóteles já afirmava a impossibilidade do caráter infinito das coisas necessárias, cuja necessidade é causada por outras.

1.7 A concepção de Populismo¹⁶ em Laclau para uma compreensão da formação do povo

A concepção de populismo de Laclau está diretamente associada às formações articulatórias de determinadas demandas sociais, a partir das quais se constitui a unidade de demandas e, consigo, o surgimento de uma lógica determinada (LACLAU, 2005). No que diz respeito às articulações das demandas determinadas acima expostas, pode-se auferir, segundo Laclau, que o populismo é o resultado de várias demandas insatisfeitas que formam um sentido a partir desta insatisfação.

O populismo de Laclau é uma lógica política, sendo entendido como um sistema de regras que articulam um ambiente dentro dos quais alguns objetos são representados enquanto que outros são excluídos, gerando um

ente. Não se pode encontrar, em Aristóteles, o ser contingente absoluto, tampouco uma necessidade absoluta, mas sim, entes relativamente necessários. Nesta necessidade relativa pode-se distinguir sentido duplo de necessidade que são o *necessário para*, ou a fim de que o ente seja possível; e o *necessário por*, que seja necessário por outro [...]” (DICIONÁRIO DE PENSAMENTO CONTEMPORANEO, 2000, p. 147-148).

¹⁶ “Para mim, populismo não é um termo pejorativo, como o é para muitos cientistas sociais. Vejo o populismo como um tipo de discurso que trata de dicotomizar o espaço social entre os “de cima” e os “de baixo”. Esse discurso poderia ir numa direção de direita e numa direção de esquerda. Isso não quer dizer que algo é bom por ser populista. Pode ir em direções completamente diferentes. No entanto, contemplo uma situação na qual a multiplicação dos pontos de ruptura e antagonismo não pode ser reduzida a uma unidade, como era aquela de classe no sentido da esquerda tradicional. No momento atual da articulação política, uma dimensão populista será uma característica central de qualquer nova esquerda. Há muitos líderes populistas na América Latina hoje. Há Chávez, Cristina Kirchner e Ollanta Humala, o líder peruano que perdeu as últimas eleições. No caso do Brasil, o problema é mais complexo. Porque o Brasil, tradicionalmente, teve uma extrema regionalização da política. Vamos comparar Vargas e Perón. Este último era líder de um movimento unificado, porque ao redor das três grandes cidades (Rosário, Córdoba e Buenos Aires), há toda uma classe operária e industrial no centro dessa política. Enquanto isso, no Brasil, o que temos é um regionalismo real. Então, Vargas precisou ser bom articulador para diferentes classes. De um ponto de vista populista, isso era muito mais complexo. Lula tem mantido um equilíbrio. Eu sou menos crítico a Lula do que alguns. Penso que Lula conseguiu alguns feitos importantes. Na reunião de Mar Del Plata, o projeto da Alca não se implementou, em boa medida, porque o Brasil se opôs. Lula está fazendo um papel de ponte entre vários projetos latino-americanos. Eu, pessoalmente, tenho simpatia pela sua política. Lula pode ser apontado como populista até certo ponto. Ele tem que dirigir um sistema político no qual sempre haverá um certo equilíbrio entre o populismo e o institucionalismo”. Entrevista concedida à revista eletrônica da Unisinos sobre o conceito de populismo. Disponível no link http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=915. Acesso em 03/12/08 às 15h:35min.

processo de significações que somente podem ser compreendidos dentro de um contexto determinado em um momento histórico. A importância da lógica política reside no momento da criação do social, não de forma arbitrária, mas a partir da articulação das demandas sociais, sendo que essa articulação pressupõe a constituição de um sujeito político (VALERIO, 2006).

Acerca da lógica política e articulação, Sebastián Barros corrobora afirmando o que segue:

O que temos neste caso, quando se trata de articular reivindicações de demandas insatisfeitas, é que estas demandas começaram a reagregar-se sobre uma lógica equivalencial. Ou seja, as diferentes demandas serão equivalentes em relação àquilo que as nega: a institucionalidade que não cria lugar ou não responde aos anseios da demanda insatisfeita. A categoria que aparece neste momento do argumento é a categoria de sujeito popular, que é um sujeito cuja subjetividade resultará da agregação equivalencial de uma pluralidade de demandas democráticas (BARROS, 2005, p. 66-67).

As cadeias equivalenciais são fundamentais para formação do populismo, pois à medida que avançam e se unificam simbolicamente, terminam por gerar um “nós” diferente dos “outros” (VALERIO, 2006, p. 105). Ou seja, criam uma identidade em comum (nós) a partir de demandas que pareciam estar dispersas (outros) num determinado momento e sob uma determinada reclamação.

O populismo pressupõe uma comunidade maior do que a gerada na escala local em um primeiro momento, pelos quais se expandem as cadeias equivalenciais, a partir das primeiras demandas que são marginalizadas e isoladas até a inclusão de novas demandas, todas elas diferentes, mas equivalentes enquanto sua condição marginal. Assim, se todos os setores de uma determinada comunidade política tivessem completas suas demandas, não haveria protesto social nem formação de movimentos populares que lutassem pelo cumprimento insatisfeito de suas reivindicações (DUSSEL, 2007).

Porém, as equivalências podem tentar aproximar os seus anseios, mas jamais “domesticá-los” a um anseio individual (VALERIO, 2006). Nestes termos, dentro de cada cadeia equivalencial, cada demanda mantém sua natureza, na medida em que se assemelham em sua insatisfação. Isso gera uma tensão no interior das redes de equivalência, já que *diferença e*

equivalência são incompatíveis entre si, à medida que estão imbricadas para a construção do social (LACLAU, 2005, p.106-107).

É a partir deste momento que entram em evidência os *significantes vazios* (LACLAU, 2005), ou seja, quando uma equivalência serve para estabelecer um povo a partir de distintas identidades que se articulam a partir das insatisfações de suas demandas, sendo que estas demandas se diferenciam de outras demandas cujos anseios são atendidos. Assim, a totalização necessita de um elemento diferencial que a assuma e represente.

Os direitos humanos são um claro exemplo de significantes vazios, na medida em que aqueles abarcam uma série de demandas e anseios, que não são, em sua totalidade satisfeitos, criando um elemento aglutinador que assume as diversas demandas não supridas, como, por exemplo, a questão da igualdade, democracia¹⁷, liberdade, dignidade, etc., lembrando, inclusive, que os direitos humanos compreendem uma série de gamas do próprio direito que reivindicam as questões acima expostas.

A totalização populista necessita destes significantes privilegiados, os pontos nodais, que estruturam o conjunto da formação discursiva. Assim, pode-se afirmar que os significantes vazios são incapazes de determinar o tipo de demanda que entra na cadeia equivalencial, fato que dá a estas cadeias uma amplitude cada vez maior. Enquanto que um discurso institucionalista é o que tenta fazer coincidir os limites do discurso com os da comunidade, *no populismo, ocorre o contrário, pois uma fronteira invisível de exclusão divide a sociedade em dois campos, o povo é menos que a totalidade dos membros que integram a comunidade* (VALERIO, 2006, p.106), porque é uma parcialidade que aspira ser concebida com única totalidade legítima.

Na presente dissertação está demonstrado que o momento para o surgimento do populismo na Venezuela estava dado, como será demonstrado no capítulo específico a seguir sobre o Presidente Hugo Chávez, no qual serão apontadas as condições ilustradas pelo referencial teórico para o surgimento deste fenômeno político. Uma condição primordial que desencadeou o populismo venezuelano foi a apatia da população

¹⁷ O referido termo, por si só, já se configura como um significante vazio, pois compreende vários anseios insatisfeitos em um significado em comum.

venezuelana com os seus 40 anos de democracia consolidada, demonstrando claramente que o fato de um determinado regime ser estável não pressupõe o não-surgimento de uma “tomada” ou atitude populista.

1.8 Considerações

No capítulo acima, que teve como objetivo demonstrar os principais núcleos teóricos da presente dissertação, pode-se notar a importância que a formação contingente de discursos possui para os autores apresentados.

O caráter contingente do discurso tem função vital nos conceitos aqui propostos, principalmente na concepção de *antagonismo*, que é a concepção central abordada no discurso do Referendo Constitucional de 2007, ocorrido na Venezuela, no qual são abordados especificamente a formação do “*Si*” e do “*No*”. Anterior à formação antagônica do discurso, há as denominadas *articulações*, sendo estas compostas por *elementos* e *momentos* que, como foi apresentado, são cruciais para a formação de uma identidade discursiva, negando o caráter simplesmente aleatório na formação de um discurso.

A concepção de *populismo* demonstrada será de fundamental valia para a apresentação do capítulo a seguir, no qual é colocado o surgimento de Chávez como ícone político na América Latina, bem como o seu “inspirador” Simon Bolívar. Esta concepção demonstra claramente o momento anterior a Chávez na Venezuela, apontando claramente que o momento *hegemônico* para o surgimento de um representante no país caribenho estava dado, como será descrito a seguir.

2 O IDEÁRIO BOLIVARIANO COMO CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO DISCURSO DE HUGO CHÁVEZ: O APOIO DO MITO PARA CONSTRUÇÃO DO POLÍTICO

2.1 Introdução

Os objetos e discursos construídos pelo presidente venezuelano Hugo Chávez Frias intentam, desde sua posse em 1999, apresentar uma série de objetivos e programas para a (re)construção e unificação popular venezuelana. A intitulação dada pelo jornalista Gilberto Maringoni, em seu livro, relata enfaticamente esta questão, sendo a respectiva obra nomeada *A Venezuela que se inventa*¹⁸, deixando claro, a partir da visão do jornalista, a incerteza e o fato de que a Venezuela – por ter um tipo *sui generis* de modelo democrático (MARINGONI, 2004) — é uma incógnita política com relação aos seus projetos futuros, levando os cientistas políticos a relacionarem Chávez e seu governo de “ditador” ou “revolucionário” (no sentido de “libertador”).

Na ausência de pressupostos para uma governabilidade estável, visto que o país caribenho vinha costumeiramente sendo governado por oligarcas comprometidos com fatores externos aos interesses da própria Venezuela, o que ocasionava uma notável apatia popular com relação aos seus representantes e uma “carência” na identificação do presidente – o que sem dúvida levou a uma tentativa de golpe de Estado (apesar do fato de ter a Venezuela democracia estabelecida desde 1958, após a queda da ditadura imposta por Pérez Jiménez desde 1953¹⁹), liderada pelo próprio Chávez em

¹⁸ A obra citada foi fruto de quatro viagens feitas pelo autor à Venezuela entre 2002 e 2003, abrangendo cerca de três dezenas de entrevistas realizadas com membros do governo, oposição, de dirigentes de entidades empresariais e sindicais, intelectuais e lideranças populares. Cabe ressaltar que o jornalista autor da obra relacionada esteve na Venezuela durante a tentativa de golpe ocorrida em 11 de abril de 2002 e acompanhou a retomada do Poder pelo Presidente Chávez, salientando algumas peculiaridades, sendo a sucessiva menção à Simon Bolívar a mais pertinente para o desenvolvimento da presente dissertação.

¹⁹ De acordo com a CIA (Central Intelligence Agency).

1992, contra a ordem vigente à época sob o argumento de uma “falsa democracia” estabelecida na Venezuela e uma série de denúncias envolvendo corrupção, tentativa que se mostrou frustrada, como será debatido a seguir, mas que deu início ao “fenômeno Chávez”.

Assim, uma das mais lúcidas ações de Hugo Chávez — no agir discursivo para propaganda de governo — foi trazer à tona um mito ao qual a população pudesse se identificar e iniciar um processo de identidade, cultura e autoestima popular nunca vista antes na Venezuela. E dentre tantos citados pelo presidente, os exemplos mais enfáticos são: Mao Tse Tung, Fidel Castro (esse notório) e Pablo Neruda. Mas nenhum outro é tão citado, apontado e cultuado como Simon Bolívar, sendo este positivamente lembrado por, além de ser Venezuelano²⁰, intentar um projeto de integração e desprendimento com as amarras espanholas da época.

Dentro do contexto de (re) estruturação da identidade popular venezuelana, Hugo Chávez passou a proporcionar uma mistura ideológica para a Venezuela, que se chama *bolivarianismo*, que se apresenta como o principal ideário do presidente para a construção do mito venezuelano que viveu nos séculos XVIII e XIX. Dentro do “coquetel” ideológico proposto por Chávez está a “libertação” da Venezuela frente às potências imperialistas (ou “a” potência imperialista, leia-se, Estados Unidos) e o plano de investimento e estrutura — resultantes dos lucros obtidos com o petróleo — voltado para o povo.

Nessa medida, torna clara a afirmativa da criação proposital do povo mediante radical projeto vinculado às massas, no sentido da nova teoria populista proposta por Ernesto Laclau (2005), vista no capítulo anterior. Assim, o presente capítulo foi elaborado com o escopo de colocar a justificativa da “criação do povo” e a criação do ideário para garantir e dar sustentabilidade ao referencial “mítico” que é dado pelo presidente da Venezuela, assim como a(s) ideologia(s) utilizada(s) por Hugo Chávez em contraposição às contribuições clássicas dos autores pertinentes. Também

²⁰ A denominação era *Gran Colômbia*, ou *República da Colômbia*, para distinguir da região que ainda hoje é chamada de Colômbia que também estava inserida na época, sendo aquela instituída em 1821 no Congresso de Cúcuta. O Território que compreendia a *Gran Colômbia* era o mesmo que hoje ocupam os territórios da Venezuela, Colômbia Equador, Panamá e alguns territórios que hoje pertencem ao Brasil, Costa Rica, Nicarágua e Peru, conforme a *Encyclopedia Britannica*.

serão apresentadas algumas posições sobre Bolívar, que não são exemplo da criação proposta por Chávez acerca do “mito” bolivariano. É o caso da posição bruscamente defendida por Karl Marx acerca de Simón Bolívar, em verbete encomendado ao filósofo alemão no século XIX, no qual o autor “mostra uma face de Bolívar que Chávez omite em seu discurso”²¹, atribuindo a Bolívar adjetivos como *despótico, autoritário e ridículo*.

Após a apresentação de algumas peculiaridades de Simon Bolívar neste capítulo, será apresentada uma breve biografia de Hugo Chávez, principalmente para as questões que influenciaram a sua criação como político venezuelano.

Para um maior delineamento do objetivo desta dissertação, foram apontados, acerca da biografia de Chávez, os fatos que estão diretamente relacionados com as direções de seus discursos, como, por exemplo a sua infância pobre e a sua grande aceitação depois da tentativa de golpe ocorrida em 1992.

2.2 Breve apontamento histórico do “mito” Simon Bolívar

A análise do que o historiador venezuelano Gérman Carreras Damas nomeou categoricamente de “*culto a Bolívar*” (CARRERAS DAMAS, 1969, p. 291) prossegue com uma síntese de sua construção “mítica” proposta por Chávez e por diversos historiadores.

Simon Bolívar é a principal personalidade venezuelana e estrategista capital na luta contra o domínio espanhol no continente latino-americano. Nascido em Caracas, em 1783, filho de grandes proprietários de terras e órfão de pai aos dois anos de idade e de mãe aos nove, o jovem Bolívar teve uma vida de grande aprendizado, pois, antes de completar 20 anos, realizou duas longas viagens à Europa, percorrendo Espanha, França e Itália, onde teve contato com o mundo intelectual e político de sua época. Assim, teve a oportunidade de assistir à coroação de Napoleão²², conhecer Alexander Von

²¹ Pelo menos até 1935 (data que foi encontrado o verbete).

²² Personalidade que Bolívar admirou pela persistência, estratégia, inteligência e motivação, chegando a ser comparado com outras personalidades que também regeram os destinos do mundo em determinado recorte histórico, como Alexandre, Julio Cesar e Carlos Magno. Porém, Bolívar deixou claro em sua biografia, redigida e comentada diversas vezes por inúmeros autores, a sua repulsa pela prática imperialista praticada por Napoleão. Pois,

Humboldt e discutir as ideias de Rousseau e Voltaire com seus compatriotas no seu retorno.

Após retornar à sua terra natal, em 1807, Simon Bolívar passa a analisar o seu país sob outra perspectiva. Alain Rouquié afirmou que “Bolívar, apesar de pertencer à aristocracia dos plantadores da capitania geral da Venezuela, fez muito pela igualdade dos índios e pela liberdade dos negros” (ROUQUIÉ, 1992, p. 87).

Refinado, culto e viajado, o jovem oriundo da aristocracia passa a conduzir a independência da Venezuela, sendo eleito presidente do país aos 37 anos de idade. Liderou a guerra da libertação, que resultou na fundação de outros quatro países, quais sejam: Nova Granada (Colômbia), Peru, e Bolívia, território esse quatro vezes maior que as 13 colônias inglesas daquela época.

Com influência notória pelos ares franceses revolucionários, Bolívar não se demonstrava somente como anticolonialista extremado, mas também como revolucionário de largo fôlego. Republicano e abolicionista, mostrou o porquê de Luis Vasquez Quiros²³ intitulá-lo o “caballero andante de la libertad²⁴”, sendo o responsável pela iniciativa de extinção da escravidão na Venezuela, em 1816. Foi um intelectual notório de seu tempo, deixando inúmeros trabalhos que se constituem em artigos, cartas e discursos, além de ter fundado jornais e manifestado - quase que pioneiramente - preocupações com a preservação da natureza.

Foi um intelectual pragmático e, como lembra Carrera Damas, “deve ser interpretado, sobretudo, por seus atos” (1973, p. 72). A admiração que Simon Bolívar despertou em seu tempo e após sua morte não foi fruto somente de seus contundentes discursos. As campanhas que liderou repercutiram concretamente na vida de muitos habitantes da então chamada *Gran Colômbia*. Em 1813, foi aclamado Libertador pelo Conselho de Caracas,

segundo Quiros, a glória para Simón Bolívar estava em prestar serviços desinteressados em prol da “independência, da liberdade e da instauração do Estado de Direito em cada um dos povos libertados pela sua espada” (QUIROS, 1976).

²³ Parte da intitulação da obra do referido autor, que na íntegra se apresenta como “Siguiendo las huellas de Simon Bolívar, caballero andante de la libertad”, publicado na Universidad de Carabobo em 1972.

²⁴ O termo “libertat” aqui citado possui caráter estrito com relação à abolição da escravatura na Venezuela, em 1816, e, assim, não tem nenhuma a pretensão de negligenciar o referido termo com a exploração espanhola vigente na época.

após a vitória no conflito de Nova Granada. Sua habilidade extrema de unir caudilhos regionais, interesses díspares numa região tremendamente instável, fez dele um mito latino-americano, e (agora), nos dizeres de Maringoni, “mais venezuelano do que nunca” (2004, p. 123).

2.3 A importância do ideário na criação do povo: a consagração do mito pela “fantasia popular” e a crítica de Marx a Simón Bolívar

Conforme abordagem no presente capítulo pode-se notar, no que se refere à influência de Bolívar nos anseios do Presidente Chávez, que é possível afirmar a direção universal de seus pronunciamentos na tentativa de construção e afirmação homogênea do povo venezuelano. Pois, mesmo parte dos opositoristas de Chávez, independente da direção tomada no Referendo Constitucional de 2007, se “*Si*” ou “*No*”, implicitamente aceitam os ideais do líder histórico convertido na pessoa do atual presidente da Venezuela. Assim, nasce uma totalidade dentro do povo, como o próprio conceito de “populismo” proposto por Ernesto Laclau (2005).

É no sentido apontado acima que serão brevemente analisadas as críticas de Marx para com o “Libertador da Venezuela”, conforme obra específica sobre o tema intitulada *Simón Bolívar* – por Karl Marx²⁵.

Segundo a referida obra, na introdução proposta por José Aricó, Marx não possuía fontes suficientes para apontar um conceito isento de Bolívar, pois este aparece constantemente nessa obra como um “ditador bonapartista”, visto assim unilateralmente por Marx. Porém, em outra interpretação do autor que elaborou a introdução,

Marx escreveu sua diatribe não seguindo o julgamento de seus contemporâneos, mas contrariando-o. Escolheu, às vezes de forma arbitrária, argumentos e dados que serviam para avaliar suposições, desconhecendo outros que sua formação de

²⁵ A obra citada é uma compilação de escritos do próprio Marx encontrados em 1935, que diz respeito a uma contratação feita em 1857, por Charles Dana, Diretor do *New York Daily Tribune*, para colaborar sobre temas de história militar, biografia e temas variados na *New American Cyclopaedia*, encontrando-se entre os escritos o verbete sobre Bolívar, que norteia a obra mencionada.

“materialista histórico”²⁶ o proibia de escolher, e tudo isso a serviço de uma postura nitidamente contrária a um personagem que ele se empenhou em identificar com o mais odiado de seus inimigos (2008, p. 13).

Depreende-se da afirmação acima que não foi por desconhecimento que Marx emitiu o conceito pejorativo sobre Bolívar, chegando a zombar desse no seu ensaio, muito menos pela carência de fontes de análise para pesquisa, mas, sim, pela atitude pessoal e política do pensador alemão acerca da visão, metas e atos antidemocráticos de Bolívar.

Ainda, segundo o autor da apresentação do texto sobre Bolívar escrito por Marx, é pertinente salientar um dos fatores que levaram Karl Marx a denotar caráter quase xenofóbico a Bolívar, que foi – sob influência teórica de Hegel²⁷ – a ideia dos “povos sem história”, nos quais a inexistência factual de uma *luta de classes* impediria explicar a partir desta “as circunstâncias e as condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco representar um papel de herói” (MARX, 2008 p.14).

Contudo, Hegel considerava a América o “continente do futuro” (2008, p. 17), comentando que a *historicidade* potencial de seus povos estava em sua aptidão para se tornarem Estados, aptidão esta que, comenta o autor da introdução da obra em referência,

Por ser esta capacidade deslocada para um futuro em que a relação entre o homem e o espaço geográfico teria de se modificar, deixava em aberto uma problemática que escapava como tal à filosofia, mas não necessariamente a política. Isso porque, se deixarmos de lado o ponto de vista da “filosofia da história universal” a partir do qual Hegel analisava a América e retomarmos sua concepção do Estado como “produtor” da sociedade civil e da nação[...] (MARX, 2008, p. 18).

²⁶ O materialismo histórico considera a produção e a reprodução como processos sociais essenciais, que influenciam muito, se é que não determinam, o caráter básico dos sistemas sociais, os padrões de vida a eles associados, e os padrões de mudança histórica e desenvolvimento (JOHNSON, 1996, p. 140).

²⁷ Segundo HEGEL, na sua *Filosofia do Direito* “na existência de um povo, o objetivo essencial é ser um Estado e manter-se como tal. Um povo sem formação política não tem propriamente história, pois sem história existiam os povos antes da formação do Estado, e outros também existem hoje como nações selvagens” (2004, p. 64).

A visão que Marx depositou em Bolívar no seu verbete²⁸ se deu, primeiramente, pela grande estima que Bolívar depositou – exceto, segundo o próprio Bolívar, a questão imperialista – à Napoleão Bonaparte, personagem para o qual Marx declarou repulsa durante sua vida em seus escritos; e a questão sensível do fato do peso da constituição da sociedade civil das sociedades latino-americanas se dava, grosseiramente, segundo Marx, “de cima para baixo”. É deste modo que Marx explica, em seu texto sobre Bolívar, a incapacidade congênita do “Estado Bolivariano” (2008, p. 21) de ordenar hegelianamente o mundo da sociedade civil, parafraseando o autor da introdução da obra de Marx da seguinte maneira:

Entretanto, como a maioria de seus compatriotas, ele era avesso a qualquer esforço prolongado, e sua ditadura não tardou a degenerar numa anarquia militar, na qual os assuntos mais importantes eram deixados nas mãos de favoritos que arruinavam as finanças públicas e depois recorriam a meios odiosos para reorganizá-las (MARX, 2008, p. 22).

Em outra passagem apresentada pelos professores Marcos Roitman Rosenmann/Sara Martínez Cuadrado na mesma obra, em carta enviada por Marx à Engels (Londres, 14 fev. 1858) sobre o verbete escrito sobre Bolívar, Marx coloca que “seria ultrapassar os limites querer apresentar como Napoleão I o mais covarde, brutal e miserável dos canalhas” (MARX, 2008, p. 60).

Na mesma carta, Marx comunica a Engels que “a força criadora de mitos, característica da fantasia popular, provou sua eficácia em todas as épocas, inventando grandes homens. O exemplo mais notável desse tipo é, sem dúvida, o de Simon Bolívar” (2008, p. 61).

Fica claro que, para Marx, a questão do “mito” é um dos fatores fundamentais da sua repúdia para como Bolívar, pois seu culto tornou possível e plausível o processo de dominação social legitimado por um ente divino e histórico.

²⁸ “Foi o acaso, sem dúvida, que levou Marx à redação de seu artigo sobre Bolívar. Contratado em 1857 por Charles Dana, diretor do *New York Daily Tribune*, para colaborar sobre temas de história militar, biografias e outros assuntos variados na *New American Cyclopaedia* que o editor vinha preparando, Marx dividiu o trabalho com Engels, e quis a sorte que lhe coubesse redigir o verbete sobre Bolívar” (ARICÓ, 2008, p. 07).

Na Venezuela, como já foi afirmado em outro momento desta dissertação, Bolívar é considerado um herói mítico, e qualquer crítica à história oficial do Libertador corre o risco de ser interpretada como um repúdio à pátria.

Rosenmann e Cuadrado seguem a linha do parágrafo anterior sobre o caráter “intocável” de Bolívar como “mito”, dizendo o seguinte:

Se pensarmos no significado do mito político para a construção teológica do Estado pós-colonial, veremos que seu desenvolvimento foi de importância vital para legitimar processos de dominação social [...] O espírito bolivariano paira sobre as cabeças de líderes e dirigentes cujo princípio de atuação é considerado um exemplo a ser seguido. Construtor do Estado, líder da independência e do pensamento antiimperialista, sua vida deve ficar à margem de um juízo histórico (MARX, 2008, p. 62).

No sentido da posição acima, torna evidente – e exigente - que um governante, ou a população inserida em seu governo, aja de acordo com um dogma já fortificado e fortemente enraizado na estrutura da sociedade. “É o culto do herói que, posteriormente, torna estéril qualquer tipo de interpretação política que não esteja aderida aos princípios reguladores do mito” (2008, p. 62).

Em outra colaboração de Carrera Damas sobre a questão da criação do “mito” bolivariano, tem-se o seguinte:

Em termos de segunda religião, cívica e geradora de exemplos, o Bolívar do culto deve constituir o modelo universal dos venezuelanos, mas o endeusamento anula seu funcionamento como tal. É quase impossível pensar num fiel que seja “igual a Deus”. Daí haverem nascido duas tendências no culto. Uma, a mais intransigente e irracional, resume-se no conceito de Deus que governa. Para ela, o culto é uma questão de fé. A outra tendência se resume no conceito de paradigma, com um ponto de contato com a primeira, visto que esse paradigma é inalcançável por definição, pois, se não se pode ser igual a Deus, tampouco se pode ser “igual a Bolívar”, muito menos superior a ele. Com isso, em virtude do culto a Bolívar, e em consequência das duas tendências, o venezuelano sabe que sua atuação vital tem um limite intransponível (DAMAS, 1973, p. 212).

O “endeusamento” de Bolívar na Venezuela foi propício para os fins de unificação popular sobre uma “imagem” ou “culto” de um personagem comum para todo o povo. A “fantasia popular” que Marx mencionou na sua carta a Engels mostrara sua força mais uma vez, 150 anos mais tarde.

O misticismo termina por criar certo tipo de manipulação da linguagem. Laclau fala que esta é uma tendência geral do misticismo: “uma distorção da linguagem que o isenta de toda função representativa é o caminho para afirmar que algo está mais além de toda representação” (LACLAU, 2000, p. 104). Ou seja, é imprecisa na medida em que se cria um “terceiro indivíduo” que não se pode mais precisar o seu significado objetivo, tornando-o intangível conceitualmente.

A concepção de *equivalência* proposta por Laclau parte dessa premissa anterior, na qual o respectivo autor questiona: *o que implica tal distorção* (2008)? Quando Laclau menciona o seu conceito de *equivalência* para solucionar a questão do misticismo, ele se refere à dispersão enumerada de “n” atributos sobre um “ente superior”.

Na obra intitulada “*Misticismo, Retórica e política*”, é feita a exemplificação sobre os dizeres de diversos autores sobre Deus, citando-os e analisando as colocações propostas. Na análise pode ser elencado sobre o mesmo “ente” (Deus) diversas atribuições, como costumeiramente são expostas: “Deus é pai”; ou “Deus castiga”; “Ele sabe o que faz”; “nós somos imagem e semelhança Dele”; “somos infinitamente insignificantes perto Dele”. Enfim, os exemplos de dispersões são múltiplos e indeterminados. Porém, pode-se concluir das dispersões sobre Deus que nem todas possuem uma ordem de definição linear, pois os seres-humanos são imagem e semelhança de Deus, mas também são insignificantes perante Ele. Trata-se de uma inferência lógica indeterminada (ou indeterminável).

É justamente no campo das dispersões, mencionado no parágrafo anterior, que passam a ocorrer as dispersões da linguagem que Laclau se referiu acerca do misticismo. “Não há mais precisão exata sobre Deus”, mas os religiosos (católicos, budistas, hinduístas, etc.) crêem nos seus “entes superiores”. E não há dúvidas de que eles (entes) são divinos para seus seguidores, bem como se houver alguma dúvida sobre alguma divindade, seja ela apontada por fiéis da mesma religião ou religião diversa, poderão ocorrer conflitos de toda natureza.

Na questão do misticismo de Bolívar, ocorrem estas dispersões e uma notória imprecisão conceitual, regida por um foco neutro que é (ou foi) determinado como “o libertador”, assim como “Deus é o todo poderoso”. O

que significa que há uma pretensa unidade “nebulosa” de sentido único num emaranhado de dispersões acerca do mesmo ente. Não há como precisar o seu significado único e real, é “um significante sem significado” (LACLAU, 2005, p. 91), ou seja, um *significante vazio*.

A questão central do capítulo é a distinção de “quem foi” ou “o que representou” Bolívar para a Venezuela, pois as distinções de sua “existência” e “representação” no século XXI não são congruentes. Pois, segundo Rosenmann/Cuadrado, para Bolívar (o “libertador”), a união do Estado só poderia ser obtida através de um poder permanente e vitalício, do qual desaparecessem as assembleias e as eleições populares. Salvador de Madariaga coloca a seguinte digressão de Bolívar sobre o tipo de regime político que ele almejava:

Na verdade sou da opinião da França, pois, embora nunca tenha havido maior defensor que eu dos direitos e liberdades da humanidade [...], tenho de confessar que este país não está em condições de ser governado pelo povo, coisa que, havemos de convir, em geral é melhor na teoria do que na prática. Não há país mais livre do que a Inglaterra, governada por uma monarquia bem regulada [...] De todas as regiões, a América do sul é a menos apta para os governos republicanos. Em que consiste sua população, senão em índios e negros mais ignorantes do que a vil raça de espanhóis das qual acabamos de nos emancipar? Um país representado e governado por gente assim está fadado à ruína. Temos que pedir auxílio à Inglaterra [...] O senhor pode dizer que nunca fui inimigo das monarquias por um principio geral; ao contrário, considero-as necessárias (MADARIAGA, 1971, p. 259 *apud* MARX, 2008, p. 67).

Porém, mesmo com as contradições apresentadas na vida de Bolívar e os escritos dos opositores à sua história, é inegável o peso que Simon Bolívar possui na Venezuela, principalmente nos discursos de Chávez sobre a liberdade popular e a “campanha contra os outros”²⁹.

Jones acrescenta o seguinte sobre a vinculação de Chávez com Simon Bolívar:

Chávez surgiu do nada, conferindo um rosto para uma rebelião sem rosto. Muitos venezuelanos, durante vários anos, tinham esperado pela chegada de alguém que os salvasse, pela chegada de um Bolívar dos tempos modernos, que castigaria políticos desonestos e colocaria a Venezuela no caminho da prosperidade. Agora, assim se indicava, surgira aquele homem. “Hugo Chávez entrou em nossos corações naquele dia e nunca mais saiu”, afirmou a norte-americana

²⁹ Todo e qualquer ícone do imperialismo.

Lisa Saullivan, missionária católica da Maryknoll havia tempos, casada com um venezuelano e residente em um *barrio* de Barquisimeto (JONES, 2007, p.165).

A criação do político passa pela sua vinculação a algo (fato ou personalidade) que possa ser enaltecido até mesmo por pólos opostos. Sendo este fato agregado às camadas populares em uma localidade que possui alta taxa de pobreza, cria-se um “salvador”³⁰. Ou seja, uma pessoa que está além do governo, no qual possa haver escândalos ou casos de abuso de poder, mas nunca a figura do político. Este está protegido em um manto construído por ele e endossado pelo povo, que o vinculou a alguma personalidade (Bolívar, no caso da Venezuela).

2.4 Histórico Chávez: trajetória do ícone na política venezuelana e as condições de emergência do “discurso chavista”

O surgimento e manutenção de Hugo Chávez na política da Venezuela se deram por um ambiente propício e fundamentado na descrença da população venezuelana com seus governantes e com a situação em que agonizava o país caribenho até o final da última década do séc. XX³¹. Situação que, culminada com a eleição de Francisco Arias Cárdenas (companheiro de Chávez na tentativa de golpe em 1992 (a qual será

³⁰ Após o início da campanha para presidência em 1998 na Venezuela, pichações com os dizeres “Bolívar está vivo!” no bairro onde Hugo Chávez passou a sua infância (JONES, 2008, p. 196).

³¹ “A Venezuela é o país que experimentou o processo de transformação mais importante dos últimos tempos. Depois da queda do ditador Marcos Pérez Jiménez (1953-1958) e o breve governo interino que se sucedeu após sua queda, o país iniciou, com a presidência Rómulo Betancourt, um processo de continuidade política democrática que se estendeu durante quarenta anos (1959-1999). Esta etapa se caracterizou pelo bipartidarismo entre a *Acción Democrática* (social-democrata) e o *COPEI* (social-cristão), que se alternaram no exercício da presidência e, também, pelo crescente desenvolvimento da corrupção. Exemplo disso foi a denúncia feita contra o então presidente Carlos Andrés Pérez, da *Acción Democrática*, por desvio de verba pública. Como resultado desse processo, Pérez, que havia assumido o cargo em 1989, foi afastado do cargo de presidente em 1993. Após a interinidade de Ramón Velázquez, Rafael Caldera (*COPEI*) assumiu a presidência da Venezuela pela segunda vez (a primeira entre 1969-1973) até 1999. No final de seu mandato, o país caribenho se encontrava em uma situação de crise econômica e política (com o acréscimo da pobreza e das desigualdades sociais), com um sistema de partidos totalmente desacreditado e uma cidadania farta desta situação” (ANSALDI; GIORDANO, 2006, p. 121).

explicitada ao longo deste capítulo) no Estado de Zulia, definiu a decisão de Rafael Hugo Chávez para dar início à sua campanha para o ano seguinte (1998) a fim de buscar a Presidência do país por meios legítimos, representando o partido MBR (Movimento Bolivariano Revolucionário). Porém,

O candidato era a quintessência do peixe fora d'água – um homem que havia tentado derrubar o sistema por meio de um golpe. A maioria dos olhos do país voltava-se para a adversária dele, a ex-Miss Universo Irene Sáez, 1,85 metro de altura, cabelos loiro-avermelhados. Antes de Chávez, a Venezuela era famosa por duas coisas – as rainhas da beleza e o petróleo. Na qualidade de prefeita bem-sucedida de um rico município da área de Caracas, Irene, como era chamada em toda parte, liderava as pesquisas (JONES, 2007, p. 08).

A citação anterior demonstra o (pleito) que foi chamado pela imprensa venezuelana de “O confronto da Bela e a Fera”, denotando certa fragilidade do eleitorado venezuelano e a precariedade no que diz respeito à preocupação com a sucessão para a escolha do representante máximo em um regime presidencialista. Com uma visão *shumpetteriana*, poderia se dizer que a população da Venezuela estava tão conformada no seu “paraíso democrático” (como era conhecida em Washington pela sua estabilidade em contraposição aos outros países da América Latina) que pouco importava entre escolher entre uma ex-miss³² e um ex-golpista. Não havia preocupação com o sucessor.

Com o pleito presidencial de 1998, a Venezuela, porém, “mudou de rumo”:

[...] A disputa entre a bela e a fera, conforme ficou conhecido o pleito, mudou de figura quando as trivialidades adocicadas de Irene acusaram uma vacuidade preocupante, ao passo que os discursos inflamados de Chávez conquistaram o coração de milhões de moradores de favela do país, há muito inconformados com a grande disparidade existente entre os ricos e os pobres (JONES, 2007, p.41).

As condições para o seu sucesso nas eleições de 1998, bem como a sua permanência à frente da Venezuela estavam dadas. Ao final das

³² É válido ressaltar que a afirmação contida neste parágrafo não se insere pelo fato de a presidenciável Irene Sáez ter sido *miss*, mas sim pela vacuidade constatada nos debates, conforme citação baixo no parágrafo desta nota.

eleições, Chávez obteve 56% contra 40% dos votos válidos e conquistou a vaga para a Presidência da Venezuela.

No início de seu primeiro mandato como presidente, Chávez assume o controle da mega-estatal do petróleo, a PDVSA. O presidente eleito descreveu a PDVSA como “um descontrolado Estado dentro do Estado”, ainda segundo Chávez, “encarregado de servir antes as elites ricas do que à maioria pobre no país” (JONES, 2007, p. 14).

Ainda em seu primeiro ano de mandato, Hugo Chávez convoca pela primeira vez a Assembleia Constituinte, reescrevendo a Constituição da Venezuela, sendo esta modificação proposta aprovada por 78% dos votos contra 28%. No mesmo dia da vitória da aprovação da nova constituição ocorreu um fato que corroborou para que o presidente eleito mostrasse o seu ideal de política, segundo os relatos de Bart Jones:

No mesmo dia, um violento aguaceiro de proporções bíblicas destruiu centenas de comunidades venezuelanas ao longo das encostas do morro localizadas perto do Caribe, enterrando milhares de pessoas debaixo da lama e levando várias delas para o mar. O maior desastre natural enfrentado pela Venezuela no século XX atingira principalmente os pobres (JONES, 2007, p. 09).

Foi a oportunidade que o presidente Chávez teve, mesmo que ocasional, de mostrar as direções de seus programas de governo e conquistar de vez a simpatia da gama empobrecida da população Venezuela, destinando auxílio militar às famílias desabrigadas, fornecendo alimentos e facilitando a reconstrução das moradias que foram destruídas no evento Porém (e obviamente), a sua política gerou uma onda de manifestações contrárias³³ protagonizadas pela elite governante. Embate este que terminou por caracterizar o seu governo justamente pelos seus opositores, principalmente após a tentativa de golpe sofrida por Chávez, no dia 11 de abril de 2002³⁴, na qual o presidente saiu ainda mais fortalecido.

³³ Gerando o primeiro pólo antagônico no seu governo, constituindo a sua oposição e caracterizando-a; caracterizando, por conseguinte, a sua forma de governo.

³⁴ O golpe sofrido por Chávez em abril de 2002 durou apenas 46 horas e foi protagonizado principalmente por Carlos Ortega e Pedro Carmona, dois ex-funcionários da PDVSA que mobilizaram a classe média e a mídia venezuelana contra o Presidente Hugo Chávez. Nesta ocasião, o Presidente Hugo Chávez foi preso, mas solto, após um “vazamento” de uma mensagem enviada a um soldado de que ele “jamais renunciaria”. Esta mensagem se proliferou misteriosamente em nível nacional, levando os militares a liberarem o Presidente

Em 2004, Hugo Chávez obteve outra vitória expressiva nas urnas em um Referendo extemporâneo ocorrido em agosto daquele ano, sendo o resultado final de 59% a favor de sua permanência no cargo de presidente antes do final de seu mandato. Em 2006, foi re-eleito para novo mandato de seis anos à frente da Venezuela. Segundo Jones, “tratava-se de seu décimo triunfo nas urnas em oito anos, incluindo uma série de plebiscitos, processos de ‘relegitimação’ e eleições nacionais e estaduais” (JONES, 2007, p. 36).

Assim, a Venezuela, que apesar de ser um “paraíso democrático” era conhecida como um lugar atrasado da América Latina, passou a ser um destino atraente para os “turistas da revolução” (2007), oriundos dos Estados Unidos, Europa, e outros locais para presenciar a Revolução Bolivariana na prática.

Outra questão que propiciou a popularidade de Chávez em nível internacional se deu após as acusações do presidente venezuelano contra as potências imperialistas e seus representantes, sendo George W. Bush o principal “alvo” de Hugo Chávez. Com esta prática, atraiu a atenção não só de seus opositores, mas de simpatizantes que se diziam carentes de um líder que pudesse lutar contra as forças imperialistas.

É importante salientar que as críticas de Chávez contra a administração Bush (e ao próprio Bush, que era chamado por Chávez de “Mister Danger”) iniciaram após o “11 de setembro”, quando o presidente dos Estados Unidos decidiu invadir o Afeganistão com a justificativa de capturar o saudita Osama Bin Laden. Ocorre que com as primeiras investidas do exército americano, centenas de mulheres e crianças morreram em virtude dos ataques mal-sucedidos.

Obviamente que as críticas de Hugo Chávez contra o imperialismo se afinaram e tornaram-se precisas a partir da tentativa de golpe em 2002, quando as questões ficaram dadas e os pólos bem definidos.

Para compreender o surgimento de Chávez na política venezuelana, será pertinente mostrar brevemente algumas de suas raízes para um melhor entendimento das razões que levaram o ex-militar a chegar ao poder, como será exposto no subitem a seguir.

e saudando-o como herói nacional. Após o seu retorno, Chávez obteve uma aceitação de 82% (MARINGONI, 2004) da população venezuelana.

2.5 “As raízes do revolucionário”: a infância pobre e os heróis a serem copiados

Rafael Hugo Chávez Frias nasceu no dia 28 de julho de 1954 em uma casa de pau-a-pique de sua avó,³⁵ Rosa Inês Chávez, localizada em um vilarejo agrícola de Sabaneta³⁶, no Estado de Barina. Segundo Jones,

[...] Um lugar pequeno e esquecido, lar de aproximadamente mil pessoas, com algumas ruas de terra que tinham de ser molhadas durante o inverno seco e quente durante o verão, a fim de evitar a formação de sufocantes nuvens de poeira. Durante as chuvas de verão, transformavam-se em mares de lama (JONES, 2007, p. 23).

Os pais de Chávez, Hugo de los Reyes e Helena Frias de Chávez, viviam em um vilarejo ainda mais pobre do que Sabaneta, chamado *Los Rastrojos*. Eram professores e percorriam uma longa distância de bicicleta para poder ministrar as aulas, além das dificuldades de criar os seus seis filhos (apesar de um deles, Enzo, ter morrido de leucemia).

Após a mudança dos pais para Sabaneta, Hugo Chávez continuou morando com a avó, pois, conforme biografia de Chávez (*Chávez sem uniforme*) (2004), sua mãe era violenta e seu pai omisso. Situação que aproximou Hugo Chávez ainda mais de sua avó, Rosa. “Rosa acalentou um outro traço que se transformou em um dos pilares da personalidade de Hugo: seu amor pela História” (JONES, 2007, p. 29). O seu principal personagem na infância era Ezequiel Zamora.

Segundo Jones,

³⁵ Era comum à época o filho mais velho de famílias numerosas e pobres passarem a morar com os avós.

³⁶ “Sabaneta fica em *Los Llamos*, uma ampla área pouco povoada e recoberta por terrenos pantanosos e de pastagem, a versão venezuelana das Grandes Planícies dos Estados Unidos ou dos Pampas da Argentina. Lar dos lendários caubóis da Venezuela, *Los Llamos* apresentavam um cenário típico de faroeste, uma região distante e subdesenvolvida, localizada perto da fronteira com a Colômbia e cobrindo quase um terço do território venezuelano; a uma distância colossal dos redutos chiques de Caracas, com seus empregados vestidos de *smoking* e elegantes festas regadas a champagne” (2007, p.23).

Zamora era um revolucionário, um herdeiro menos conhecido do sonho de Simon Bolívar: sonho de construir uma sociedade mais justa. Ele ajudou a organizar, com os camponeses e escravos da região, um exército que nos decênios de 1850 e 1860 travou uma guerra civil contra as forças ligadas à oligarquia dos proprietários de terra. Zamora cultivava uma hostilidade ardente pelas elites e possuía uma opinião radical sobre como reformar a sociedade venezuelana. “Não haverá mais pobres nem ricos, nem escravos nem proprietários, nem poderosos nem desprezados, mas irmãos, que, rechaçando a formação de lideranças, tratarão uns aos outros de igual para igual, olho no olho”, afirmava um dos seus motes (JONES, 2007, p. 29).

Pode-se afirmar que Chávez teve forte influência, no seu discurso, nas questões que tangem à igualdade por parte de Zamora, denotando a importância que sua avó Rosa teve na sua formação, narrando os feitos de Ezequiel Zamora na pequena varanda de sua casa.

Ainda sobre Zamora, Jones expõe o seguinte:

Um homem à frente de seu tempo, Zamora defendeu a adoção de várias medidas, entre as quais a abolição da pena de morte, a total liberdade de expressão e o voto universal. Era favorável ao fim das restrições à livre movimentação dos trabalhadores, que à época poderiam ser presos e condenados a trabalhos forçados nas fazendas caso fossem considerados culpados de perambular pelas ruas. Ele até sugeriu a criação de um tipo de sistema de seguridade social capaz de ajudar as pessoas necessitadas por motivos “de incapacidade ou de privação generalizada”. Também desejava que os grandes proprietários de terra fossem obrigados a fornecer dez vacas leiteiras, que seriam criadas em terras comunitárias e forneceriam “leite gratuito, todos os dias, para as casas pobres (JONES, 2007, p. 30).

Modesto Emilio Guerreiro corrobora a nota acima, afirmando que a sua avó, Rosa Chávez, incentivava o neto Hugo a ler escritos sobre Ezequiel Zamora, além de dar tom épico aos seus feitos (GUERRERO, 2007) pelo seguinte motivo: o seu trisavô, o coronel Pedro Pérez Pérez, segundo Guerrero, cavalgou junto com Zamora. Seu filho, Pedro Pérez Delgado³⁷, era

³⁷ “Pedro Pérez Delgado e seu legado entroncam-se em uma longa tradição de rebeliões surgidas na área de fronteira de *Llanos*. Junto com os pampas da Argentina e seus gaúchos, os *Llanos* da Venezuela abrigavam alguns dos mais hábeis cavaleiros da América do Sul. Combatentes destemidos, esses homens formaram a espinha dorsal do exército de libertação de Bolívar, transformando os *Llanos* no cenário de algumas das batalhas fratricidas mais sangrentas do século XIX. Os caubóis *llameros* conquistaram a reputação de homens duros e independentes, com espírito igualitário forjado na experiência de vida em terras inóspitas. Mesmo hoje, a região conta com um lugar especial nas lendas venezuelanas e no sentimento de identidade nacional” (JONES, 2007, p. 32)

bisavô de Chávez. Fato que explica a predileção da avó de Chávez pelo personagem histórico da Venezuela.

O legado dos personagens oriundos da região onde Chávez foi criado deixou *Llanos* conhecida como um lugar de resistência, rebelião e revolução, que não se perdeu no jovem Hugo Chávez. Naquela região, um número significativo de moradores olhava com simpatia para rebeldes como Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara. Em 1967, quando tinha 13 anos, segundo Guerrero, Chávez ouviu reportagens que chegavam pelo rádio enquanto os militares “apertavam o cerco” em torno de Guevara na Bolívia.

Na metade da década de 1960, Chávez e seu irmão mudaram-se com a avó para a cidade de Barinas, passando a morar em uma casa que ficava próxima à casa de família, cujo patriarca era um homem erudito, de baixa estatura, chamava José Esteban Ruiz Guevara³⁸. (GUERRERO, 2007). Um relato na obra de Guerrero sobre Chávez mostra que Ruiz Guevara teve função fundamental na formação política inicial de Chávez, com uma tendência marcante de esquerda. Guevara, ainda segundo Guerrero, incentivava Chávez e os próprios filhos a lerem livros como *O Contrato Social*, de Rousseau, e as obras de Karl Marx. Na época em que ingressou na academia militar, aos 17 anos, Hugo Chávez portava um livro debaixo do braço: o diário de Che Guevara.

Porém, em uma entrevista concedida em abril de 2007 (JONES, 2007, p. 36), o presidente Chávez negou que tivesse sido doutrinado no comunismo ou no marxismo, negando também o fato do ingresso na academia militar com o diário de Che Guevara, afirmando que os respectivos fatos “fazem parte das lendas disseminadas para manchar a sua imagem”.

³⁸ “Foi fundador do partido Comunista em Barinas, Ruiz Guevara era historiador e detentor de uma grande biblioteca e da maior coleção de livros sobre Bolívar na cidade. Dos seus filhos, um chamava-se Friedrich Engels e o outro, Vladimir Lênin (Wladimir). Não obstante o comunismo ser um pecado mortal nos Estados Unidos, o partido conseguia agir de forma atuante em várias partes da América latina, onde se disseminava com fervor o sentimento de insatisfação diante do apoio norte-americano às ditaduras. Os comunistas desempenharam um papel central na deposição de Pérez Jiménez. O próprio Ruiz Guevara acabou detido pelo ditador devido à sua militância política” (JONES, 2007, p. 35).

2.6 “Quatro de fevereiro de 1992”: o ano da contradição ou o início de uma promessa?

A primeira aparição de Chávez no cenário político venezuelano ocorreu de maneira paradoxal para um futuro presidente em um regime democrático: foi líder de uma tentativa frustrada de golpe militar no dia 04 de fevereiro de 1992. Nestor Francia comenta sobre o fato dizendo o seguinte:

Na manhã do dia 04 de fevereiro de 1992, um jovem e desconhecido jovem Tenente Coronel, preso, fatigado, militarmente derrotado apareceu pela primeira vez nas telas da televisão venezuelana e neste momento a história contemporânea de nosso país deu um salto qualitativo, cujas conseqüências mais decisivas estavam por vir. As opiniões que pretendiam definir Chávez como uma “circunstância” desconheciam o forte apoio popular que ele viria a ter, e que na medida em que se passasse o tempo a atitude de Hugo Chávez tomaria um rumo que marcaria por muito tempo a muita gente deste país (FRANCIA, 2003, p. 07).

Porém, a “rebelião bolivariana” (RANGEL, 2006, p. 14) durou apenas 12 horas após uma década de preparos, provocando diversos pronunciamentos contrários, inclusive do então presidente George H. W. Bush, elogiando o presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez, descrevendo-o como um dos “maiores líderes democráticos do continente” (RANGEL, 2006, p. 17). Nesta ocasião, até mesmo Fidel Castro, que se tornaria uma espécie de “mentor” de Hugo Chávez, condenou o fato e também defendeu o presidente Pérez.

Chávez, no entanto, segundo Jones, acreditava estar seguindo os passos de Bolívar e Zamora, e não os passos de Pinochet e Somoza, “pois nada havia mudado na Venezuela desde 1908”³⁹ (2007), conforme o próprio Chávez, anos após a tentativa de golpe:

Tudo continuava a ser basicamente o mesmo; o mesmo sistema de dominação, com uma nova cara – fosse essa a cara do general Gómez ou a do doutor (e ex-presidente) Rafael Caldera. Por detrás dessa figura, portando ou não uma boina militar, no lombo de um cavalo ou a bordo de um Cadillac ou de uma Mercedes-Benz, sempre o mesmo sistema – na economia e na política -, a mesma

³⁹ “A Venezuela enfrentava uma crise terminal, comandada por uma ditadura vestida com trajes democráticos, uma ditadura responsável por levar um povo que mora sobre um mar de petróleo, com enormes rios navegáveis e milhões de acres de terra arável, para um estado abjeto de pobreza e infundável corrupção política e moral” (JONES, 2007).

privação dos direitos humanos básicos e do direito do povo de determinar seu próprio destino (JONES, 2007, p. 143).

Após o fracasso do golpe orquestrado por Chávez, os chefes das Forças Armadas autorizaram uma transmissão ao vivo do último pronunciamento de Hugo Chávez antes de ser levado para a prisão militar de San Carlos, em Caracas. Fato que futuramente mudaria os rumos políticos da Venezuela, pois ao invés de ser considerado um criminoso militar que traía as instituições da Venezuela, foi aclamado como o herói que se levantara contra um governo injusto e corrupto. Todos os soldados rebeldes pararam para assistir ao pronunciamento⁴⁰. O pronunciamento de Chávez repercutiu drasticamente. “O então jovem oficial, vestido com uma vistosa boina vermelha, deixou milhões de pessoas que nunca tinham ouvido falar dele fascinadas e se perguntando sobre quem haveria liderado a surpreendente rebelião” (GUERRERO, 2007, p. 165).

Chávez havia começado a sua fala invocando o ícone sagrado nacional, Simón Bolívar. Depois de 17 dias preso em um porão, Hugo Chávez e os outros oficiais de baixa patente foram transferidos para a já mencionada prisão de San Carlos, situada em Caracas. Para surpresa dos “rebeldes”, no trajeto para a nova prisão se encontravam vários simpatizantes que enchiam as ruas e aplaudiam o comboio. Ao contrário do que Chávez e seus companheiros pensavam, eles não haviam fracassado.

A prisão de San Carlos ficava próxima do local onde os restos mortais de Simon Bolívar fora enterrado. Chávez não deixou escapar o simbolismo. Desde o começo de seu período na prisão, invocara o Libertador como a luz guia de sua rebelião. Em uma entrevista a um jornalista do *El Nacional*, Chávez afirmou o seguinte: “o verdadeiro autor dessa libertação, o real líder

⁴⁰ “Primeiramente, quero dar meu bom dia para toda população da Venezuela. Esta mensagem bolivariana dirige-se a todos os corajosos soldados presentes no regimento de pára-quedistas em Aragua e no regimento de tanques em Valencia. Camaradas: infelizmente, por enquanto, os objetivos que nos impusemos não foram atingidos na capital. Ou seja, os que estão aqui em Caracas não tomaram o poder. Independente de onde estejam, vocês saíram-se bem. Mas agora chegou a hora de refletirmos. Novas oportunidades aparecerão e o país precisa, certamente, caminhar rumo a um futuro melhor. Então, escutem o que tenho a dizer, escutem o comandante Chávez, que lhes envia esta mensagem. Por favor, reflitam e deponham suas armas, porque na verdade os objetivos que nos impusemos nacionalmente não se encontram mais em nosso alcance. Camaradas, escutem esta mensagem de solidariedade. Agradeço sua lealdade, sua coragem, sua abnegada generosidade. Diante do país e diante de vocês, aceito a responsabilidade por este movimento militar bolivariano. Obrigado.” (JONES, 2007, p. 164).

dessa rebelião é o General Simon Bolívar. Com suas incendiárias palavras ele me iluminou o caminho” (GUERREIRO, 2007, p.169). Chávez afirmou, nessa ocasião, que frequentemente olhava pela janela na direção do Panteão e dos restos mortais de Bolívar. Ali Hugo Chávez iniciava a sua vinculação com Bolívar, personificando o “mito” nas suas palavras e ações.

2.7 O que é o Socialismo⁴¹ do Século XXI?

A pergunta do subtítulo é também a raiz do contundente triunfo do Presidente Chávez nas suas eleições, na medida em que muitas pessoas (professores, jornalistas, políticos, estudantes..) se interessaram e levaram a sério a proposta que o presidente Chávez apresentou em 25 de fevereiro de 2005, na inauguração da *IV Cumbre de la Deuda Social*. Nesta ocasião, Chávez manifestou o seu convencimento de que a “revolução” deveria ser socialista, e, caso contrário, não seria revolução. Assim, quando aprofundou o seu discurso na ocasião mencionada, explicou que este socialismo devia ser o do século XXI, apresentando, assim, um novo conceito. Mas,

⁴¹ “Da forma imaginada por Karl Marx, o socialismo é o modo de produção que substituirá o capitalismo industrial, com maior probabilidade através de uma revolução dos trabalhadores, mas também mediante uma mudança evolutiva mais gradual. Sob o capitalismo, os meios de produção são de propriedade dos capitalistas e por eles controlados. Eles empregam trabalhadores para produzir riquezas em troca de salários. Tudo isso é feito com apoio ativo do Estado, que depende do capitalismo para arrecadar recursos. Sob o socialismo, no entanto, os meios de produção são de propriedade e controlados por um Estado democrático ou por organizações coletivas de trabalhadores, ambos os quais atuam diretamente em benefício dos mesmos. Os objetivos do socialismo incluem destruir o sistema de classe e, destarte, por um ponto final na exploração, opressão, e alienação dos trabalhadores, substituindo a cobiça e a motivação pelo lucro pela preocupação com o bem-estar coletivo; e usando esse interesse, e não o mercado, como base para a tomada de decisões sobre o uso de recursos. Como resultado, a vida social será regulada democraticamente, de maneiras que ponham necessidades humanas em primeiro lugar e façam uso mais eficiente e eficaz dos recursos humanos e materiais. Na prática, o socialismo funcionou de maneira muito diferente. O autoritarismo, e não a democracia, tem sido a forma predominante do poder político; o planejamento central, ineficiente, fracassou de modo geral em atender as necessidades do povo; uma classe privilegiada de burocratas perpetuou o sistema de classe, embora com muito menos níveis de desigualdade que antes; e o conflito crônico (até recentemente) e a competição com as nações capitalistas mais ricas e mais poderosas tem drenado a atenção e os recursos desses países. Até certo ponto, isso foi resultado do fato de que nenhuma sociedade socialista cumpriu a precondição número um de Marx para o socialismo bem-sucedido quando faz a revolução: uma bem desenvolvida sociedade capitalista industrial, que basicamente resolvesse o problema da produção. Em vez disso, virtualmente todos os países socialistas estavam pouco além do feudalismo agrário (como na Rússia e na China), ou haviam sido recentemente devastados pela guerra (como na Alemanha oriental), ou ainda viviam em ambas as situações (JOHNSON, 1996, p. 211-212)”

objetivamente e seguindo o subtítulo do presente trabalho, o que é o “Socialismo do Século XXI”?

Segundo Chávez, seu projeto socialista visa promover a igualdade, liberdade, fraternidade e o atendimento das necessidades básicas, tais como alimentação, educação, moradia, saúde e empregos (JONES, 2008). Chávez citou no mesmo momento uma frase de Simon Bolívar, afirmando que seu projeto visava a criação da maior medida possível de felicidade para o maior número possível de pessoas. Disse, também, que não eliminaria a propriedade privada, apesar de mencionar que realizaria esforços para promover as propriedades, distribuições e produções sociais.

Na recente obra do professor e jornalista venezuelano Eleazar Diaz Rangel, Chávez deflagrou que o “Socialismo do século XXI” surge em resposta ao programa imperialista de George W. Bush. Pois, após a tentativa de golpe ocorrida na Venezuela em 2002, o presidente venezuelano argumenta que somente um modelo revolucionário poderia fazer frente ao poderio neoliberal (RANGEL, 2006), verbalizando, em 2005 que “o Socialismo do século XXI” seria a resposta para os males causados pelas potências imperialistas, especialmente os Estados Unidos.

Em entrevista feita por Rangel ao presidente venezuelano em 2005 incidiram dois questionamentos fundamentais acerca do “Socialismo do século XXI”: o primeiro comparando o velho e (o que seria) o novo socialismo; e o segundo questionando especificamente a questão do pluralismo político.

Sobre a primeira pergunta, Rangel especifica que muitas coisas do socialismo fracassaram. Como, por exemplo, as concepções de partido; a participação real do povo nas decisões; o estatismo absoluto da economia; o baixo perfil acerca dos direitos humanos, das liberdades públicas e de expressão, enfatizando em especial: “qual seria a diferença do “Socialismo do século XXI” para o socialismo que se derrubou (p. 208)?” Chávez respondeu o seguinte:

Tens razão, alguém certa vez disse que na realidade nunca houve socialismo..Entre os elementos que puderam definir o “Socialismo do século XXI” eu diria que a primeira linha seria a moral. Deve-se começar por aqui, pela consciência, pela ética. O “Che” escreveu muito sobre a moral socialista. A partir da visão do mundo que cada

um tem, devemos recuperar o sentido ético da vida. Sem dúvida o que te digo tem muito de cristianismo: “amai-vos uns aos outros” ou “ama ao próximo como amas a ti mesmo”. Na realidade se trata disso: da solidariedade com o irmão. Lutar contra os demônios que difundiram o capitalismo: individualismo, egoísmo, ódio e privilégios. Creio que começaria por aí. É um trabalho diário, uma tarefa cultural e educativa de larga escala. Na Venezuela temos começado a debater sobre este aspecto e tem sido muito positivo. É uma arma na luta contra a corrupção, um mal que é próprio do capitalismo. Empresas e empresários corrompidos, negócios obscuros, funcionários corruptos movidos somente pela ambição. Mesmo que a corrupção tenha se dado no socialismo, ela possui raiz capitalista, pois é a ambição da riqueza. O socialismo deve defender a ética, a generosidade. Bolívar foi um exemplo: abandonou tudo para ser útil ao seu país. Deve se recordar que Cristo também ensinou aos homens ricos que queriam ir para o céu: vender tudo que tinha e repartir entre os pobres, o homem se colocou a chorar porque não era capaz de fazê-lo. Foi então que Cristo lançou aquela frase: “será mais fácil um camelo entrar pelos olhos de uma águia do que um rico entrar no reino dos céus (p. 208-209).

Chávez complementou sobre a mesma pergunta:

Na linha política um dos fatores determinantes do “Socialismo do século XXI” deve ser a democracia participativa e protagônica. O poder popular. Isto é um elemento político definitivo que contrasta com aquele do partido único em centrar todas as decisões num mesmo partido. Deve entrar todo o povo, ou seja, o partido deve estar subordinado ao povo, e não o contrário (p. 209).

Na segunda pergunta, Rangel questionou sobre o pluralismo político, particularmente sobre se seria mesmo o “Socialismo do século XXI” um sistema político pluralista que permitiria participar diferentes setores e se seria mesmo um poder popular real. Chávez respondeu o seguinte:

Claro que sim, uma democracia participativa e aberta. No plano social, o socialismo deve conjugar igualdade com liberdade. Uma sociedade de incluídos, de iguais, sem privilégios, sem essa abismal diferença entre extrema riqueza e extrema pobreza. No plano econômico: uma mudança de sistema de funcionamento metabólico do capital. Este é um tema complexo de tratar. Aqui temos iniciado experimentos com o impulso ao cooperativismo e ao associativismo, à propriedade coletiva, à banca popular e núcleos de desenvolvimento endógeno, etc. Trata-se de deixar para trás a lógica de funcionamento perverso do capitalismo. São válidas muitas experiências como a autogestão e a co-gestão, a propriedade cooperativa e coletiva, etc. Estamos colocando em marcha em ensaio de empresas de produção social e unidades de produção comunitária. Isto está nascendo, mas ajudará a definir um modelo teórico. Dá também uma conotação especial: “não se trata de um grupo de intelectuais escrevendo um livro de duas mil páginas. Prática e teoria devem marchar em paralelo (idem).

Existem, porém, muitos críticos do “Socialismo do século XXI”, geralmente oriundos de setores tanto de direita quanto de esquerda. Alguns marxistas o consideram um socialismo mentiroso e a direita estima que a proposta de Chávez é retrógrada e ultrapassada (como por exemplo o ex-Ministro Raúl Baduel).

Diversos setores sociais e ideológicos vinculados aos chamados movimentos de base alegam que não é possível falar seriamente de um “Socialismo do século XXI sem antes se realizar uma crítica profunda do “socialismo real”, que existiu no século passado na União Soviética e leste Europeu, assim como em outros modelos “Estadocêntricos”, pois, se não forem estabelecidas as causas do fracasso, podem ser repetidos os mesmo erros e terminar em um novo fracasso que converta a situação para algo pior que o problema que se intenta na Venezuela solucionar.

Dentro os personagens que se posicionam abertamente contra o modelo proposto por Chávez pode-se citar o jornalista Mario Vargas Llosa, que vem mostrando sua opinião em diversas publicações feitas em jornais da América latina. O ex-presidente espanhol José María Aznar tem sido, também, um importante crítico desta ideologia. Em uma conferência na Guatemala o ex-presidente foi enfático: "o Socialismo do século XXI é o mesmo que o “Socialismo do século XX, porém mais sórdido, pois já sabemos como ele irá terminar”.

2.8 Considerações

O presente capítulo procurou apontar algumas peculiaridades do surgimento de Hugo Chávez e o seu escopo discursivo primordial: a vinculação com o “mito”. Neste sentido, Laclau já havia discutido que o mito é algo disperso e desestruturado, mas que se *sutura* em determinado momento hegemônico sob uma roupagem objetiva, englobando uma série de desarticulações, moldando o sentido em um determinado momento (LACLAU, 2000). Objetivamente, Simon Bolívar foi o “mito” escolhido por Chávez.

Após uma infância de privações e uma posterior vinculação direta com “heróis revolucionários” na sua segunda infância, Chávez ingressou nas Forças Armadas, seguindo com suas leituras e propagando suas ideias para seus subordinados nas aulas ministradas. As ideias ganharam adeptos e, com a crescente corrupção na Venezuela nas décadas de 1980 e 1990 a tentativa que golpe em 1992 foi a “crônica de uma morte anunciada”.

No decorrer da trajetória política de Hugo Chávez, a partir de sua posse em 1999, o “mito” se mesclou no seu discurso, descrevendo-se como o “mensageiro de Bolívar” para a “Revolução Bolivariana” e a consagração do “Socialismo do século XXI”. A propagação desse discurso do presidente Chávez mesclou as suas intenções com as de um ícone histórico da Venezuela (ou *Gran Colômbia*), ampliando a sua aceitação em alguns segmentos e, por conseguinte, criando uma oposição a partir da aceitação lógica que um governo populista poderia ter das camadas mais pobres.

A partir dessa aceitação, Chávez reformulou a Constituição venezuelana logo no seu primeiro mandato, mudando o nome da Venezuela para “República Bolivariana da Venezuela”. Também surgiram novos movimentos, como os chamados “Socialismo do século XXI” e a “Revolução Bolivariana”, que possuem uma conotação ideológica fundamental para os apoiadores do governo de Chávez. Contudo, suas propostas de mudanças na Constituição da Venezuela (e na própria Venezuela) não pararam. Na segunda parte do presente trabalho será demonstrado o projeto de Reforma Constitucional que motivou o objeto desta dissertação, apontando, antes, as diferenças e peculiaridades sobre plebiscito e referendo constitucional.

II

SEGUNDA PARTE

3 O PROJETO DE REFORMA CONSTITUCIONAL VENEZUELANO DE 2007

3.1 Introdução

O seguinte capítulo tem por objetivo demonstrar os conteúdos e significados do Projeto de Reforma Constitucional ocorrido na Venezuela em 2007, ressaltando que a respectiva proposta de Reforma foi entregue pelo presidente Rafael Hugo Chávez Frias no dia 15 de agosto de 2007 à Assembleia Nacional para debate. Desde então, foi alvo de crítica e apoio por diversos meios de comunicação e segmentos da sociedade venezuelana e internacional, principalmente pelo fato de o Presidente Chávez propor as sucessivas reeleições neste Projeto de Reforma Constitucional.

Assim, primeiramente serão elencados alguns pressupostos teóricos e fundamentais para fins elucidativos acerca das diferenças e momentos de um referendo constitucional, diferenciando-o do plebiscito. Também serão apresentadas, neste capítulo, algumas peculiaridades acerca de uma modificação Constitucional e o que acarretaria sua transformação na ordem política estabelecida, apontando também o peso político que emana de um Projeto de Reforma Constitucional.

Nos itens subsequentes serão analisados em especial, a Reforma proposta em 2007 na Venezuela, os temas relativos à questão trabalhista e social, a questão da competência do presidente e suas transformações políticas e a questão econômica, bem como o próprio Projeto propriamente dito. Sendo que, ao todo, foram propostas 33 modificações nos artigos da Constituição vigente.

Na primeira parte da análise sobre o Projeto de Reforma Constitucional venezuelana de 2007, será apontado o significado das

“comunas” propostas por Chávez, pois estas teriam importância fundamental nos três setores da Reforma, principalmente nos condizentes com a questão social e as competências do Presidente, pois as “comunas”, apesar do seu grande volume representativo nos bairros, vilas e comunidades, passariam a representar diretamente Chávez nos mais diversos e remotos lugarejos da Venezuela, segundo o próprio Presidente.

Em um segundo momento, dentro do tema da Reforma Constitucional especificamente, serão analisados os artigos que seriam reformados em cada área temática, começando pela questão trabalhista e social, sendo as modificações do Projeto de Reforma Constitucional venezuelano de 2007 que abrangeram as relações de trabalho e garantias sociais *latu sensu* os seguintes: artigos 87, 90, 100, 158, 168, 184 e 307. Foi curiosa a omissão da imprensa nacional/internacional acerca de alguns elementos que foram propostos para o setor trabalhista, como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho apresentada no artigo 90 do Projeto de Reforma Constitucional.

Sobre as modificações políticas e competências propostas para o executivo diretamente foram 15 dispositivos, que são: artigos 11, 18, 67, 70, 136, 141, 156, 185, 225, 230, 236, 251, 252, 328 e 329. Dentre estes se encontra em destaque o artigo 230, como foi mencionado acima, que versou sobre a ampliação do mandato presidencial de 6 para 7 anos e permitiria ao Presidente, se fosse aprovado o referendo de 2007, sucessivas re-eleições.

Na última parte da análise específica sobre os artigos que seriam reformados na Constituição venezuelana, está a questão econômica, que foi proposta em 10 dispositivos da Constituição vigente, ou seja, nos artigos 112, 113, 115, 167, 300, 302, 305, 318, 320 e 321.

3.2 Poder constituinte originário e derivado: breves apontamentos e diferenças

A concepção de Poder Constituinte, tanto originário quanto derivado, já dispõe na própria tipificação a diferenciação entre ambos. Gilmar Ferreira Mendes, em obra conjuntamente elaborada com Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco, traduz o Poder Constituinte Originário como

A autoridade máxima da Constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do texto. Essa magnitude que fundamenta a validade da Constituição, desde a Revolução Francesa, é reconhecida com o nome de Poder Constituinte originário (MENDES; COELHO; BRANCO, 2008, p. 197).

Poder Constituinte originário é, nos dizeres dos autores acima expostos, “a força política consciente de si que resolve disciplinar os fundamentos do modo de convivência na comunidade política” (2008, p. 197). É, também, *inicial, ilimitado e incondicionado* (MENDES; COELHO; BRANCO, 2008, p. 198).

Acerca do conceito apresentado no parágrafo anterior, os mesmos autores seguem os dizeres do *abade de Siyès* (FERREIRA FILHO *apud* MENDES; COELHO; BRANCO, 2008), que enfatiza que a Constituição é produto do Poder Constituinte originário, que gera e organiza os poderes do Estado, sendo, portanto, superior a eles.

Segundo Manuel Gonçalves Ferreira Filho (2006), a Idade Média não conheceu Poder Constituinte. As regras de matéria constitucional eram costumeiras e como tais só o decurso do tempo as podia mudar. Igualmente não se separavam essas regras das outras, por sua forma.

A distinção entre os dois poderes em tela no presente subcapítulo é feita, como foi colocado anteriormente, entre Poder Constituinte originário, também denominado “genuíno”, e Poder Constituinte derivado, também chamado “instituído”, “constituído”, “remanescente”, “de forma”, “de revisão” (FERREIRA FILHO, 2006). Assim, como foi demonstrado, a ambas as espécies se prende, na doutrina em geral, a expressão “poder constituinte⁴²”, introduzindo a ideia de que esse elemento constitua vínculo em comum a todas as espécies oriundas de sua natureza.

⁴² O poder de reforma – expressão que inclui tanto o poder de emenda como o poder de revisão do texto (art. 3º do ADCT da Constituição Federal do Brasil) - é, portanto criado pelo poder constituinte originário, que lhe estabelece o procedimento a ser seguido e limitações a serem observadas. O poder constituinte de reforma, assim, não é inicial, nem incondicionado e nem ilimitado. É um poder que não se confunde com o poder originário, estando subordinado a ele. Justamente a distinção entre os poderes constituinte originário e derivado justifica o estabelecimento de restrições a este (MENDES, 1997, v.5, n. 21).

Manuel Gonçalves Ferreira Filho segue colaborando com as diferenças entre Poder Constituinte originário e derivado da seguinte maneira:

O Poder Constituinte originário é um poder inicial; ele cria a ordem jurídica, não é criado pela ordem jurídica. É o contrário do que se dá com o Poder Constituinte derivado, que é criado pela ordem jurídica. O Poder Constituinte originário é dito ilimitado, ou autônomo, ou soberano, conforme a preferência doutrinária. O Poder Constituinte derivado ou instituído é um poder subordinado. O Poder Constituinte originário é incondicionado, porque pode manifestar-se dos mais diferentes modos, ou, por outras palavras, não tem um modo prefixado de manifestações. O Poder Constituinte instituído ou derivado tem um modo especial de manifestação, que é o modo previsto na Constituição (FERREIRA FILHO, 2007, p. 113).

Para o presente trabalho, visto o tema ter como um dos objetos o Projeto de Reforma Constitucional ocorrido na Venezuela, será mais propício o debate acerca do Poder Constituinte derivado, que será apresentado a seguir.

3.2.1 Caracteres, espécie e limitação do Poder Constituinte Derivado

O Poder Constituinte, segundo Ferreira Filho, é *derivado*, *limitado* e *condicionado*. É *derivado* por ser oriundo de uma Constituição que o prevê anteriormente; sendo *derivado*, obviamente é *limitado*, pois pode sofrer limitações de ordem jurídica e, também, é *condicionado*, visto ser obrigado a observar normas e pressupostos anteriores ao seu surgimento para reger a sua manifestação (FERREIRA FILHO, 2007).

As espécies de Poder Constituinte derivado, segundo o autor acima citado, são duas e se apresentam da seguinte forma:

-Poder de revisão: diz respeito ao poder, previsto pela Constituição, para alterá-la, adaptando-a a novos tempos e novas exigências;

-Poder Constituinte decorrente: é o Poder Constituinte dos Estados-Membros de um Estado federal. Este deriva também do originário, mas não se destina a rever sua obra e sim a institucionalizar coletividades, com caráter de Estados, que a Constituição preveja (FERREIRA FILHO, 2007).

Como o Poder Constituinte instituído, o poder decorrente é subordinado, secundário e condicionado, ou seja, só pode agir validamente

no âmbito fixado pelo originário. Este por sua vez, fixa princípios explícitos e implícitos e mesmo regras acabadas que devem ser por ele respeitados, e somente se pode manifestar com a observância das formas para ele fixadas na Constituição.

No que concerne às limitações do Poder Constituinte, a maioria dos autores – e enfaticamente André Ramos Tavares (2008) - concorda ao afirmar certa gama de limitação a essa força constituinte, que não se apresenta como função (ou potência) totalmente descompromissada.

Para tanto, será adotado, no particular, como pressuposto a análise dos limites ao Poder Constituinte, a classificação de Nelson Saldanha (TAVARES, 2008, p. 40), ao distinguir um Poder Constituinte posterior (derivado), contraposto ao originário (histórico). O Poder Constituinte posterior não pode atuar, atualmente falando, com inteira e absoluta independência de uma experiência constitucional. É sob essa ótica que poderá ser entendido como poder constituído, porque limitado.

3.2.2 Apontamentos acerca do Plebiscito e Referendo Constitucional: história, diferenças, momentos e importância

3.2.2.1 Plebiscito

O referido termo vem do latim *plebiscitu*, que significa “Decreto do povo” reunido em comícios é instrumento de democracia direta, bem como o referendo (PORTO, 2000, p. 310).

Denise Auad contribui sobre o plebiscito da seguinte maneira:

A partir da evolução da sociedade romana e o crescimento de sua população, os plebeus passaram a exigir direitos e prerrogativas perante os patrícios, os quais foram obrigados a atender aos anseios da plebe, criando-lhes cargos públicos próprios. Assim nasceu o “Tribunato da Plebe”, que permitia aos plebeus vetar as leis que fossem contrárias aos seus interesses (AUAD, p. 17).

Segundo Auad, o plebiscito teria sido largamente utilizado ao longo da história para manter os governantes no poder e reforçar as estruturas existentes. Ou seja,

Por meio do plebiscito, os franceses se pronunciavam a favor ou contra um homem e não a favor ou contra uma proposta, um projeto; confiavam a um homem a faculdade ilimitada do poder, identificando a causa do governante com as causas populares. O plebiscito passou a ser uma arma na mão do Executivo – que possuía exclusividade na convocação e autorização – e que, na verdade, buscava a cumplicidade do povo para legitimar seus atos, em completo desrespeito à soberania popular. (AUAD, p. 20).

Especificamente, no Direito brasileiro e segundo a Constituição Federal do Brasil, artigo 49, inciso XV, é da competência do Congresso Nacional “convocar” plebiscito⁴³, sendo o seu momento da consulta prévio e por decreto legislativo, ou seja, “o plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido”, conforme Lenza. O seu conceito diz sucintamente acerca do plebiscito sendo o mesmo

Uma consulta formulada ao povo, efetivando-se em relação aqueles que tenham capacidade eleitoral ativa, para que deliberem sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa (LENZA, 2006, p. 40).

Assim, a população é consultada antes do ato propriamente dito. Exemplo de plebiscito ocorreu no Brasil, em 21 de abril de 1993, sendo naquela ocasião a escolha entre Presidencialismo, Parlamentarismo ou Monarquia (GUIMARÃES, 2003).

Uma contradição⁴⁴ interessante e sensível ocorre acerca deste conceito, pois a presente dissertação tem como objeto o “Referendo” Constitucional ocorrido na Venezuela em 2007. Ou seja, o momento anterior no país caribenho (referendo ou referendum) foi, com relação ao Referendo venezuelano de 2007, justamente o que o ordenamento brasileiro chama de

⁴³ Acerca do plebiscito estão os artigos 18, parágrafos 3º e 4º e 49, inciso XV da Constituição de 1988; Emenda Constitucional nº 02/1992, que dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do ADCT. A Lei nº 9709/98 regulamentou os institutos do plebiscito, referendo e iniciativa popular.

⁴⁴ Contradição também apontada por Walter Costa Porto no *Dicionário do voto*, 2000.

plebiscito, sendo o referendo autorizado para o povo ratificar ou rejeitar a modificação proposta. O projeto de Reforma foi rejeitado no dia 02 de dezembro de 2007. Ocorre que a contradição se dá pelo fato de a Reforma Constitucional venezuelana não estar vigente à época do Referendo, mas somente o seu Projeto de Reforma aprovado, parecendo, então, o plebiscito o mecanismo legislativo a ser utilizado, como será demonstrado a seguir a respeito do conceito de referendo. Esta contradição se dá pelo fato de que o Projeto de Reforma proposto por Chávez não estava em vigência, sendo o Plebiscito o mecanismo correto a ser utilizado.

3.2.2.2 Referendo

Referendo, segundo Auad,

É um mecanismo de consulta popular para a confirmação ou rejeição de determinada lei, projeto de lei ou emenda constitucional; consiste em submeter ao crivo do povo determinada espécie normativa, fator que enseja a participação popular direta na construção de seu ordenamento jurídico, e por isso amplia espaços democráticos paralelamente ao sistema político representativo. (2001, p. 23).

Desta maneira, o (um) Referendo é “autorizado”, diferentemente do que ocorre com o Plebiscito, também por decreto legislativo, e é posterior ao ato legislativo ou administrativo que o fundamenta. Vera Maria Nunes Michels (2006)⁴⁵ coloca, que

O referendo pode ser facultativo ou obrigatório, conforme a consulta ao povo é imposta obrigatoriedade pela Constituição ou esta deixa a sua prática ao arbítrio de uma autoridade dependente de petição de um certo número de eleitores, com disposto no art. 61, parágrafo 2º da CF, que trata da iniciativa popular em projetos de lei a serem apresentados à Câmara dos Deputados [...] (MICHELS, 2006, p. 33).

Fica evidente que as duas “pilastras” que diferenciam o Plebiscito e Referendo são os momentos quanto à uma determinação administrativa ou legislativa, sendo anterior para aquele e posterior para este. O termo “ratificar ato”, independente de sua natureza, é conclusivo acerca do (de um) Referendo.

⁴⁵ Sob uma perspectiva do direito brasileiro acerca do Referendo.

No *Dicionário do voto* (PORTO, 2000, p. 338) são apresentados três tipos de distinções entre Referendos, que são: 1º entre Referendo Legislativo e Constitucional; 2º Referendo obrigatório e facultativo e o 3º, que é o Referendo de legitimação (ou de ratificação, como fora explicitado acima).

Vera Michels contribui com os “tipos” de Referendo acima, citando Darcy Azambuja, “que já classificava o referendum em obrigatório ou facultativo, mas também mencionava que pode ser consultivo ou deliberativo e constituinte ou legislativo” (2006, p. 34).

O “tipo” de Referendo ocorrido na Venezuela, como se sabe, foi o *constituente*. Poderia ser *deliberativo*, mas este ocorre em caso de lei ordinária.

4 A ANTE-SALA DO PROJETO DE REFORMA CONSTITUCIONAL VENEZUELANO⁴⁶ DE 2007: OS SIGNIFICADOS DAS REFORMULAÇÕES PROPOSTAS

4.1 Introdução

A proposta de Reforma Constitucional encaminhada por Chávez em 2007, na Venezuela, causou intensa manifestação nos âmbitos interno e internacional. Os objetivos do Presidente Hugo Chávez com a Reforma Constitucional, sem nenhuma análise anterior de significado, eram a “aceleração e proclamação” definitiva da “Revolução Bolivariana”, ou o “Socialismo do século XXI”, ambos “sistemas políticos” que intentaram acelerar os seus propósitos via Reforma Constitucional, que são, notoriamente, os modelos políticos propostos por Chávez para a direção da sociedade nacional. Rafael Pinheiro Araujo cita os meandros midiáticos do Referendo venezuelano de 2007 da seguinte maneira:

O projeto de reforma constitucional gerou crítica contundente ao Hugo Chávez. Parte da mídia venezuelana e internacional buscou através de deturpações e anedotas descaracterizar a proposta chavista; escolhendo alguns pontos polêmicos para o ataque e esquecendo-se de outros que se direcionavam para mudanças concretas e qualitativas da vida dos trabalhadores e despossuídos do país (ARAUJO, 2008, p. 03).

O grande carisma que Chávez possuía com o povo, associado a uma tentativa de golpe ocorrida contra o seu governo em 11 de abril de 2002, no qual o Presidente saiu fortalecido e proclamando sua ojeriza aos Estados Unidos e ao capitalismo, foram, também, alguns dos fatores que respaldaram Hugo Chávez a intentar uma Reforma Constitucional. Araujo colocou, também, acerca do respaldo de Chávez que:

⁴⁶ O projeto de Reforma constitucional pode ser extraído na íntegra nos sites www.alopresidente.gov.ve, www.aporrea.org ou www.eluniversal.com.

Os altos índices de popularidade e apoio ao Hugo Chávez, expressos na sua reeleição em dezembro de 2006 com 62,84% dos votos, e nas vitórias obtidas anteriormente, como na negativa da sociedade venezuelana em agosto de 2004 com 59%³, ao referendo que possibilitaria a revogação do mandato de Chávez, e em outros casos anteriores, amedrontaram setores da burguesia venezuelana e internacional em verem aprofundado o processo de transformação, denominado como Revolução Bolivariana, na proposição de reforma constitucional levada a consulta popular em 2 de dezembro de 2007 (ARAUJO, 2008, p. 11).

Para Chávez, a Reforma Constitucional de 2007 seria uma “revolução dentro da revolução”, não explicando ou detalhando no momento desta declaração o que seria, especificamente, esta revolução. Difícil precisar os auspícios ideológicos do Projeto de Reforma propriamente dito. Porém, acerca do fator ideológico na Reforma Constitucional Venezuelana de 2007, segundo o vice-ministro de Relações exteriores da Venezuela William E. Izarra,

A Revolução Bolivariana teve por meta a transformação das relações de poder, relações sociais e relações de produção. Em contraposição a democracia representativa, que se expressa com a manutenção estrutural, ou seja, intenta perpetuar as relações de domínio que exercem as cúpulas sobre o coletivo (IZARRA, 2007).

Ainda acerca das colocações de Izarra, as visões de democracia que se confrontam na Venezuela possuem concepções ideológicas radicalmente opostas. Uma se apresenta como “revolucionária” (pró-Chávez); e outra como “conservadora” (oposicionistas). A confrontação das posições opostas exige reflexão, obrigando a definir o juízo qualitativo que vai ser apreciado na questão específica do Referendo. Pois, ainda segundo Izarra,

Há uma conotação ideológica na formulação do projeto de Reforma Constitucional que “obrigou” os cidadãos a tomar parte do real significado de sua formulação, seja pró ou contra a sua reformulação, visto a gama de modificações apresentadas no respectivo projeto e as camadas sociais diversificadas que seriam abrangidas pela Reforma (IZARRA, 2007).

Assim sendo, certas parcelas da sociedade venezuelana teriam suas estruturas notoriamente abrangidas e ampliadas; e outras correriam o risco de sofrer rupturas e transformações que limitariam o *status* original. Também é importante salientar que o Projeto de Reforma Constitucional, ou o

Presidente Chávez, não criou uma ideologia singular que gerou manifestação contrária (como se somente os *chavistas* fossem providos de ideologia), mas sim abarcou um sem-número de opositoristas que possuíam os mais diversos motivos para ser contra a política de Chávez, pois, se for tomado como referência o exemplo demonstrado a seguir acerca das modificações propostas na Constituição venezuelana para a questão trabalhista, ficará evidente que esta beneficiaria o povo e, principalmente, a “massa” trabalhadora. Ocorre que muitos opositoristas de Chávez (ou de seu governo) se encontram justamente nessa gama de pessoas que seriam diretamente beneficiadas se o Referendo de 2007 tivesse sido ratificado pela população, demonstrando uma desorganização na formação dos defensores do “No”.

4.2 As propostas no âmbito social e trabalhista e o significado das "comunas"

4.2.1 As Comunas e sua importância no governo venezuelano

Um dos objetivos do presidente venezuelano, se o Referendo de 2007 tivesse sido aprovado para a próxima etapa de seu governo “seria a de “modificar” a geografia do país”, segundo Cláudia Jardim. Porém, esse processo de modificação já havia começado com a criação das comunas no dia 10 de abril de 2006. “Modificar a Geografia”, segundo Chávez, seria na verdade mudar a forma de alcance nas comunidades, bairros e cidades mais distantes. Jardim segue elucidando o tema sobre as Comunas afirmando que:

Chávez acreditava à época (e ainda mantém a mesma opinião) que não havia como redistribuir a riqueza com o território centralizado. E para assumir a tarefa de redefinir o espaço geográfico venezuelano, que teria como núcleo primário a (s) “comuna (s)”, Chávez contou com o Poder Popular. *“As como unidades definirão onde começa e onde termina seu território baseadas nas primeiras ocupações”*, conforme rezou o artigo 16⁴⁷ da proposta de Reforma Constitucional. (JARDIM, 2007).

⁴⁷ Artigo 16 – O respectivo artigo diz respeito à organização do Estado, ou seja, o território da Venezuela se divide em Estados, Distrito Capital (Federal), e em “dependências” federais e territórios federais. O território se organiza em municípios, sendo os municípios

As chamadas “comunas”, descritas no Projeto de Reforma Constitucional, devem ser entendidas como “emanação da comunidade”, no sentido de participação efetiva e direta, “e não como referência à “comuna” no sentido francês do termo”, segundo Ignacio Ramonet.

São elas (comunas) representadas por conselhos (conselhos comunais), “sendo sua função principal coordenar e integrar as atividades das organizações já estabelecidas na comunidade: missões, comitês de terras urbanas, comitês culturais, etc” (LAMBERT, 2006).

Apesar de Chávez apresentar uma proposta de Reforma Constitucional que se demonstrou centralizada e focalizada no chefe do executivo, as comunas aparecem justamente como entes descentralizadores. Ou seja, aparentemente, Chávez centraliza suas ações e ideias com a população, descentralizando as ações diretas que visam as melhorias para as comunidades. Cláudia Jardim afirmou, também, acerca das comunas o que se segue:

Em tese, ao equilibrar a distribuição territorial se equilibraria também a distribuição do orçamento aos municípios, tomando em conta o número de habitantes de cada comuna, cidade comunal, províncias e estados. (JARDIM, 2007).

Um dos sites oficiais do Governo da Venezuela chamado “*Alo Presidente*” esclarece acerca do conselho comunal:

O Conselho Comunal é quem apóia e orienta o manejo dos recursos de maneira consciente e transparente. Para ele, existe outro ente que se encarrega de fazer a controladoria social, depois, o Conselho Comunal leva para registro da administração e seus respectivos suportes para obter um manejo impecável de todos os movimentos realizados. Uma vez realizado este procedimento, é feita uma apresentação de contas pública, quando esta é solicitada na assembléia de cidadãos. O poder comunal está levando a participação a outros níveis, estamos construindo o caminho do verdadeiro Socialismo Bolivariano (TORREALBA, 2006).

As comunas, então, são associações de bairro, de moradores, de vila de pescadores, etc, legalmente instituídas e previstas pelo Governo

autônomos. A proposta de reformulação tentou modificar a autonomia dos municípios formando uma espécie de “rede” vinculada diretamente a capital da República, sob a justificativa de unificação dos objetivos internos de melhorias e para uma resposta mais eficaz sobre o enfoque estratégico internacional da Venezuela.

venezuelano para auxiliar diretamente a população, evitando o entrave burocrático das solicitações intermináveis para órgãos competentes em cada província. Com a instauração das comunas, as demandas da população, pelos dados apontados neste capítulo, são mais facilmente abrangidas e sanadas, sendo a camada mais frágil (e mais numerosa) da sociedade beneficiada diretamente.

4.3 Quais foram as propostas de Reforma Constitucional nos âmbitos social e trabalhista?

Os artigos do Projeto de Reforma Constitucional venezuelano de 2007 que abrangeram as relações de trabalho e garantias sociais *lato sensu* foram os seguintes: artigos 87, 90, 100, 158, 168, 184 e 307. Desta forma, serão apresentados e argumentados na ordem proposta pela Reforma de 2007 coincidente com a ordem acima.

No artigo 87, Chávez transcreveu a primeira parte vigente, que diz respeito aos direitos e garantias gerais de todos os trabalhadores e inseriu na sua proposta da nova Constituição que

Com o fim de garantir o exercício dos direitos trabalhistas dos trabalhadores e trabalhadoras não dependentes, como taxistas, comerciantes, artesãos, profissionais e todos aqueles que exerçam por conta própria qualquer atividade produtiva para sustento próprio e de sua família, a lei criará e desenvolverá um Fundo de Estabilidade Social para trabalhadores e trabalhadoras por conta própria, para que com o aporte do Estado e do trabalhador, possa este último gozar dos direitos trabalhistas fundamentais, tais como jubilações, pensões, férias, repousos, pré-natal e outros que a lei estabelecer.

Conforme a transcrição acima pode-se notar a intenção de abranger os trabalhadores autônomos com dispositivos semelhantes ao FGTS brasileiro, mas carece de especificidade com relação ao fundo de depósito, deixando implícito que o Estado é quem arcaria com as despesas totais de custeio.

O artigo 90 diz respeito às modificações na jornada de trabalho, diferenciando o trabalho diurno do noturno, que corresponde atualmente ao

limite máximo de 8 horas diárias e 44 horas semanais para aquele e 7 horas diárias e 35 semanais para este. Na proposta apresentada pelo presidente venezuelano, a jornada passaria a ser, no máximo, de 6 horas diárias e 36 semanais para o trabalho diurno e de 6 horas diárias e 34 semanais, vedando expressamente qualquer tipo de acréscimo na jornada laboral por parte do empregador.

O fator (multi)cultural da Venezuela foi previsto e protegido por Chávez no artigo 100, sendo previstas as garantias para os que compõem a chamada “venezolanidad”, termo utilizado para denominar os descendentes de culturas indígenas, afro-descendentes e europeias. A proposta de reforma para este artigo especificou a questão da pluralidade racial e prevê medidas de equiparação social, incentivo para difusão cultural e a incorporação desses descendentes na seguridade social venezuelana.

O artigo 158, na redação vigente, prevê a descentralização da política nacional de maneira democrática, garantindo todos os direitos e garantias para sua validação. Na proposta de Reforma foi colocada a participação popular como política nacional, criando as melhores condições para uma “democracia socialista”.

Com relação à competência dos municípios, o artigo 168 expõe a seguinte proposta de reforma:

Em seus ofícios, o município estará obrigado a incorporar, dentro do âmbito de suas competências, a participação cidadã, através dos conselhos do Poder Popular e dos meios de produção socialistas.

Ainda acerca das competências municipais, o artigo 184 prevê a descentralização do município, no que diz respeito aos serviços assistenciais e de bairros. Com a Reforma, o texto substituiria as paróquias, comunidades, associações de bairro, etc., para os “Conselhos Comunais”, com o seguinte acréscimo na redação proposta:

A comunidade organizada terá como autoridade máxima a assembléia de cidadãos do Poder Popular, que em seus atributos pode designar e revogar os órgãos do Poder Comunal nas comunidades, comunas e outros entes político-territoriais que se estejam na cidade, como a política primária do território.

Sobre a questão latifundiária na Venezuela, no artigo 307⁴⁸ da Constituição vigente está expressamente prevista a desconformidade na questão de terras improdutivas com os objetivos da República venezuelana. No texto proposto para Reforma, a redação se encontra enfaticamente, também, contrária ao latifúndio, proibindo literalmente tal prática, prevendo sanções às terras que não tiverem produção especificamente agrícola e, também, às terras que prejudicarem o meio-ambiente. Com a diferença de que no texto atual são permitidos os latifúndios, desde que produtivos e não danosos ao meioambiente. Mas no texto proposto, mesmo o latifúndio produtivo e não danoso teria sérias restrições com os dizeres da “Revolução Bolivariana”.

4.4 O entrave do fator político: o que se modificaria na competência e nos limites do Presidente?

O Projeto de Reforma Constitucional, ocorrido na Venezuela em 2007, apresentou 33 propostas de reforma nos artigos da atual Constituição vigente. No âmbito que concerne aos poderes e competências do executivo diretamente foram 15 dispositivos, que são: artigos 11, 18, 67, 70, 136, 141, 156, 185, 225, 230, 236, 251, 252, 328 e 329.

A proposta do Artigo 11 versou sobre os territórios e a soberania do Estado e foi compilado na íntegra do texto constitucional que vigora para proposta, com o acréscimo sugerido por Chávez sobre a soberania no que tange aos mandos militares, dizendo:

⁴⁸ Artigo 307. “É expressamente proibida a pratica do latifúndio por ser contrária ao interesse social. A República determinará mediante lei a forma sobre a qual os latifúndios serão transferidos para a propriedade do Estado, ou dos entes e empresas Públicas, Cooperativas, Comunidades e organizações sociais capazes de administrar e fazer as terras produtivas. Os campesinos e demais produtores agropecuários têm direito a propriedade da terra, nos casos e formas estabelecidos em lei. Para fim de garantir a produção agrícola, o Estado protegerá e promoverá a propriedade social. O Estado velará pela ordenação sustentável das terras de índole agrícola para assegurar seu potencial agro alimentício. A lei criará tributos sobre as terras produtivas que não sejam empregadas para produção pecuária ou agrícola. Excepcionalmente, se criarão contribuições cuja arrecadação se destinará para financiamento, investigação, assistência técnica, transferência tecnológica e outras atividades que promovam a produtividade e rendimento do setor agrícola. A lei regulará matéria específica sobre esta questão. Serão confiscados os recursos que forem aplicados na execução de obras que causem danos irreversíveis à fauna e flora, ou que se dediquem a produção de substâncias psicotrópicas ou alienantes, ou que se permita a utilização dos espaços destinados pelo Estado para cometer delitos contra a Segurança Nacional”.

O presidente da República poderá decretar regiões especiais militares com fins estratégicos e de defesa, em qualquer parte do território e espaços geográficos da República. Igualmente poderá decretar autoridades especiais em situações de contingência, desastres naturais, etc.

No Artigo 18 há a denominação de Caracas como capital da República Venezuelana, não impedindo o exercício do Poder Nacional em outros territórios da Venezuela. Na sua sugestão de reforma para o presente artigo, Hugo Chávez seguiu o artigo vigente nos dizeres de integração e centralização das cidades, proferindo intenções de igualdade e “sublimação popular”⁴⁹. No artigo foi proposta, também, a criação da cidade *Cuna de Bolívar y Reina del Guaira Repano*, estabelecida por lei especial no lugar de Caracas, modificando, obviamente, o nome da capital da Venezuela.

O artigo 67 regrou a participação dos cidadãos na associação para fins políticos e originalmente veda a contribuição de verba pública para fins de campanha, o que se modificaria na reformulação proposta, estabelecendo regras para o financiamento de fins políticos por parte de Estado, o que tornaria possível o financiamento de campanhas políticas pelos órgãos públicos se a Reforma Constitucional tivesse sido aprovada.

As estruturas principais do artigo 70 foram mantidas na proposta de reforma, mencionando os meios de participação popular do povo para o exercício de sua soberania, que são: “eleição de cargos públicos; o referendo; a consulta popular; a revogação do mandato; as iniciativas legislativas, constitucional e constituinte”. A diferença do texto vigente para a proposta está na denominação para construção do “Socialismo do século XXI”⁵⁰.

⁴⁹ Segundo Chávez, a respectiva expressão denotaria uma participação efetiva e direta da população no Governo da Venezuela.

⁵⁰ O presidente da Venezuela mencionou pela primeira vez a expressão “Socialismo do século XXI” no Quinto Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, Brasil, em novembro de 2005. Tratava-se ainda de uma ideia sem definição e de uma alternativa ao modelo que provocara estragos na América Latina. Algo que se colocava entre o “capitalismo selvagem” e o comunismo fracassado. Independentemente do que fosse, não se tratava de uma reedição do socialismo de Estado da União soviética, do Leste Europeu e mesmo da amada Cuba de Chávez. O presidente venezuelano sabia que esses projetos continham falhas e que a maior parte do venezuelanos não aceitaria uma repetição do comunismo à maneira de Fidel. “Chávez, por outro lado, não idolatrava o capitalismo sem limites, cujos resultados ele havia testemunhado com os próprios olhos na Venezuela e no restante da América Latina” (JONES, 2008, p. 464).

O artigo 136 versou sobre o Poder Público, que se distribui em Poder Municipal, Poder Estadual e Poder Nacional, sendo este dividido em legislativo, executivo, cidadão e eleitoral. Na formulação proposta pelo presidente da Venezuela, tem-se o seguinte:

O Poder Público se distribui territorialmente da seguinte forma: Poder Popular, Poder Municipal, Poder Estadual e Poder Nacional. Com relação ao conteúdo das funções que exerce, o Poder Público é organizado da seguinte maneira: legislativo, executivo, judicial, cidadão e eleitoral. O povo é o depositário da soberania, que é exercida diretamente através do Poder Popular. Este não nasce do sufrágio, nem de eleição alguma, mas sim da condição dos grupos humanos organizados como base da população. O Poder Popular se expressa constituindo as comunidades, as “comunas” e o autogoverno das cidades, através dos conselhos comunais, dos conselhos trabalhistas, rurais, estudantis e outros que a lei assegure.

Conforme a citação anterior, o “Poder Popular” no governo de Chávez é a manifestação direta das “comunas” e dos “conselhos comunais”, ou seja, são estes os representantes diretos do Poder Popular para a realização dos projetos localizados nas comunidades venezuelanas, sendo sua expressão um aglomerado de atividades e sentidos que podem ser traduzidos da seguinte maneira: participação ativa e direta das comunidades nas decisões de seus territórios.

No artigo 141, estão contidos os princípios fundamentais da Administração Pública venezuelana, devendo esta servir sempre ao povo, sendo os princípios discriminados da seguinte maneira: honestidade, participação, celeridade, eficácia, eficiência, transparência, demonstrativo de contas e responsabilidade no exercício da função pública. Já na Reforma proposta, o texto sofreria modificação substancial, pois passaria a dever servir, sempre, de instrumento para o Poder Público. A proposta de mudança neste artigo determinaria não somente a modificação do termo “povo” para “Poder Público”, pois esta mudança de conotação acarretaria uma mudança de posicionamento, ou seja, na redação original (e vigente) os princípios da Administração Pública venezuelana apontam para o “povo”, sem determiná-lo, mas mencionando-o; na redação que seria modificada, os princípios da Administração venezuelana iriam convergir para o “Poder Público”. Ora, este

é (ou seria) pólo ativo na execução das diretrizes propostas neste artigo, em contraposição ao “povo”, que é beneficiário direito da Administração Pública, o que significaria dizer então que o executor teria mais respaldo que o beneficiário de seu serviço.

Foram também elencadas no artigo 141 algumas novas categorias para a Administração Pública no Projeto de Reforma venezuelano, que são as seguintes:

As administrações públicas burocráticas ou tradicionais, que são as que atendem as estruturas previstas e reguladas nesta Constituição e nas leis; e as “missões”, constituídas por organizações de natureza variada, criadas para atender a satisfação das mais urgentes necessidades da população, cuja prestação exige a aplicação de excepcionais sistemas, inclusive experimentais, os quais serão estabelecidos pelo Poder Executivo mediante regramento sobre a organização e funcionamento.

No artigo 156 são encontradas as competências do Poder Público Nacional. Sua estrutura original é formada por 33 incisos, sendo que na proposta foram acrescentados mais três. Dentre os 33 incisos originais, somente 19 se manteriam com a redação original, passando os 14 incisos restantes – mais os acrescentados – por modificações.

Com relação aos incisos mencionados no artigo do parágrafo anterior, primeiramente será apresentado o inciso V, sendo que no texto em vigor somente há menção sobre os serviços de identificação. Mas no texto proposto na Reforma, além dos serviços de identificação, foram acrescentados também o registro civil de bens e o registro eleitoral que não existem na Constituição vigente.

No inciso VIII, haveria modificação, com relação ao texto original, da denominação “Força Armada Nacional” para “Força Armada Bolivariana”, mantendo a competência do Poder Federal sobre organização e regime desta.

Na versão original do décimo inciso, é prevista a competência da República para a “organização e regime do Distrito Capital e das dependências federais”. Já na proposta de Reforma se encontraria, acerca do referido tema, que “a ordenação e gestão do território e o regime territorial do distrito federal, estados, municípios, territórios e demais entidades regionais

ficariam sob a égide da República”. Ou seja, somente seriam acrescentados os estados municípios na competência do Governo venezuelano.

O dispositivo XI, originalmente, faz menção à regulação do Banco Central, do sistema monetário, do regime cambiário, do sistema financeiro e do mercado de capitais, bem como a emissão de moeda. Mas, na proposta do presidente Chávez teria o mesmo inciso profunda modificação, passando a mencionar a criação, ordenação e gestão de províncias federais e “comunais”, bem como cidades federais e “comunais” (relacionado às “comunas” mencionadas anteriormente);

O inciso XVI foi completamente modificado, passando a ter a seguinte redação:

A legislação para garantir a coordenação e harmonização das distintas competências tributárias; para definir princípios, parâmetros e limitações, especialmente para a determinação dos tipos impositivos ou alíquotas dos tributos estatais e municipais, assim como para criar fundos específicos que assegurem a solidariedade inter-territorial.

Na proposta feita para o inciso XXII, o Governo Federal Venezuelano passaria este a ter, também, o controle fiscal (centralizado) nas suas atribuições.

No inciso XXVII, o Governo Federal venezuelano passaria a ter administração e conservação sobre as rodovias nacionais, bem como das linhas férreas e teleféricas (inciso XXVIII) e os serviços de telecomunicações e correios (inciso XXIX).

O inciso XXX menciona na proposta de Reforma constitucional que o Governo Federal passaria a ter o controle sobre serviços públicos gerais, como água, luz, telefonia e gás e também teria (inciso XXXI) o manejo total sobre as fronteiras, com o fim promover a noção integral de “povo venezuelano” nos limites descritos do Estado.

A proposta apresentada para o dispositivo XXXII apontou que o Governo Federal da Venezuela passaria a ter a organização e administração nacional da justiça, do Ministério Público, da Defensoria do povo e da Controladoria Geral da República.

O inciso XXXIV teria um acréscimo na sua redação vigente, dizendo “a gestão e administração dos ramos da economia nacional, assim como sua

eventual transferência para setores da economia de propriedade social, coletiva ou mista”. O acréscimo neste inciso, se fosse ratificado o Referendo de 2007, significaria ao mesmo tempo uma maior abrangência na competência do setor econômico federal e uma (possível) ramificação de suas atividades nos três setores mencionados.

Na proposta apresentada para o inciso XXXV, seria feita a promoção, organização e registro dos “Conselhos Populares”, assim como o apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento dos projetos de desenvolvimento social e o inciso XXXVI proporia a atribuição de toda a competência que não fosse dos municípios ou territórios, por omissão, ao Estado.

O Conselho Nacional de Governo seria modificado no artigo 185, dadas as competências e atribuições do Conselho Nacional de Governo, sendo, na redação vigente, presidido pelo vice-presidente, o que seria modificado com a Reforma Constitucional, passando a ser o Presidente da República o chefe do Conselho.

O artigo 225 menciona atualmente os chefes do Poder Executivo venezuelano, com o acréscimo de vice-presidentes, ou seja, na nova redação estaria prevista a nomeação do “1º vice-presidente e quantos vice-presidentes forem necessários”.

Na modificação proposta pelo Artigo 230, Chávez intentou aumentar o período do mandato presidencial de 6 (seis) para 7 (anos) e, também, permitir sucessivas re-eleições, o que o texto original proíbe. Este artigo foi o que recebeu maior destaque dos opositores do governo de Chávez e da imprensa internacional, pois o sentido da proposta interpretado pelos meios de comunicação foi diretamente comparado com perpetuação no poder e pseudosurgimento de um regime autoritário.

Porém, em 2008, Chávez prometeu novo *Referendum* para esta questão, a ser marcado para submeter ao pleito popular no dia 15 de fevereiro de 2009⁵¹. Alguns críticos questionaram por que, então, somente este dispositivo voltaria para ser votado novamente? A perpetuação é o

⁵¹ Sendo este Referendo aprovado com 54,36%, com somente 12% de abstenção. Diferente do que ocorreu no Referendo objeto desta dissertação, no qual mais de 40% da população com condições de votar se absteve, fora aprovado o Projeto de Reforma Constitucional que autorizaria o posterior Referendo, conforme a RNV (*Radio Nacional de Venezuela*).

ponto-chave, novamente, dos críticos para a questão das sucessivas re-eleições.

O artigo 236 rege atualmente as obrigações e atribuições do Presidente da República. Na redação (não menos polêmica do que a do artigo 230) do texto proposto por Hugo Chávez são encontrados apontamentos e modificações sensíveis. No artigo 2º, ele passaria a ser chefe do Estado e Governo, coordenando as relações com outros Poderes Públicos Nacionais. Poderia ainda criar territórios federais, províncias federais ou municípios federais, segundo o artigo 3º. Dirigiria as relações exteriores e a política externa; Comandaria as “Forças Armadas Bolivarianas”, conforme artigo 6º; Administraria a Fazenda Pública, assim como o estabelecimento e regulação da política monetária; Fixaria o número, organização e competência do vice-presidente e Ministros e exerceria a iniciativa constitucional e constituinte. No caso dos artigos 3º e 5º, para efetivo exercício, serão necessárias as autorizações do vice-presidente e Ministros correspondentes.

Foi praticamente em resposta aos artigos 230 e 236, acima mencionados do Projeto de Reforma Constitucional da Venezuela, que se deu o surgimento do “*No*” no Referendo Constitucional de 2007, que foi caracterizado pela multiplicidade de demandas, sendo que grande parte dessas não se posicionou propriamente contra o presidente Hugo Chávez, conforme os dizeres da professora Herrera, mas contra o referendo que tentou modificar a Constituição de 1999. A mesma professora (da Universidad Simon Bolívar) declarou, também, que a oposição a Chávez não conseguiu construir um discurso suficientemente forte e coeso, estando muito dividida. São cerca de 10 líderes (oposicionistas) mais importantes⁵². Uns defenderam a abstenção, outros o voto “*No*”, demonstrando, além da óbvia multiplicidade de demandas, a falta de unidade.

⁵² “As marchas realizadas contra o referendo foram lideradas principalmente por grupos de estudantes contrários à maneira autocrática de Chávez governar - mas que não pregam sua deposição - e não pelos partidos de oposição tradicionais, fragmentados e desorientados, que optaram boicotar o plebiscito, pregando a abstenção dos eleitores e alienando-se assim do certame. Em 2005 esses mesmos partidos de oposição também defenderam a abstenção nas eleições legislativas. Em consequência nenhum deputado opositor elegeu-se para o Congresso, o que deixou a oposição a Chávez sem nenhuma representação parlamentar”.

No artigo 251, estão apresentadas as atribuições do Conselho de Estado, que atualmente é o órgão de consulta do Governo e da Administração Pública Nacional. Com o texto da Reforma seria modificada a denominação para a qual o Conselho serve, que seria então para “consulta e assessoramento do Estado e do Governo Nacional, acrescentando 3 (três) incisos, que são: “1. Emitir opinião sobre o objeto da consulta; 2. Zelar pela observância da Constituição e do ordenamento jurídico; 3. Emitir ditames sobre os assuntos que se submetam a seu parecer e; 4. Recomendar políticas de interesse nacional nos assuntos de transcendência especial”.

O texto vigente do artigo 252 fala sobre o Conselho de Estado, do presidente e vice Executivo e estará assessorado por cinco pessoas designadas pelo Presidente da República, ou um representante designado pela Assembleia Nacional; um representante designado pelo Supremo Tribunal de Justiça e um Governador designado pelo conjunto de mandatários estatais. O texto contido na proposta de Reforma conteve as seguintes modificações:

O Conselho de Estado o presidente da República e estará assessorado pelo Presidente da Assembléia Nacional; pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, pelo Presidente do Poder Cidadão, pelo Presidente do Conselho Nacional Eleitoral e as pessoas que o Presidente da República considere necessário convocar para tratar de matéria específica.

O artigo 328 versa sobre a “Força Armada Nacional”, seus objetivos, sua não-vinculação política e suas atribuições essenciais. Com a Reforma teria o seguinte enunciado:

A Força Armada Bolivariana constitui um corpo essencialmente patriótico popular e antiimperialista, organizada pelo Estado para garantir a independência e soberania da nação, preservando de qualquer ataque externo ou interno e assegurar a integridade do espaço geográfico, mediante estudo, planificação e execução da doutrina militar bolivariana, à aplicação dos princípios de defesa militar e da guerra popular de resistência, a participação permanente de tarefas para manter a segurança dos cidadãos, bem com a conservação da ordem interna, assim como a participação ativa nos planos de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da nação, de acordo com esta Constituição.

De acordo com o que seria modificado na Constituição da Venezuela pelo artigo acima, é possível afirmar uma participação da esfera militar nas atribuições que originalmente não lhe caberiam, como foi colocado no próprio artigo citado, que seria “[...] participação ativa nos planos de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da nação [...]”, ampliando consideravelmente as competências militares.

A proposta para o artigo 328 menciona, também, que o cumprimento das funções previstas neste artigo “estarão sempre a serviço do povo venezuelano em defesa de seus sagrados interesses e em nenhum caso em defesa de oligarquia alguma e nenhum poder imperial estrangeiro”, lembrando o ícone da Revolução Bolivariana no fim do presente artigo, dizendo que seus pilares históricos estão no mandato de Bolívar: “libertar a pátria, empunhar a espada em defesa das garantias sociais e merecer as bênçãos do povo”.

O artigo 329 foi o último proposto para Reforma Constitucional da Venezuela (2007), que versa sobre as Forças Armadas e suas competências. No que foi proposto para ser reformado, relata-se o seguinte:

A Força Armada Bolivariana está integrada pelos distintos corpos de terra, mar e ar, organizados administrativamente nos seguintes componentes militares: o Exército Bolivariano, a Armada Bolivariana, a Guarda Territorial Bolivariana e a Milícia Popular Bolivariana, sendo os ditos corpos estruturados em unidades de guarnição, adestramento e unidades de operações conjuntas, tanto em nível tático quanto em nível estratégico, para fins de cumprimento de missão.

Acerca da modificação proposta acima é pertinente salientar que se a Reforma Constitucional proposta por Chávez fosse aprovada mudaria a denominação das forças armadas e seriam criadas milícias populares, porém sem esclarecer como seriam e o que seriam essas milícias descritas, bem como quem as formaria.

4.5 A questão econômica no Projeto de Reforma Constitucional Venezuelana de 2007.

As questões propostas no Projeto de Reforma Constitucional venezuelana de 2007 que se referem à questão econômica⁵³ foram feitas em 10 dispositivos da Constituição vigente, que são os artigos 112, 113, 115, 167, 300, 302, 305, 318, 320 e 321.

O artigo 112 versa originalmente sobre o incentivo ao livre comércio, à livre concorrência e à distribuição de riqueza proporcionada pelo Estado, assim como a produção de bens e produtos que satisfaçam a população. Com a reforma, a redação permaneceria com o início do *caput* integral, mas com o seguinte acréscimo:

O Estado promoverá o desenvolvimento de um modelo econômico produtivo, intermédio, diversificado e independente, fundado em valores humanísticos de cooperação e a preponderância dos interesses comuns sobre os individuais, que garanta a satisfação das necessidades sociais e materiais do povo, a maior soma de estabilidade política e social e a maior soma de felicidade possível.

A questão da “maior soma de estabilidade política e social e a maior soma de felicidade possível” na citação acima mencionada são também elementos fundamentais do “Socialismo do Século XXI”, visto as regularidades apontadas acerca deste tema.

No artigo 113, tanto no texto original quanto no texto proposto na Reforma Constitucional de 2007, são vedadas as práticas de monopólio sob qualquer circunstância. Porém, no texto apresentado para a Reforma são previstas medidas diretas do Estado para a orientação e interferência direta na economia e na produção e extração de produtos naturais, bem como a utilização de seus dividendos.

O artigo 115 reza sobre a propriedade privada e os deveres do cidadão para com os tributos, restrições e obrigações, podendo ser feita a expropriação sobre qualquer classe de bens, mediante prévia e justa

⁵³ Segundo Chávez, em seu discurso de posse do seu primeiro mandato: “Nosso projeto não é estatista e nem tampouco vai ao extremo do neoliberalismo. Estamos buscando um ponto intermediário, de tanto Estado quando seja necessário e tanto mercado quanto seja possível. A mão invisível do mercado e a mão visível do Estado”.

indenização. O texto elaborado para reforma modifica e inclui uma série de conceitos sobre propriedade, variando sobre o tipo de propriedade, como “propriedade pública”, que é aquela que pertence aos entes do Estado; “propriedade social”, é a que pertence ao povo em seu conjunto e as futuras gerações, podendo ser de dois tipos: “propriedade social indireta”, quando é exercida pelo Estado em nome da comunidade e; “propriedade social direta”, que é denominada quando o Estado representa, sobre distintas formas e âmbitos territoriais demarcados, a uma ou várias “comunas”, constituindo-se, assim, em “propriedade comunal”, ou a uma ou várias cidades, constituindo-se, então, em “propriedade cidadã”. A “propriedade coletiva” é a pertencente a grupos sociais ou pessoas para uso e gozo comum. E, por fim, a “propriedade mista”, que é uma combinação de setores público, social e privado para o aproveitamento na execução de atividades e extração de recursos.

No início do que se pode denominar no respectivo trabalho de “Era Chávez”, o referido presidente dizia que não eliminaria a propriedade privada, apesar de que realizaria esforços para promover as propriedades, produções e distribuições sociais (JONES, 2008). A questão permaneceu sem caráter específico na proposta de Reforma.

No artigo 167 são mencionados os bens pertencentes aos estados, não havendo modificações na redação proposta pela Reforma, exceto o repasse de 25% da arrecadação anual pela República aos estados, comunas, territórios e municípios.

No texto original do artigo 300 estão previstas as condições para criação de empresas descentralizadas para realizarem atividades econômicas e sociais. A proposta de Reforma elaborada por Chávez foi para estabelecer as condições para a criação de “entidades regionais” sob os “princípios da economia socialista”, sendo que as informações acerca destes princípios são imprecisos, tanto no texto de Reforma Constitucional quanto nos pronunciamentos oficiais do Presidente venezuelano. Pois quais seriam os princípios denominados por Chávez? Os princípios clássicos historicamente apresentados ou outros reformulados pelo presidente da Venezuela? E quais e como seriam esses princípios?

O Estado, no artigo de número 302, mantém os direitos soberanos de extração, comercialização e serviços ligados diretamente aos recursos naturais, tanto no texto vigente quanto no texto da Reforma, com a seguinte proposta de acréscimo:

O Estado dará preferência ao uso de tecnologia nacional para o processamento dos hidrocarbonetos líquidos, gasosos e sólidos, especialmente aqueles cujas características constituem a maioria das reservas e seus derivados.

No artigo 305 estão asseguradas as medidas para promover a prática da agricultura sustentável para garantir a segurança alimentar da população, bem como o acesso da população consumidora. O texto proposto para modificação permaneceria o mesmo, com o seguinte acréscimo:

Se for necessário para garantir a segurança alimentar, a República poderá assumir setores da produção agrícola, pecuária e pesqueira, podendo transferir seu exercício a entes autônomos, empresas públicas e organizações sociais e cooperativas comunitárias. Assim como utilizar a plenitudes dos meios de expropriação e ocupação nos termos desta Constituição.

O dispositivo Constitucional de número 318 versa sobre a autonomia do Banco Central Venezuelano para questões de sua competência e gestão. Porém, no texto que seria modificado, o Banco Central daquele país dividiria a competência conjuntamente com o Poder Executivo, estando estes dois últimos sujeitos às determinações do Presidente da República nas questões sobre as reservas internacionais.

O artigo 320 coloca, no texto vigente e na proposta de reforma, os papéis do Estado para promover e defender a estabilidade econômica, evitando a vulnerabilidade da economia e zelar pela estabilidade monetária e de preços a fim de assegurar o bem-estar social. Somente modificaria a redação proposta no texto de Reforma, sem modificar a estrutura original do artigo.

No artigo 321, originalmente se encontram os “freios” macroeconômicos para as questões relativas aos gastos públicos do Estado para com os níveis municipais, estaduais e nacionais. Na redação proposta por Chávez encontrar-se-iam as seguintes modificações:

Como marco de sua função na administração das reservas internacionais, o chefe de Estado estabelecerá, em coordenação com o Banco Central da Venezuela e ao final de cada ano, o nível das reservas necessárias para a economia nacional, assim como o montante das reservas excedentes, as quais se destinarão para fundos que dispõe o Executivo Nacional para a inversão produtiva, desenvolvimento e infra-estrutura, financiamento das missões e, em definitivo, o desenvolvimento integral, endógeno, humanista e socialista da nação.

No último artigo apontado à questão econômica venezuelana, ficaria evidente a quebra de autonomia do Banco Central perante o Executivo, se agravando pela falta de objetividade quando são mencionados “desenvolvimento integral, endógeno, humanista e socialista da nação”.

4.6 Considerações

O capítulo sobre a proposta de Reforma Constitucional, que teve lugar na Venezuela em 2007, versou sobre três temas fundamentais presentes na Constituição daquele país, que versaram sobre as questões social e trabalhista, a questão das competências do Poder Executivo e sobre a questão econômica do país caribenho, além de apresentar e esclarecer pontos-chave sobre o Referendo Constitucional propriamente dito, diferenciando-o da concepção de plebiscito no que tange à espécie de processo constitucional e momento, ressaltando a importância política de um Referendo constitucional em um Estado.

Algumas propostas⁵⁴, como já foi abordado neste trabalho, tiveram grande repercussão na mídia Venezuelana e estrangeira, como foi o caso do acréscimo de tempo de mandato presidencial e a possibilidade de ocorrerem reeleições sucessivas. Porém, algumas propostas tiveram sua redação ofuscada pela “grande mídia”, como foi o exemplo da redução da jornada de

⁵⁴ As propostas incidiram objetivamente sobre os seguintes temas: reeleições, Forças Armadas, comunas, socialismo, poder popular, espaços territoriais, economia e Estado de exceção. Todos abordados no presente capítulo.

trabalho e a ampliação das “comunas”⁵⁵. Outrossim, as regularidades apresentadas pelos discursos dos pró e contra Reforma Constitucional demonstrarão, nos capítulos a seguir, que as identidades formadas durante a campanha de Reforma Constitucional não abordaram tão-somente o objeto da Reforma, mas uma complexa infinitude de significados que tomaram forma no preciso recorte temporal da campanha do Referendo na Venezuela, entre setembro e dezembro de 2007.

⁵⁵ Segundo José Wilson Martins Júnior , os Conselhos Comunais Venezuelanos já têm existência prática e legal (Lei dos Conselhos Comunais de 10/04/2006, Gazeta Extraordinária 5806, e decretos correlatos). A reforma, no entanto, amplia suas competências e dá-lhes corpo constitucional.

5 O DISCURSO DO “SÍ” NO REFERENDO CONSTITUCIONAL VENEZUELANO DE 2007

5.1 Introdução

No presente capítulo será apresentada a parte inicial da análise do discurso referente à campanha do “SÍ” no Referendo Constitucional de 2007 ocorrido na Venezuela, no qual os que se manifestaram a favor do Projeto de Reforma Constitucional sofreram uma derrota que não estava prevista no contexto “Bolivariano”. O “SÍ” perdeu por uma margem de 2% dos votos válidos o respectivo Referendo.

Neste capítulo serão apresentados os argumentos para o surgimento da demanda que apoiou o Projeto de Reforma e os seus porquês, bem como suas regularidades discursivas que tomaram sentido durante a campanha do Referendo de acordo com a teoria do discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), retomando algumas concepções caras para esta Escola, como foi demonstrado no capítulo teórico na primeira parte desta dissertação. Também será retomada, nesta parte do capítulo em tela, a importância do “ícone” para a formação de uma totalidade popular, como foi apontado em capítulo específico acerca da importância de Simón Bolívar nos pronunciamentos de Chávez, bem como para sua construção como “homem do povo”.

Em outro momento neste capítulo, será debatida a vinculação de Hugo Chávez com a propaganda do “SÍ”, demonstrando a sua vinculação com os apoiadores do Projeto de Reforma Constitucional.

5.2 O surgimento da demanda: quem foram os sujeitos?

Após ser aprovado o Projeto de Reforma Constitucional na Venezuela proposto pelo Presidente Hugo Chávez, se iniciou oficialmente a campanha do Referendo Constitucional sob o argumento de continuidade para o “Socialismo do século XXI” e para a “Revolução Bolivariana”, que foram as principais regularidades dispersadas nos discursos sobre a Reforma Constitucional emanados pelos defensores do “Si”.

O vice-presidente da Assembleia constitucional, Roberto Hernández, enfatizou para a *Agencia Bolivariana de Noticias*, no dia 02 de novembro de 2007, a importância da aprovação do Projeto de Reforma Constitucional para “uma transição para a criação de uma Constituição socialista”, e não “uma Constituição socialista por si só”, citando Marx, Engels para fundamentar a “importância da modificação Constitucional contra os opressores imperialistas”.⁵⁶

Com o grande apoio popular que Chávez possui nas camadas mais pobres da Venezuela, ficava evidente que uma das principais fontes de apoio viria daquela gama da população, pois a lógica do “Si” era a lógica do próprio governo Chávez naquele período. Por conseguinte, seria evidente que a vitória esmagadora de Chávez e seus apoiadores viria da população mais carente⁵⁷.

⁵⁶ (<http://www.aporrea.org/actualidad/n104119.html>).

⁵⁷ Fato que não se confirmou, além do fato do alto índice de abstenção no pleito, que ficou em torno de 51%.

Vários pensadores e escritores apontaram diversas razões para o alto índice de abstenção no pleito ocorrido em dezembro de 2007 na Venezuela. “Em um artigo publicado no *La Jornada*, o jornalista uruguaio Raul Zibechi destaca que um de cada quatro venezuelanos que votaram em Chávez, em dezembro de 2006, não foi votar no referendo da proposta de reforma constitucional. Nas eleições presidenciais de 2006, Chávez obteve 7,3 milhões de votos, contra 4,3 milhões dados ao “Sim” no referendo. Por outro lado, o candidato opositor Manuel Rosales recebeu 4,2 milhões de votos em 2006 e o “Não” à reforma obteve 4,5 milhões de votos. Ou seja, assinala Zibechi, houve um pequeno aumento de votos opositores e uma perda de cerca de 3 milhões de votos para Chávez. Considerando o pequeno aumento de votos da oposição, os votos que faltaram a Chávez foram quase que integralmente perdidos para a abstenção (que foi de 25% nas eleições de dezembro e chegou a 44% no referendo)” <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3798>. Já o sociólogo argentino Atilio Borón colocou o seguinte acerca do alto índice de abstenção: “Para muitos venezuelanos, a eleição não era importante, o que explica os 44% de abstenção”, diz Borón. Isso revela, segundo ele, “a debilidade do trabalho de construção hegemônica e de

Outra categoria que manifestou apoio à Reforma Constitucional foi a dos professores, sem dúvida, no dia 24 de setembro de 2007, segundo o periódico “*Diário VEA*”. Neste evento, docentes de 24 estados da Venezuela, acompanhados dos respectivos sindicatos, formalizaram o apoio ao Presidente Chávez. A professora Zulia Mejías, docente do estado de Lara, afirmou ser uma honra apoiar o presidente Chávez, pois em nenhum momento, segundo a mesma, “um país formalizara na Constituição reivindicações sociais para as classes excluídas”.⁵⁸

No dia 27 de setembro de 2007 um grupo de parlamentares venezuelanos visitava o Canadá para difundir os alcances e objetivos do Projeto de Reforma Constitucional. As cidades visitadas foram Ottawa, Toronto e Montreal. Conforme os objetivos do encontro, o Deputado Augusto Montiel afirmou ao *Diário VEA* que as propostas inseridas no Projeto de Reforma Constitucional estavam de acordo com a fortaleza democrática da Venezuela, bem como os temas relacionados à economia, política e saúde. Afirmou, ainda, o respectivo parlamentar, que a Reforma estava de acordo com o Plano do Milênio, firmado por vários países na “*Asamblea de las Naciones Unidas*” ocorrida no ano 2000.

O governo Chávez manteve uma postura lógica de apoio à aprovação do Referendo, como mencionado no parágrafo anterior, contestando algumas afirmações estrangeiras acerca da proposta de Reforma Constitucional, como ocorreu com a Europa ao se pronunciar de maneira negativa para com as propostas feitas por Chávez. Nesta ocasião, o presidente Chávez e seus assessores denominaram de “cínica” – segundo o site *Aló Presidente* (dia 28/06/07) – a posição contrária para com as reeleições indefinidas na Venezuela. Crítica fundamentada na contradição de que países como a Alemanha, Itália, Estônia, Letônia e Grécia (entre outros) podem ter os

conscientização ideológica dos bolivarianos junto às classes populares” <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3798>.

O jornalista Gilberto Maringoni conclui a questão da seguinte maneira: “O governo Chávez tem uma característica de não ter sido resultado de movimentos de massa, mas sim de um cansaço popular com o projeto neoliberal das décadas de 80 e 90 e da crise vivida no país que não resultou em um crescimento da mobilização popular. Isso fez com que não houvesse movimentos autônomos. O que existe são iniciativas políticas populares tomadas pelo governo”, <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3798>.

⁵⁸ A afirmação se insere nas regularidades discursivas do “S” que serão apresentadas no subitem a seguir.

presidentes reeleitos indefinidamente, quando não possuem, ainda, monarquias⁵⁹.

Os estudantes da Venezuela representaram o pólo mais dividido⁶⁰ com relação ao Referendo de 2007⁶¹. Alguns apoiavam Chávez, mas negavam o Projeto de Reforma, sendo que outros eram opositoristas de Hugo Chávez e, mesmo assim, apoiaram o Referendo venezuelano de 2007.

Esta “imprecisão” se tornou visível no dia 1º de novembro de 2007 (um dia antes da deflagração da campanha do referendo), na qual os estudantes da Universidade Central da Venezuela (UCV) propuseram “estabelecer um debate sério, no campo das ideias, sobre a Projeto de Reforma Constitucional” que foi o pedido feito por um grupo de estudantes

⁵⁹ A menção feita à monarquia se dá no sentido da sucessão representativa de Governo/Estado, no qual o presidente Hugo Chávez responde as críticas sobre a sua perpetuidade (ou sua tentativa) no poder comparando e apontando que países que o criticam ainda possuem esta forma de Governo/Estado. (www.alopresidente.gov.ve).

⁶⁰ No dia 22 de novembro de 2007, milhares de estudantes defensores do “*Si*” e do “*No*” foram as ruas se manifestar pelo Referendo Constitucional. Os estudantes defensores do “*Si*”, vestidos com camisetas vermelhas e bonés com as inscrições “*Si*” e “*Si-gue com Chávez*”, fizeram uma caminhada de 5 km até o Palácio de Miraflores, onde o Presidente Chávez os receberia com um discurso no seu retorno de viagem a Ásia e Europa. Já os estudantes defensores do “*No*” se concentraram na Praça de Chacaíto, parte leste de Caracas, para apresentar uma série de propostas eleitorais para o país. Estes estudantes estavam, também, defendendo a permanência da Constituição de 1999, também reformulada por Hugo Chávez, cantando “*Y no, y no, nos los gana, una dictadura como la cubana!*” e também “*Por qué no te callas?*” em alusão a controvérsia do Presidente Chávez com o rei da Espanha.

As manifestações de ambos os pólos representados pelos estudantes ocorreu em comemoração aos 50 anos do “dia do estudante”, que passou a ter esta data pelas grandes manifestações que ocorreram em 1957 na Venezuela e culminou com a queda do ditador Marcos Pérez Jiménez, em janeiro de 1958.

O estudante Emilio Negrín, presidente da União Bolivariana de Estudantes (UBE) assegurou que mais de 90% dos estudantes apoiaram a Reforma Constitucional, mas que a oposição não reconhecia que na campanha havia estudantes “*Si, No*”.

O também estudante Santos Sait, de 25 anos e aluno de Comunicação Social da Universidade Experimental Simón Rodríguez, explicou que saiu às ruas em “*apoio a nosso comandante Hugo Chávez, porque a Reforma aumentará o poder do povo*”.

Sait é contra a afirmação de que a Reforma acabaria com a autonomia universitária, “*porque o novo texto reforça o poder dos estudantes*”

Ángel Solórzano, estudante de Administração que formava a comissão organizadora da marcha disse o seguinte: “*Estou na tua apoiando Hugo Chávez porque ele abriu os nossos olhos*”.

Já o estudante Stalin González, ex-presidente da Federação dos Centros Universitários (FCU) estava chamando a votar pelo “*No*” contra a Reforma Constitucional e evitar o abstencionismo, dizendo o seguinte: “*Não votar beneficiará sempre o Governo. Nós cidadãos não devemos renunciar a nossos direitos*”.

<http://www.lanacion.com.ve/noticias.php?IdArticulo=76175&XR=2>.

⁶¹ Foram relatados vários enfrentamentos entre estudantes durante a campanha do Referendo Constitucional em 2007 na Venezuela, conforme o link <http://www.aporrea.org/educacion/n104122.html>, no qual ocorreu a morte de dois estudantes.

progressistas da UCV aos setores estudantis de oposição, que realizaram manifestação neste dia 1º de novembro para rechaçar o Projeto de Reforma Constitucional⁶².

A aluna de Comunicação da Escola de Sociologia da UCV, Andreína Tarazona, afirmou que “é necessário que os movimentos estudantis se coloquem em marcha para levar a cabo um debate no campo das ideias”. A respectiva aluna seguiu relatando neste momento que “as ações levadas a cabo pela oposição não são somente para rechaçar o governo do Presidente Chávez, mas também para rechaçar o projeto de país que é respaldado pela maioria dos cidadãos”⁶³.

Tal comunicado foi feito, segundo a estudante acima citada, porque “alguns setores da oposição pretendem dizer que são a representação total dos estudantes da UCV”, fato que se demonstra contraditório, pois como conclui a mesma estudante, “aqui existem estudantes como nós que apoiam a Reforma Constitucional”⁶⁴.

Nesta oportunidade foi lembrado pelos alunos da UCV, acima citados, “que os estudantes opositores podem fazer hoje o que antigamente seria pouco provável, pois seriam fortemente barrados e amedrontados nos tempos da quarta República”⁶⁵.

O aluno de economia na UCV Ender Pernía acompanhou a estudante acima citada dizendo que “nesta oportunidade o importante é que os estudantes de oposição definam e assumam um debate sério a respeito do pleito do dia 02 de dezembro de 2007”⁶⁶, acrescentando o fato paradoxal de que “a maioria dos estudantes opositores à Reforma Constitucional não sabia sequer o conteúdo, tampouco o número de artigos a serem modificados”⁶⁷. Ender Pernía continuou com as colocações sobre o Referendo dizendo o seguinte:

Os estudantes que se opõem⁶⁸ ao Projeto de Reforma Constitucional estão atirando no lixo um processo histórico ao intentar destruir os sonhos provenientes da luta de todos os setores estudantis⁶⁹

⁶² <http://www.aporrea.org/educacion/n104043.html>.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ No dia 1º de novembro, um grupo de estudantes defensores do “No” tentou provocar tumulto nas escadarias do Conselho Nacional Eleitoral com o fim de chamar a atenção dos

Os estudantes secundaristas também manifestaram expresso apoio à Reforma Constitucional que ocorreria em 2007 na Venezuela. Junio Bernabé afirmou, no dia 02 de novembro de 2007, para o site que consta no rodapé⁷⁰ o que segue sobre o Projeto de Reforma Constitucional:

Os conselhos do Poder Popular estudantil vão ser encarregados de planificar os projetos em cada uma de nossas instituições e na comunidade, com os conselhos comunais. Nada mais faltará nas nossas escolas técnicas e escolas bolivarianas, se continuarmos saldando a nossa comunidade e defendendo o povo, a pátria e a construção do socialismo que todos queremos⁷¹.

Marta Ávila, coordenadora dos Liceus bolivarianos complementa as colocações do estudante acima dizendo que:

Os estudantes têm voz e voto na construção curricular de todo o sistema educativo. Isso tem sido sistematizado durante estes três anos para que pudesse haver um desenho curricular que unificasse todo nosso país para a construção de uma participação sólida dos jovens em seu processo de crescimento, em seu processo de aquisição de conhecimento para a transformação da realidade, sendo a Reforma Constitucional sumamente importante, porque também nos permitirá modificar a forma de organizar a informação dos estudantes em todos os conteúdos que estão no novo desenho curricular⁷².

No dia 06 de novembro, foi realizada passeata pelo “Si” proposta pela Frente Francisco de Miranda, liderada por estudantes e jovens venezuelanos em geral. Nesta oportunidade, o estudante Jorman Bravo manifestou que os apoiadores do “Si” lutarão para que se consiga a aprovação da Reforma Constitucional, “rumo ao socialismo”. Porque, segundo o estudante, “isto vai ser um primeiro passo para a mudança do sistema econômico e político do país”⁷³.

O Ministro do Poder Popular para a Educação, Adan Chávez, afirmou, em entrevista para a *Rádio Nacional de Venezuela*, que as autoridades

meios de comunicação estrangeiros, conforme a Agencia Bolivariana de Noticias (ABN) (<http://www.abn.info.ve>) em 1º de novembro de 2007.

⁶⁹ <http://www.aporrea.org/educacion/n104043.html>

⁷⁰ www.aporrea.org.

⁷¹ Idem

⁷² <http://www.aporrea.org/educacion/n104107.html>

⁷³ <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=55723>.

trabalham em um novo currículo, que vai desde a educação básica até a educação média, para "transformar o que deve ser transformado"⁷⁴. Segundo o Ministro, se trata de modificar um velho modelo educativo e capitalista, baseado no egoísmo e individualismo, por um modelo socialista que privilegia a solidariedade, o bem comum e coletivo para dar-lhe conteúdo real ao Socialismo do Século XXI⁷⁵.

No mesmo sentido do Ministro do Poder Popular estavam os professores do Estado de Bolívar, que se manifestaram, no dia 26 de outubro, afirmando que a oposição⁷⁶ ("No") à Reforma Constitucional estaria usando as re-eleições indefinidas para confundir e ludibriar a população contra Hugo Chávez. Sobre os objetivos da Reforma Constitucional foi dito o seguinte por um dos líderes da manifestação:

Anunciamos nossa incorporação ao comando regional pelo "Si", pois o Projeto de Reforma é a resposta para os sonhos e esperanças de milhões de venezuelanos que estão há décadas esperando uma mudança na sociedade⁷⁷.

Corroborando com o Ministro Chávez a Diretora da "Zona Educativa" Zoraida Parra, afirmando para a imprensa venezuelana que a Reforma

⁷⁴ <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=17&t=50394>

⁷⁵ O Ministro Chávez colocou o seguinte acerca do socialismo proposto na Venezuela: "A Venezuela está em uma etapa de transição para o socialismo, que temos determinado como o "Socialismo do Século XXI", porque efetivamente é o nosso próprio socialismo. (...) Estamos inventando nosso próprio modelo, tendo em conta nosso modelo e nossa própria realidade, baseados no pensamento de Simon Rodríguez, Bolívar e nossos outros libertadores. Sempre temos sido fiéis ao nosso discurso e ações desde os primeiros anos da Revolução Bolivariana. Temos nossa figura ideológica baseado em três raízes: Rodríguez, Bolívar e Zamora. De maneira definitiva assumimos o pensamento dos lutadores não somente da Venezuela, mas também da América latina, por sua autêntica liberdade de nossa pátria e nosso continente

⁷⁶ No dia 1º de novembro de 2007, um grupo de estudantes oposicionistas tentou tomar o CNE (Conselho Nacional Eleitoral) para impedir a aprovação do Projeto de Reforma Constitucional que autorizou o Referendo. Nesta oportunidade, o Diretor do CNE, Germán Yépes, manifestou-se contra o fato, dizendo que "a tentativa de sabotagem feita pelos estudantes ocorreu para tentar implantar na comunidade internacional uma órbita de instabilidade governamental".

<http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=55517>. Neste mesmo dia, o Ministro do Poder Popular para as Relações Internas e Justiça, Pedro Carreño, também posicionou-se contra a manifestação dos estudantes, argumentando que a oposição deve ser feita sob os moldes democráticos e não pela violência, corroborando com o Diretor da CNE no que diz respeito aos objetivos da manifestação à CNE, dizendo que o evento foi realizado para implantar uma instabilidade democrática no país para os olhos da mídia interna e exterior. <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=55473>.

⁷⁷ http://www.correodelcaroni.com/component/option,com_wrapper/Itemid,174/?id=81509

marcaria de maneira muito peculiar todos os educadores e setores ligados à educação. Acerca desta afirmativa, Zoraida explicou que

Com o marco desta constituição se eleva o nível de vida da educação e, também, consideramos que estamos dando um salto qualitativo com relação ao artigo 103⁷⁸ da Constituição de 1999, pois com a aprovação da Reforma haverá um salto na educação como direito obrigatório para a igualdade de condições e oportunidades, desde o período maternal até a universidade⁷⁹.

A Diretora continuou a sua contribuição dizendo a respeito da Reforma Constitucional que

Este direito, em condições de igualdade e gratuidade, eleva a condição de vida das crianças e adolescentes, pois desde o ventre materno começam a ser atendidos. O Socialismo do Século XXI, que já está presente nas escolas, é exibido com um grande êxito do Ministério do Poder Popular para a Educação com a missão “Vida que começa desde o ventre⁸⁰”.

Outras duas categorias que apoiaram o Projeto de Reforma Constitucional de 2007 foram os sindicatos simpatizantes a Chávez e os funcionários públicos⁸¹, embebidos com promessas de benefícios feitos pelo

⁷⁸ Vide artigo equivalente no Projeto de Reforma Constitucional venezuelano abordado na Primeira parte da presente dissertação com relação ao artigo 184, que reza sobre as modificações do poder de decisão e participação social das comunidades no que tange a saúde, educação, saneamento e trabalho. Zoraida Parra “estendeu” a abrangência do artigo afirmando que este daria oportunidade para os trabalhadores, professores e estudantes de participar de maneira democrática na eleição de suas autoridades e que teriam, assim, autonomia para definir os parâmetros das universidades. Ocorre que o respectivo artigo não menciona tal autonomia universitária, ditando somente a autonomia social dentro das comunas previstas.

⁷⁹ <http://www.lanacion.com.ve/noticias.php?IdArticulo=75998&XR=2>.

⁸⁰ http://www.correodelcaroni.com/component/option,com_wrapper/Itemid,174/?id=85703.

⁸¹ Porém, conforme denúncia do presidente do partido opositor clássico de Chávez a Ação Democrática, Vítor Bolívar, que afirmou o seguinte: “estão fazendo ameaças muito fortes contra todos os trabalhadores e funcionários do Estado para obrigar-los a votar, passando-lhes lista por lista dos funcionários para haver um controle de quem irá ou não ao Referendo votar”. Bolívar continuou com a acusação dizendo o seguinte: “Não podemos continuar quietos ante tanta irregularidade e imoralidade, como é isso que está ocorrendo tentando levar os funcionários a força para votar, pois é certo que os funcionários do Governo votarão a favor da Reforma de Chávez pelos benefícios que este promete”. Bolívar aproveitou a oportunidade para questionar a situação do desabastecimento que os venezuelanos enfrentam todos os dias, argumentando da seguinte maneira: “Realmente é alarmante que os venezuelanos não tenham a possibilidade de contar com alimentos e ingredientes necessários para poder desfrutar agora. Lamentavelmente, como já dizia Maza Zavala, neste país nós seguimos levando a cabo uma política de porto, pois não há produção nacional, por exemplo o leite, carne e trigo, de maneira que tudo deve ser importado” <http://www.lanacion.com.ve/noticias.php?IdArticulo=76032&XR=2>.

governo Chávez. Dentre estes funcionários destacam-se os vinculados à PDVSA, que manifestaram expresso apoio do “Si” no Referendo de 2007, segundo o *site* da estatal venezuelana .

No dia 29 de novembro de 2007, véspera das eleições para o Referendo Constitucional, o Ministro do “Poder Popular” para a Energia e Petróleo e Presidente do “Petróleo da Venezuela”, Rafael Ramírez, afirmou para a *Rádio Nacional da Venezuela* que

Nada debilitaria a PDVSA com relação ao Referendo, pois agora era uma empresa sólida e comprometida com o povo venezuelano e que já não se encontra mais subordinada aos mandos imperialistas, como esteve a velha PDVSA⁸².

Na oportunidade destacada acima, o Ministro Ramírez enfatizou, também, que os trabalhadores da “Nova” PDVSA estavam mobilizados e alertas para enfrentar qualquer tentativa de sabotagem nas instalações da Corporação por parte de setores antidemocráticos que insistem em ignorar a vontade popular de perpetuar a construção do “Socialismo do Século XXI”. Ainda nesta oportunidade, Ramírez colocou o seguinte: “A PDVSA é uma empresa nacional, com alto conteúdo popular, com trabalhadores mobilizados e a serviço da vontade popular”⁸³, concluindo que seria adquirido um maior respaldo para a PDVSA com a Reforma Constitucional.

Os representantes da população indígena da Venezuela marcharam, no dia 16 de novembro de 2007, da praça “El Venezolano” em Caracas até a vice-presidência para entregar um documento de apoio à Reforma Constitucional proposta por Hugo Chávez e ao próprio Chávez, rechaçando o “Por que no te callas?”⁸⁴ do rei da Espanha, ocorrido na XVII Conferência

⁸² www.pdvsa.com/erchivo/2007/11/29

⁸³ (www.pdvsa.com/erchivo/2007/11/29)

⁸⁴ A Deputada Nohelí Pocaterra, Coordenadora Geral do Conselho Nacional dos Índios da Venezuela (CONIVE), manifestou sua repudia contra a atitude do Governo espanhol contra o Presidente Hugo Chávez Frías. Neste sentido, a Deputada Pocaterra expressou a contradição do rei da Espanha de “pedir respeito de maneira tão desrespeitosa, mandando um chefe de Estado eleito democraticamente três vezes calar a boca”. A Deputada também comentou que o rei da Espanha mandou o Presidente Chávez calar a boca pelo fato de este estar lembrando que o Presidente espanhol apoiou a tentativa de golpe de 2002, lamentando o fato. Pois, segundo a Deputada, era o momento para o rei refletir, e não atacar. Nohelí Pocaterra também afirmou que ninguém vai se calar, dizendo que o Presidente Chávez é um exemplo de índio mestiço americano comprometido. Também afirmou a Deputada que o único Presidente na história da Venezuela que obteve apoio de

Ibero-americana. Ao todo, segundo o *site*⁸⁵ mencionado no rodapé, foram mais de mil indígenas de diversas partes do país para o encontro⁸⁶, lembrando que apesar de os índios representarem apenas 1% da população venezuelana, 68% são considerados mestiços, o que contabiliza 2/3 da população do país caribenho⁸⁷.

As mulheres venezuelanas também foram às ruas apoiar o Projeto de Reforma Constitucional. A integrante do “Comando Zamora” para as mulheres, Margaud Godoy, indicou que o respectivo evento concluiu as manifestações realizadas em 24 Estados do país, feitos através de caravanas, marchas, e inúmeros debates sobre o Projeto de Reforma Constitucional.

A também integrante do “Comando Zamora” feminino, María León, destacou na oportunidade que esta organização é formada por mulheres afro-descendentes, indígenas e mães de soldados venezuelanos.

No dia 27 de novembro de 2007, o Presidente Hugo Chávez ressaltou a ação das mulheres venezuelanas na participação efetiva da campanha do Referendo, afirmando:

As mulheres possuem habilidades para a política, arte e para sobreviver em condições adversas. É imprescindível, para que a revolução tenha êxito, que as mulheres tenham mais poder⁸⁸

forma aberta do povo, das culturas indígenas, das culturas afro-descendentes e todos os movimentos que compõem as minorias na Venezuela foi o Presidente Chávez.

Finalmente, a Deputada concluiu fazendo um chamado aos intelectuais, pensadores e governantes da América latina, dizendo que este é o momento de se manifestar, reiterando o fato de que a herança indígena deve se pronunciar, exigindo respeito para o Presidente Chávez e a Venezuela. <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=56245>.

⁸⁵ <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=56220>

⁸⁶ Mesmo após a derrota do “Sí” no Referendo Constitucional, os índios continuaram manifestando apoio ao Presidente Chávez. José Poyo, Deputado de origem indígena colocou em entrevista coletiva que a pesar da derrota do “Sí” no Referendo, será dada sequência ao trabalho para a adequação de leis que garantam uma melhor qualidade de vida aos povos originários da Venezuela, explicitando o seguinte: “A Revolução Bolivariana segue sendo a grande esperança para o povo indígena venezuelano e esperamos no futuro obter grandes ganhos com o que estamos plantando com as transformações da Carta Magna. Nossas comunidades estão mantendo em todas as eleições o postulado de apoiar o processo bolivariano, o Presidente Chávez e ao sistema socialista, que é o mais parecido com a nossa forma de convivência desde os nossos ancestrais” (<http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=57244>). O deputado indígena concluiu a entrevista afirmando que a Reforma Constitucional segue vigente, pois a vitória do “No” não se demonstrou expressiva.

⁸⁷ <http://countrystudies.us/venezuela/17.htm>

⁸⁸ <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=56810>

Todos os *sujeitos* do “*Si*”, apresentados neste capítulo, já tinham produzido sentido em outro momento na Venezuela, mais precisamente desde a chegada de Chávez ao Poder no país caribenho. Pois, conforme já exposto acerca das cadeias de equivalências segundo a lógica discursiva de Laclau e apresentadas por Burity (2006) no capítulo teórico específico, esses (diversos) *sujeitos* foram primeiramente abarcados pela conotação revolucionária proposta por Chávez no início de seu mandato em 1999. E, sendo a Reforma Constitucional venezuelana uma continuidade do projeto para a Revolução Bolivariana (ou o Socialismo do Século XXI), segundo os pronunciamentos de Chávez, quando justificou o Projeto de Reforma Constitucional, então os mesmo *sujeitos* de 1999 estariam em 2007 apoiando os Projetos de Chávez, principalmente a gama mais carente que fora abarcada nos discursos do recém eleito presidente da Venezuela, como será argumentado a seguir.

Os apoiadores de Chávez no Referendo Constitucional de 2007 foram protagonizados pelos sindicatos de trabalhadores do Governo venezuelano, professores, Ministérios do Governo venezuelano, movimentos campesinos⁸⁹, funcionários públicos integrantes das Comunas⁹⁰ e parte do grupo de estudantes, na sua grande maioria oriundos de Universidades públicas. Ou seja, a mesma parcela da população venezuelana que costumeiramente vinha apoiando o Presidente Chávez no seu governo.

O referencial para os simpatizantes do “*Si*” não foi somente o conteúdo do Projeto de Reforma Constitucional, mas sim, em grande parte, por ter sido um projeto do Governo venezuelano liderado por Hugo Chávez, conforme foi explicitado em capítulo anterior, no qual foram trabalhadas as principais questões que levaram à aceitação popular do Presidente venezuelano⁹¹. Dentre estes argumentos estão prioritariamente aqueles que

⁸⁹ Representados pela “Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora” (FNCEZ) e pela “Frente Nacional Comunal Simon Bolívar” (FNCSB), manifestaram profundo descontentamento com a derrota sofrida em dezembro de 2007. Orlando Zambrano, dirigente da FNCEZ, declarou nesta ocasião o seguinte: “Queremos declarar neste momento que nós, componentes desta corrente revolucionária, representada pela FNCEZ e a FNCSB continuaremos cavalgando e batalhando pela construção do socialismo como objetivo estratégico desta Revolução Bolivariana”. www.diariovea.com.ve do dia 10/12/07.

⁹⁰ Nesta estão inseridas as associações de bairros, ONGs patrocinadas pelo governo da Venezuela e líderes comunitários.

⁹¹ O professor José David Meza e o ecologista Edwards Castillo concordaram sobre o fato de Chávez ter surgido com “monstruosa” aceitação popular após a tentativa de golpe em

abarcaram os sujeitos compreendidos no parágrafo anterior, formando uma unidade em comum de apoiadores do Presidente e de seu governo no momento histórico específico, preconizando o que a *teoria do discurso de Laclau* (2005) demonstra com a prática articulatória, formando *pontos nodais* por um sentido comum (*hegemônico*) causado por diversas demandas insatisfeitas (mas que as contingências discursivas foram de encontro às propostas do Presidente Hugo Chávez), que somadas passaram a denotar um determinado sentido, formando o discurso do “*Si*”.

A formação do discurso dos apoiadores do Projeto de Reforma Constitucional se deu, assim, de forma mais previsível, visto a vinculação da Reforma Constitucional à própria figura do Presidente Chávez, conforme quadro ilustrativo a seguir:



Fig. 01: Representação da Cadeia Equivalencial do “SÍ”

É pertinente ressaltar acerca do discurso do “Si” a importância dos *significantes vazios* na formação do apoio que Chávez obteve no Referendo demonstrado nas regularidades acima. Na Primeira Parte do respectivo trabalho, foi apresentado capítulo específico sobre Bolívar, para ilustrar o principal *significante vazio* nos discursos de Chávez. Pois, conforme a concepção básica desta categoria discursiva, os significados que Simon Bolívar reflete são os de liberdade, igualdade, revolução e luta contra o opressor. Ou seja, todos estes significados representam grandes aglomerações de sentido, o que torna indeterminados seus sentidos.

Como exemplo das colocações acima pode-se evidenciar o pronunciamento de Hugo Chávez, no dia 28 de novembro de 2007, no qual o Presidente afirma que:

A Reforma Constitucional é uma poderosa, estratégica, integral e complexa fórmula para transcender definitivamente para o modelo socialista venezuelano; é a chave dos portões para o novo socialismo deste século, que permitirá afinar para o rumo bolivariano⁹².

Chávez afirmou, na oportunidade acima, que o “império e os lacaios internos desenvolverão um plano golpista de sabotagem contínua para evitar o Referendo do dia 02 de dezembro de 2007” e, também, “tentarão me matar por causa do êxito no Referendo Constitucional”⁹³. O “Comandante” Chávez concluiu o pronunciamento reiterando o compromisso de “lutar sem descanso” para uma nova Pátria justa, solidária e igualitária.

No mesmo sentido que Chávez menciona reiteradamente Bolívar em seus discursos - e na própria denominação oficial da Venezuela - (República Bolivariana da Venezuela), faz uso, também, dos argumentos do personagem histórico: liberdade, igualdade, revolução e luta contra o opressor. Com a diferença de que “o opressor” indicado por Chávez é “o imperialismo”, deixando mais evidente a colocação dos “significantes sem significado”, à medida que o Presidente Bush representou a liderança do imperialismo, segundo Chávez, mas não o imperialismo⁹⁴ propriamente dito. A categoria dos *significantes vazios* se dá, na verdade, de maneira isenta e analítica com relação à análise do discurso no modo *stricto*. Outrossim, quando se afirma que esta categoria discursiva é um “significante sem significado” está se evidenciando a imprecisão de um determinado conceito pelo grande acúmulo de significações⁹⁵ que aquele conceito específico suporta.

⁹² <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=56847>.

⁹³ Idem.

⁹⁴ No sentido de não ser o representante único do imperialismo mundial.

⁹⁵ São inúmeros os exemplos de significantes vazios na história, conforme mencionado acima. Mendonça, de maneira específica, abordou a campanha das Diretas já (MENDONÇA, 2004) como objeto de estudo, no qual são evidenciadas inúmeras regularidades diversas daquela que pregava as Diretas, que fora a exigência do retorno do voto direto.

5.3 A grande abstenção no dia 02 de dezembro de 2007 como “terceiro discurso” na campanha do Referendo

A derrota sofrida no dia 02 de dezembro de 2007, segundo diversos periódicos venezuelanos e estrangeiros, seria pelo alto índice de abstenção da população, que estaria compreendida justamente pelos chavistas insatisfeitos com o desempenho do governo venezuelano no último semestre, gerando descontentamento e desconfiança com relação ao Presidente Chávez. No dia da divulgação do resultado do Referendo Constitucional de 2007, Chávez confirma a questão da abstenção em seu discurso no salão Ayacucho, no Palácio de Miraflores, dizendo enfaticamente o seguinte: “A abstenção nos derrotou”. Milhões de venezuelanos que há um ano votaram em nós, não vieram votar” (MARINGONI, 2008, p. 28-29).

No dia 05 de dezembro de 2007, o diplomata venezuelano Bernardo Álvarez afirmou que “na jornada do Referendo para Reforma Constitucional, a oposição não cresceu, o que deve chamar para a reflexão para uma sequência do processo bolivariano”⁹⁶. Nesta oportunidade, o Álvarez colocou que uma porcentagem considerável dos eleitores que sempre votaram em Chávez para Presidente não votou a favor da Reforma Constitucional, chamando novamente a atenção para a reflexão das possíveis causas deste fato. Porém, o diplomata ressaltou como lado positivo da derrota no Referendo o fortalecimento do processo democrático e a derrota que a “oposição democrática” deu sobre a “oposição violenta”, que tentou desestabilizar a Venezuela durante o pleito.

Com relação à grande abstenção no Referendo de 2007 pode-se afirmar, segundo Maringoni, que não foi a oposição quem ganhou o pleito, e sim o Governo que o perdeu. Porém, as afirmações anteriores, apesar do apontamento de um dado real, não respondem às causas da grande abstenção do pleito de 2007. Maringoni levanta os seguintes questionamentos sobre o tema:

⁹⁶ (<http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=57316>)

O que levou mais de um milhão de chavistas a ficarem em casa naquele domingo, 02 de dezembro de 2007? Por que não se animaram a apoiar as 34 propostas de emendas editadas pela Presidência da República, mais as 35 adicionadas por sua base de apoio na Assembléia Nacional?

A derrota no Referendo, ainda segundo Maringoni,

Foi construída involuntariamente pelo governo ao longo de um ano. Julgando dispor de uma confiança ilimitada por parte da população, o chamado oficialismo se surpreendeu com um resultado para o qual não estava preparado (MARINGONI, 2008, p. 37).

O sociólogo Edgardo Lander avança na questão sobre a votação no Referendo de 2007 dizendo que uma das razões do *abstencionismo* ocorrido foi “o rompimento do mito⁹⁷ do dirigente messiânico, seguido por uma massa popular incondicional, carente de capacidade de fazer juízo político próprio”⁹⁸, concluindo da seguinte maneira:

A população, que foi submetida praticamente a uma chantagem política (escolher entre Chávez e Bush), demonstrou ter autonomia e capacidade para, através da abstenção, manifestar um estado de mal-estar e fazer um chamado de alerta⁹⁹.

Objetivamente, segundo, Maringoni (2008), três¹⁰⁰ fatos ocorridos à época (ou pouco antes) da campanha do Referendo podem ter desgastado o governo venezuelano perante a população, que foram o fechamento da RCTV, a guerra declarada por Chávez contra a Igreja Católica e a “traição” do ex-General e ex-Ministro da Defesa Raúl Baduel (os dois últimos serão abordados no capítulo sobre o “No”).

O fechamento da RCTV, em maio de 2007, deflagrou um sério desgaste do governo de Chávez, que viu pela primeira vez em oito anos (à época) de governo sucessivas manifestações de estudantes contra esta medida, conjuntamente com os setores conservadores que denunciavam a

⁹⁷ Conforme foi abordado no segundo capítulo da presente dissertação.

⁹⁸ <http://rebellion.org/noticia.php?id=60884>.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Pode-se acrescentar dois itens às justificativas do autor citado para a grande abstenção nas eleições do Referendo de 2007, que foram o famoso “Por que no te callas?” do rei da Espanha, no dia 13 de novembro de 2007 durante a XVII Conferência Ibero-americana, que não passou despercebido pelos defensores do “No”, que usaram com *hit* para as suas manifestações e a escassez na distribuição de alimentos às vésperas do Referendo.

medida do presidente venezuelano. Situação esta que se tornou infundada, visto os dizeres da Lei de Telecomunicações da Venezuela apresentada em entrevista com Theodoro Petkoff:

No artigo 3º da Lei de Telecomunicações está escrito que a concessão será outorgada por vinte anos e renovada automaticamente. Mais adiante, no artigo 4º, o raciocínio se completa: salvo a existência de algum processo ou decisão judicial. Não havia nenhum processo em curso contra a RCTV (MARINGONI, 2008, p. 33)

Com a citação acima pode-se afirmar que a não-renovação da concessão da RCTV foi um erro no mérito e na medida tomada, visto que a partir desta decisão a democracia (que foi usada como um dos principais argumentos para a defesa do “No”) na Venezuela começou a ser seriamente posta em dúvida por diversos setores internos e internacionais.

Outra questão que a não-concessão da RCTV pode ter provocado ocorreu pelo fato de que esta rede televisiva possui uma programação extremamente popular, com programas de auditório e novelas de considerável nível de audiência, sendo que a partir da não-renovação da concessão seu sinal somente pôde ser transmitido na forma de canal fechado, excluindo a população carente de poder assistir os programas populares.

A grande abstenção levantou, então, uma questão que estava perene na campanha do Referendo Constitucional de 2007, que foi a da vinculação do “Si” ao conteúdo do Referendo propriamente dito, e não à pessoa do Presidente Rafael Hugo Chávez Frias, como será analisado a seguir.

5.4 Hugo Chávez é o discurso do “Si”?

A proposta de Reforma Constitucional foi enviada pelo Presidente Chávez, no dia 15 de agosto de 2007 à Assembleia Nacional para debate, sendo o referido projeto aprovado no dia 25 de outubro e sancionado no dia dois de novembro do mesmo ano. Porém, mesmo antes de sancionado o Projeto de Reforma as posições pró e contra reforma já estavam sendo

formadas, com seus respectivos discursos formando os devidos sentidos (“*Si*” e “*No*”).

No mesmo dia do pronunciamento feito pela Assembleia Nacional acerca do sancionamento do Projeto proposto por Chávez, o Presidente da Venezuela declara oficialmente aberta a campanha do “*Si*” em seu *site* oficial de pronunciamentos, o *Aló, Presidente!* Neste momento, mesmo sendo óbvia a posição de Hugo Chávez no Referendo pelo simples fato de ter sido ele o autor e idealizador do Projeto de Reforma Constitucional, fica clara a posição que seria tomada pelo Presidente Chávez e sua equipe acerca do Referendo de 2007.

Porém, conforme será demonstrado no discurso do “*No*” no capítulo seguinte, houve uma “desorganização com sentido” na gama que se posicionou contra a Reforma Constitucional de 2007 na Venezuela, pois alguns setores eram justamente chavistas, mas não apoiavam os conteúdos do Projeto de Reforma proposto, enquanto outra parte era somente contrária ao próprio Presidente Venezuelano, principalmente os patrocinadores do “*No*” com bandeiras bem definidas contra Chávez.

A vinculação do Projeto de Reforma à pessoa de Chávez foi notória em ambas as posições acerca do Referendo, mas mais evidenciada no “*Si*”, visto o grande respaldo que Chávez possuía nas camadas mais populares, por intermédio de suas ações de governo e seus pronunciamentos para as camadas mais pobres da sociedade venezuelana, o que termina por refletir na sua aceitação. O surgimento de uma identidade que apoiasse o seu Projeto de Reforma seria uma questão óbvia, segundo os interlocutores de seu discurso. O próprio lançamento oficial, como já foi afirmado acima, da campanha pró-Referendo feita por Hugo Chávez já direcionou boa parte do eleitorado do “*Si*”.

Outros fatores para o fato da vinculação do “*Si*” à pessoa de Chávez foram os altos índices de inflação no segundo semestre de 2007 (18% a.m.) (*Correo del Caroní*, Janeiro de 2007), o descumprimento da promessa de elevar as condições de trabalho de cerca de 40% dos trabalhadores

informais, o desaparecimento de alimentos básicos¹⁰¹, como leite, carne, açúcar e feijão dos comércios privados e públicos.

5.5 Considerações

Neste capítulo foram abordadas as questões que “construíram” o discurso do “*Si*” na campanha do Referendo Constitucional de 2007, apresentando primeiramente os sujeitos que basicamente se manifestaram em *regularidades discursivas* durante a campanha.

Dentre as justificativas apresentadas pelos sujeitos que apoiaram o Projeto de Reforma Constitucional de 2007 e compuseram o discurso do “*Si*” estava o fortalecimento da democracia, a universalização dos direitos humanos, os projetos de reivindicações sociais para as classes excluídas e a consolidação do poder popular.

O “*Si*” carregou consigo uma peculiaridade e uma incerteza: a primeira pelo fato de ser este discurso diretamente vinculado a pessoa do Presidente Rafael Hugo Chávez Frias em razão de ter sido o idealizador do Projeto de Reforma Constitucional e pelo carisma que possui em diversos setores da sociedade venezuelana; e a incerteza pela dificuldade em precisar os motivos que levaram um robusto número de pessoas a se absterem do pleito de 02 de dezembro de 2007, conforme fora demonstrado em subtítulo específico.

No presente capítulo também foi apresentado um quadro ilustrativo com os principais sujeitos que formaram o discurso “*Si*”, sendo este apresentado ao centro do quadro, com uma breve retomada das categorias do discurso essenciais para a elucidação deste trabalho.

A seguir, será trabalhado o discurso do “*No*”, no qual serão apontados os elementos fundantes deste discurso e como eles se vinculam às categorias discursivas da teoria do discurso.

¹⁰¹ Fato que levou o Governo venezuelano a importar alimentos, despendendo milhões de dólares, impossibilitando os consumidores mais necessitados de adquirirem os alimentos por um preço razoável.

6 O DISCURSO DO “NO” NO REFERENDO CONSTITUCIONAL VENEZUELANO DE 2007

6.1 Introdução

Neste capítulo será demonstrado o discurso do “No” e os sujeitos que o compuseram no Referendo Constitucional de 2007, ocorrido na Venezuela, sendo estes especificamente trabalhados na primeira parte do presente capítulo.

As regularidades que se manifestaram em oposição ao Projeto de Reforma da Constituição foram compostas, principalmente, por estudantes, professores, Igreja Católica e setores ligados às atividades monetárias e de comércio.

Os opositores da Reforma Constitucional, como será demonstrado, tiveram como bandeira central a defesa da democracia¹⁰², argumentando que a não-renovação da RCTV seria um sério indício da restrição à liberdade de expressão. Inserido neste argumento estavam a concentração de poder do presidente, caráter perpétuo do governo, proliferação da corrupção e um apontamento para uma grande confusão entre democracia e autocracia¹⁰³.

No segundo momento deste capítulo, serão discutidas as questões de ordem teórica acerca do surgimento do discurso do “No”, justamente a partir do “Si”, evidenciando a importância dos conceitos da *Escola de Essex* para

¹⁰² Os principais argumentos (regularidades) contra a democracia se deram pela proposta de sucessivas reeleições, da previsão de poder suspender temporariamente determinadas disposições constitucionais em momentos de emergência, a nomeação de administradores regionais e a transição do socialismo democrático.

¹⁰³ “Um autocrata é alguém que é um governante independente. Seu Poder (*kratos*) é derivado de si mesmo (*auto*). Ele continua no poder por seu próprio decreto e é apoiado pelo poder militar [...] Um governo autocrata é inerentemente instável. Assassinatos e golpes políticos estão sempre presentes quando há outros homens ambiciosos buscando o mesmo poder. As pessoas raramente estão a salvo. Cada governador sucessivo frequentemente muda as regras e regulamentos ao seu próprio capricho. Não há nenhum controle sobre o poder do rei.”
http://www.monergismo.com/textos/politica/autocracia_demar.pdf Acesso em 14/06/09 às 08:06.

uma hipótese plausível no que diz respeito à origem do discurso oposicionista, como será exposto a seguir.

6.2 As identidades e seus porquês

O ex-governador do Estado de Carabobo e professor universitário, José Ignacio Acevedo, considerou que a proposta de Reforma Constitucional, feita por Hugo Chávez, não estaria sendo aceita pela população venezuelana, dizendo o seguinte: *“O povo não vai se calar quanto à Reforma Constitucional. Este é um amargo remédio que pode levar o Presidente Chávez a agonizar e morrer. É como inventar a flecha e morrer flechado.”*¹⁰⁴

Segundo Acevedo, a proposta de Reforma traz consigo várias consequências que ultrapassam a índole política, como, por exemplo o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que, segundo o ex-governador, estaria por trás de todas as artimanhas políticas direcionadas a aprovar a Reforma, acrescentando na oportunidade que:

A reforma pode ser aprovada politicamente, mas não se cumprirá. O mesmo ocorreu quando se aprovou, de maneira ilegal, um plebiscito para (Marcos) Pérez Jiménez em dezembro de 1957 e, um mês depois, o povo se manifestou contra¹⁰⁵.

O ex-governador continuou na mesma oportunidade com sua negativa à Reforma, estimando em *“mais de 90% de rejeição por parte da população venezuelana”*¹⁰⁶, a tal ponto que o deputado Carlos Escarrá,

¹⁰⁴ http://www.correodelcaroni.com/component/option,com_wrapper/Itemid,174/?id=81425.

¹⁰⁵ Conforme já abordado no presente trabalho de dissertação na nota de rodapé número 38. Idem.

¹⁰⁶ O vice-presidente da Venezuela, Jorge Rodríguez, refutou estes índices apontados que dariam vantagem para o “No” sobre o “Si” em entrevista concedida para o “*Diário La Nación*”, conjuntamente com o Ministro das Telecomunicações, Jesse Chacón, ambos integrantes do chamado Comando Zamora, questionaram os índices apresentados pela oposição. Nesta oportunidade, o Ministro Chacón questionou os métodos adotados e os dados obtidos com relação à campanha do Referendo. Ambos afirmaram que “os verdadeiros resultados, segundo o analista Félix Seijas, seriam de 60,9% para o “Si” contra 39,8% do “No”.

O Ministro Chacón disse que em uma pesquisa devem ser entrevistadas pelo menos 1500 pessoas, de acordo com a pesquisa que se realiza, dizendo o seguinte: *“No caso da pesquisa difundida na semana passada, foi realizada somente um previa com ampla margem de erro, não devendo ser sequer publicada. Se vocês têm alguma dúvida podem*

membro da Assembleia Nacional e um dos principais promotores das políticas *chavistas* teria manifestado descontentamento com alguns artigos do Projeto de Reforma Constitucional, sendo enfático na sua crítica a seguir:

Nada pode censurar os direitos fundamentais dos seres humanos, menos ainda com o inexplicável Socialismo do Século XXI, que mal ou bem se comporta como o mais selvagem dos capitalismo de Estado¹⁰⁷.

Os estudantes foram os principais protagonistas dos discursos do “No”, tendo este surgido a partir da não-renovação da licença do canal televisivo RCTV, de oposição a Chávez. Nesta ocasião, não foi possível absorver de que grupos ou universidades faziam parte as manifestações. Não foi possível determinar *quais* estudantes e que *ideia* defenderam. O que não ocorreu na campanha do Referendo venezuelano de 2007, no qual os estudantes se subdividiram em três grupos: os das universidades privadas¹⁰⁸, os membros do movimento estudantil venezuelano e os estudantes da universidade pública. Acerca da movimentação dos estudantes venezuelanos pode-se auferir o seguinte:

ligar para Félix Seijas que ele pode confirmar os dados que acabo de informar”, comentou o Ministro.

O vice-presidente também se manifestou contra a pesquisa, dizendo que “Setores opositores pretendem desestabilizar antes da consulta e pretendem desconhecer o resultado”.

Jorge Rodríguez aproveitou a oportunidade para dizer que estava seguro acerca do triunfo do “Si” no Referendo de dezembro de 2007, e chamou o povo para participar das manifestações pró-Referendo que aconteceriam nos próximos dias. O vice-presidente denunciou que uma suposta réplica com artigos totalmente diferentes dos originais propostos no Projeto de Reforma Constitucional estariam circulando nas ruas, ironizando que “*se não fosse tão trágico, seria cômico*”, dizendo o seguinte:

“Basta ler o Projeto de Reforma Constitucional para se dar conta que há nela tantos benefícios, tanta entrega direta dos governantes para o povo, que o único remédio que resta mesmo para a oposição é mentir”.

Durante a respectiva entrevista estiveram presentes a Deputada Cilia Flores, Presidente da Assembleia Nacional, Adán Chávez, Ministro da Educação, Pedro Carreño, Ministro do Interior e Justiça, William Fariñas, Presidente do Fundo de Crédito Industrial, entre outros. <http://www.lanacion.com.ve/noticias.php?IdArticulo=76028&XR=2>.

¹⁰⁷ http://www.correodelcaroni.com/component/option,com_wrapper/Itemid,174/?id=81425.

¹⁰⁸ Principalmente os estudantes da Universidade Católica Andrés Bello, que no dia 15 de dezembro de 2007, logo após a derrota de Chávez no Referendo, fazendo o seguinte comunicado oficial contra a restrição da tiragem do *Correo del Caroní*, forte periódico opositor de Hugo Chávez: “Nós, representantes estudantis da Universidade Católica Andrés Bello, ante o padecimento pelos atropelos sofridos pelo *Correo del Caroní*, rechaçamos categoricamente os obstáculos impostos pelo Governo Nacional para a livre circulação deste diário, motivo pelo qual somos solidários ao diretor deste jornal, jornalistas e com todo o pessoal”. http://www.correodelcaroni.com/index2.php?option=com_content&task=view&id=8560. Acesso em 17/06/09 às 10:34.

O movimento estudantil na Venezuela é muito heterogêneo e disperso, englobando desde estudantes das universidades públicas até os das universidades privadas de elite como a Universidade Católica Andres Bello. Alguns grupos estudantis vêm recebendo ajuda financeira da USAID, U.S. Agency for International Development, que desde 2003 desembolsou US\$ 216 mil para "solução de conflitos", "promoção da democracia" e outros programas. Apesar dessa interferência do governo norte-americano, o movimento estudantil parece ser autêntico e não insuflado; essa ajuda financeira foi apenas uma colaboração às suas atividades, mas não a causa principal de sua origem.¹⁰⁹

No dia 12 de novembro, o Movimento Estudantil Venezuelano ratificou que marcharia até a sede do Superior Tribunal de Justiça para pedir a prorrogação do Referendo Constitucional, enquanto universitários protestavam no interior do país. Nesta oportunidade, os jovens venezuelanos apresentaram, também, um comunicado fazendo um chamado *“para a luta não-violenta, a defender o direito a livre manifestação e a erradicar o medo dos venezuelanos quando exigem os seus direitos”*¹¹⁰

O estudante Stalin Gonzáles colocou em entrevista a agência *Reuters* de notícia com o seguinte sobre o Referendo de 2007: *“Não se trata de derrubar Chávez. O que queremos é que ele governe de uma maneira diferente: que governe para todos os venezuelanos”*¹¹¹.

O General Raúl Baduel, ex-ministro da Defesa da Venezuela, foi o principal apoiador dos estudantes na oposição do Referendo de 2007. Baduel foi o comandante cívico-militar responsável pelo fracasso do golpe de 2002 e pela volta de Chávez ao poder, e sua campanha pelo “No” foi motivada pelo temor de uma possibilidade de que o Presidente venezuelano tentasse impor por outros meios as mudanças rejeitadas no Referendo, tentativa que se mostrou infundada, visto a derrota sofrida no Referendo de 2007 na Venezuela. Raúl Baduel explanou o seguinte sobre o Projeto de Reforma Constitucional proposta por Hugo Chávez:

Esta proposta definitivamente não é uma Reforma Constitucional nem uma revisão parcial, mas sim uma transformação do Estado e um “diferentíssimo” modelo de país que se realizará tirando poder do povo, fazendo-o ver que lhes convém os benefícios que se

¹⁰⁹ <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/story/2007/12/01/ST2007120102040.html>. Acessado em 13/06/09 às 12:16.

¹¹⁰ <http://www.lanacion.com.ve/noticias.php?IdArticulo=74958&XR=2>.

¹¹¹ <http://www.reuters.com/article/worldNews/idUSN2924927920071129>.

propõem em relação a propriedade, trabalho e outros, levando-o a delegar totalmente o controle de tudo para o Poder Executivo. Assim, manifesto publicamente meu repúdio à Reforma Constitucional, pois é uma proposta regressiva que retrocede os avanços conquistados na constituição de 1999¹¹²

Raúl Baduel continuou o seu discurso dizendo o seguinte:

Povo da Venezuela, se informe sobre a Reforma, aprenda o que é uma Constituição e sua importância. Defenda os seus direitos e não deixes que te tirem o poder de maneira fraudulenta. A única arma democrática e legal que nos sobra é votar “No” e defendê-lo ante a pretensão de consumir rapidamente esta imposição não-democrática que nos conduz a um nefasto retrocesso¹¹³.

Na oportunidade acima, Baduel deixou claro que o povo deve se manifestar de maneira cívica e votar contra a Reforma Constitucional que materializaria “*uma fraude constitucional em curso*”, pois somente assim seria possível, segundo o ex- Ministro, salvar a pátria das nefastas consequências que ocorreriam se a Reforma fosse aprovada.

No dia 05 de novembro de 2007, em resposta ao ex-Ministro, o Presidente Chávez qualificou a oposição de Baduel como uma “*punhalada e traição a si próprio*”. Neste dia, Chávez se dirigiu ao povo venezuelano com um contato telefônico com a VTV (*Venezolana de Televisión*) durante um programa denominado *contragolpe*, e afirmou que “*o General Baduel esta traindo anos de amizade e a si próprio*”¹¹⁴. Hugo Chávez também lamentou o fato de Baduel só ter manifestado oposição à Reforma Constitucional justamente no momento da deflagração da campanha do Referendo.

Ainda sobre o pronunciamento de Chávez feito por telefone, foi mencionado também pelo Presidente que somente iria se abster de “partir para o lado pessoal” por respeito aos grandes feitos realizados por Baduel na tentativa de golpe em 2002, ocorrido na Venezuela (e orquestrado por Carmona), “*defendendo a democracia atuando corretamente, como fizeram muitos militares em sintonia com a população*”¹¹⁵ e que as grandes batalhas e revoluções são feitas também por traições e que a sua moral como soldado estava morta, acrescentando o seguinte: “*Baduel passou a ser um peão*

¹¹² <http://www.lanacion.com.ve/noticias.php?IdArticulo=74955&XR=2>.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=55660>

¹¹⁵ Idem.

desse jogo. É parte de um plano, sem dúvida alguma, que pretende encher de violência as ruas da Venezuela". O Presidente Chávez prosseguiu com relação a Baduel da seguinte maneira:

Os traidores que estão aqui e que se vão para o inimigo de uma vez. Qual é o destino final dos traidores? O nada, o nada, as letrinhas da história. Os traidores, a quem nós damos cem abraços e eles terminam se entregando nos braços do diabo, isso faz parte de um processo complexo. Até onde vai a capacidade de trair? Há pessoas que se cansam e continuam, descontentes, ao seu lado; há outros que simplesmente passam para o lado do inimigo e se traem a si próprios, porém, a história está repleta destes fatos, que ocorra o melhor para ele (BADUEL)¹¹⁶.

O Presidente Chávez conclui esta oportunidade com o seguinte alerta:

Uma conspiração surgirá nesses dias, uma conspiração internacional está vindo contra nós, porque o império buscará alguma possibilidade para nos agredir, utilizando todo o seu aparato de inteligência. Por isto, devemos estar preparados permanecendo 24 horas instalados em nossos comandos. Isto é uma guerra política e é parte de um conflito internacional¹¹⁷.

Cilia Flores, a Presidente da Assembleia Nacional, também criticou a posição de Baduel, dizendo que os argumentos que este utilizou para criticar Hugo Chávez foram os mesmos que a oposição costumeiramente (desde a posse em 1999) utiliza contra o Presidente venezuelano. Para Cilia Flores,

Baduel está fazendo oposição por egoísmo e ambições pessoais. Ele se colocou do outro lado da cerca com os argumentos mais radicais que possui este setor. É um traidor, e o povo aqui repudia os traidores e muito mais uma pessoa que costumeiramente era vista ao lado do Presidente Chávez¹¹⁸.

Além do ex-ministro Raúl Baduel, a Igreja Católica também se posicionou contra a Reforma proposta por Hugo Chávez. Na verdade, a Igreja Católica nunca apoiou o governo de Chávez. Na tentativa de golpe ocorrida em 2002, a instituição apoiou os golpistas¹¹⁹, chegando a nomear o termo de

¹¹⁶ <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=55722>

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ <http://www.lanacion.com.ve/noticias.php?IdArticulo=74957&XR=2>

¹¹⁹ "O fato representa uma espinha atravessada na garganta de Chaves" (MARINGONI, 2009, p. 36).

posse, por intermédio do ex-arcebispo de Caracas, Ignacio Velasco, de Pedro Carmona.

Chávez¹²⁰, no dia 23 de novembro de 2007, declarou guerra¹²¹ aberta contra a Igreja Católica no canal 08 (estatal), dizendo o seguinte: “São o demônio, defensores dos mais pobres interesses, são verdadeiros vagabundos, do cardeal para baixo” (MARINGONI, 2008, p. 36).

O Partido Social-Cristão, obviamente, se posicionou a favor da Igreja Católica e do ex-Ministro Raúl Baduel acerca do Referendo Constitucional, representado por seu secretário geral, Abelardo Díaz, que proferiu o seguinte:

Este Projeto de Reforma Constitucional é um golpe de Estado contra a democracia, as Instituições e a Constituição de 1999, ao violentar-se abertamente, com a cumplicidade da Assembléia Nacional e do superior Tribunal de Justiça, o procedimento estabelecido na constituição para poder adiantar uma mudança constitucional de dimensões tão profundas pela via da Reforma Constitucional¹²².

Díaz continuou afirmando que, realizando uma análise sobre o Projeto de Reforma Constitucional, seria possível observar que se tratava de uma violação à própria norma Constitucional e uma atrocidade que busca somente

¹²⁰ Durante sua posse para o terceiro mandato como Presidente da Venezuela, em janeiro de 2007, Chávez pronunciou um discurso em defesa do caminho irreversível ao socialismo e chamou Jesus de “*um dos grandes socialistas da história*” e disse que pretendia procurar a reeleição sem limites para não deixar o governo. “*A Estado respeita à Igreja, a Igreja deve respeitar ao Estado, eu não queria voltar para os tempos da confrontação com os bispos, mas não é minha eleição, é dos bispos venezuelanos, eu estarei aqui com meu fogo, defendendo ao Estado Venezuelano*”, disse Chávez em seu discurso.

Posteriormente criticou duramente a Dom Lückert, a quem assinalou como “*exemplo da oligarquia na Igreja Católica venezuelana*”, dizendo o seguinte sobre o arcebispo: “*O “monsieur” Lucker vai me esperar no inferno, ele não vai para o céu, ele vai para o inferno, estou seguro que para o céu não vai e eu não acredito que vá. Como ele adora atropelar a verdade, dizer mentiras, atropelar à figura do chefe do Estado, ele é feliz assim! Que seja feliz, Monsieur e que Deus o perdoe porque eu acredito que esse não é o caminho de Cristo, é o caminho da mentira, da maldade, da infâmia. Perdoa-o, Senhor, que possivelmente não sabe o que diz*”, adicionou. O arcebispo respondeu da seguinte maneira: “*falam mais dele mesmo que de seus inimigos*”, e lamentou que o mandatário desejasse “*ver todas as instituições submetidas e adulando-o*”.

“*O objetivo do Presidente é desqualificar à Conferência Episcopal Venezuelana, mas infelizmente não o vai obter*”, explicou o Arcebispo. “*Já não somente hoje me mandou ao inferno, senão que também junto comigo está o presidente Fox, o Cardeal (Rosario) Castillo (Lara) e os magistrados da Corte Suprema. Tudo forma parte de uma campanha pessoal de Chávez para desqualificar à Igreja na Venezuela; que contudo não poderá conseguir porque a Igreja têm 2 mil anos de vida e ele é contingente, ele durará até o ano 21*”. <http://www.pime.org.br/noticias2007/noticiasvenezuela22.htm>.

¹²¹ No entanto, segundo o jornalista Gilberto Maringoni, “*ao comprar a briga de forma tão ostensiva, o presidente colocou contra si milhares de padres que semanalmente estão diante de suas paróquias, fazendo sermões e atuando como respeitados formadores de opinião*”.

¹²² <http://www.lanacion.com.ve/noticias.php?IdArticulo=74969&XR=2>

converter o Presidente em um ditador com traços constitucionais, acrescentando que “*com muita preocupação nós vemos que não há um só artigo que tenha como fim solucionar os problemas mais graves da população*” <http://www.lanacion.com.ve/noticias.php?IdArticulo=74969&XR=2>.

Nos dias 28 e 29 de novembro, o vice-Presidente venezuelano Jorge Rodríguez Gómez¹²³ e o integrante do “Comando Zamora” Jesse Chacón¹²⁴, respectivamente, acusaram a Igreja Católica de promover em seus cultos a desordem e a violência nas manifestações contra a Reforma Constitucional. As afirmações de ambos condizem com as acusações feitas contra a Igreja, que estaria ensinando os fiéis das regiões mais carentes a construir barricadas e a realizar depredações nos prédios do Governo. A Igreja não se manifestou acerca destas acusações¹²⁵.

Os professores, assim como os estudantes, também tiveram os seus pólos defensores do “*Si*” e do “*No*” representados de maneira heterogênea. No dia 24 de outubro de 2007 diversos professores se manifestaram contra a Reforma Constitucional proposta pelo presidente venezuelano, afirmando que a respectiva Reforma (se fosse aprovada), seria extremamente prejudicial para o sistema educativo da Venezuela. Na mesma oportunidade, os professores apontaram o Projeto de Reforma como “absolutamente ideológico e despreocupado com a educação de fato”, mencionando o seguinte:

Estão colocando figuras heróicas dentro da história venezuelana, que conduziram à cenários de liberdade, e estão tomando exemplos como (Ezequiel) Zamora, que não fizeram absolutamente nada no âmbito educativo¹²⁶.

A dissidência chavista também foi composta pelo partido social-democrata *Podemos*, sendo este composto por vários intelectuais e até mesmo a ex-esposa de Chávez (Maria Isabel Rodriguez).

No dia 24 de outubro de 2007, o Presidente da *Fedecámaras* (Federação de Câmaras e Associações de Comércio da Venezuela), Senén Torrealba, manifestou preocupação com a Reforma Constitucional proposta por Chávez da seguinte maneira: “*Alguns aspectos socioeconômicos*

¹²³ <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=56877>

¹²⁴ <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=56935>

¹²⁵ <http://www.rnv.gov.ve/noticias/index.php?act=ST&f=2&t=56876>

¹²⁶ http://www.correodelcaroni.com/component/option,com_wrapper/Itemid,174/?id=81448

*propostos nesta Reforma Constitucional são contrários às liberdades econômicas*¹²⁷. Nesta oportunidade, Torrealba apresentou um documento questionando as propostas dos artigos 112 e 115 do Projeto de Reforma Constitucional, dizendo acerca daquele artigo o seguinte:

A Reforma Constitucional irá afetar direitos fundamentais muito sensíveis como as liberdades econômicas, pois estas são as únicas que são capazes de garantir o verdadeiro desenvolvimento do bem-estar social e do país¹²⁸

Com relação ao artigo 115, que estabelecerá os diferentes tipos de propriedade, a *Fedecámaras* não se opôs aos tipos de propriedade propostos, mas considerou que a propriedade privada é um direito irrenunciável, que não deveria ser modificado, concluindo o seguinte:

Estimamos que o referido texto proposto no artigo 115 do Projeto de Reforma impõe graves e inaceitáveis restrições para a propriedade privada, eliminando princípios essenciais para a plena garantia do Estado de direito¹²⁹

A Câmara do Comércio e Indústrias do Município de Caroni seguiu o raciocínio do Presidente da *Fedecámaras* e, em conjunto com diversos setores empresariais venezuelanos, convocou, no dia 28 de novembro de 2007, a população a votar maciçamente no “No” com “coragem e entusiasmo” contra a proposta de Reforma Constitucional, argumentando o seguinte:

Não fazê-lo (votar) é fácil, cômodo. Mas também suicida, desmobilizador e politicamente estéril. Devemos, todos, votar com a convicção de que necessitamos imperiosamente evitar que nos imponham uma Constituição socialista, porque o panorama para o dia 02 de dezembro (2007) é claro: democracia ou socialismo¹³⁰.

Na oportunidade acima foi destacado o temor da quebra dos princípios fundamentais da atividade empresarial, “como preconiza a

¹²⁷ http://www.correodelcaroni.com/component/option,com_wrapper/Itemid,174/?id=81406.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ http://www.correodelcaroni.com/component/option,com_wrapper/Itemid,174/?id=84309

democracia”¹³¹, a livre iniciativa, a liberdade da empresa e da propriedade privada, reiterando a total oposição à Reforma Constitucional proposta pelo Presidente Chávez em 2007. Também foi argumento das lideranças empresariais para o rechaço à Reforma Constitucional uma possível polarização social que autorizaria e facilitaria o processo de expropriação por parte do Poder Executivo venezuelano da propriedade privada com foco na “função social”.

6.3 O *antagonismo* toma sentido a partir do “*Si*”

A formação do discurso do “*No*” está diretamente ligada à formação do “*Si*”, ou seja, a formação e estrutura dos sujeitos que se posicionaram contra a Reforma Constitucional de 2007, que teve como condição *sine qua non* os discursos que caracterizaram a campanha do “*Si*”. Gilberto Maringoni, em recente obra sobre o tema, colabora com esta afirmação dizendo o seguinte:

Até a consulta popular de dezembro de 2007, Chávez valeu-se de um discurso que empurrou a direita para a defensiva. Colocou-se como o campeão da legalidade, ao exhibir, a todo momento, um exemplar em miniatura da Constituição de 1999. “É nosso programa”, repete ele. Convocou eleições, chamou milhares de pessoas às ruas e inverteu um jogo comum em todos os países. Geralmente é a esquerda quem se coloca contra as regras do jogo e deixa a direita de mãos livres para alardear uma pretensa ordem a ser mantida (MARINGONI, 2009, p. 28).

Em tal contexto, conforme a citação acima, é possível reiterar a importância da categoria de *antagonismo* no sentido proposto por Laclau (Laclau e Mouffe, 2004; Laclau 2005) para a presente dissertação no que concerne, especificamente, à formação do discurso do “*No*” no Referendo Constitucional de 2007. Esta categoria é formada primeiramente por uma série de *elementos* dispersos que se tornaram *momentos* na campanha do Referendo, tendo em vista a constituição de um inimigo comum a eles. Após a definição deste *momento* no pleito venezuelano de 2007, segundo Burity,

¹³¹ Neste sentido, os representantes empresariais argumentaram que haveria uma ruptura na cultura democrática pacífica que a Venezuela possui há mais de 40 anos.

Temos um adversário (“Si”) em relação ao qual se traça uma fronteira, uma demarcação que cria duas grandes formas de identificação, cria um “nós”, do lado de cá, e cria um “eles”, do lado de lá. E não há como passar essa fronteira e continuarmos sendo “nós”, como também não há como vir de lá e continuar sendo “eles” (BURITY, *in* MENDONÇA; PEIXOTO, 2008, p. 45).

A problemática da concepção de *antagonismo* se dá de maneira paradoxal, ou seja, da mesma maneira que permite que surjam indeterminados sentidos a partir de um discurso “A”, impede que estes sentidos (e o próprio discurso original “A”) possuam uma completude. Burity coloca a questão da seguinte maneira:

A lógica de funcionamento das sociedades contemporâneas, ao mesmo tempo permite e impede que essas fronteiras se estabilizem, que exista (somente) um “nós” do lado de cá, e que, somando as mesmas pessoas, querendo as mesmas coisas, haja (somente) um “eles” do lado de lá, que também representaria a mesma ameaça àquilo contra o que se luta, sempre e da mesma forma (BURITY, *in* MENDONÇA; PEIXOTO, 2008, p. 45).

Na verdade, o surgimento de novos sentidos a partir de um discurso preliminarmente originário¹³² não passou a ocorrer pela complexidade da “lógica de funcionamento das sociedades contemporâneas”, como afirmou Burity acima, mas em todo o processo histórico conhecido. Os exemplos¹³³ são vastos de manifestações de *antagonismo* em detrimento de um discurso primeiro, pois, partindo-se da premissa abordada no capítulo teórico da primeira parte desta dissertação, na qual foi discutido que o surgimento uma

¹³² O termo “originário” usado para explicar o surgimento de um discurso antagônico é usado neste capítulo como forma meramente ilustrativa e explicativa, pois devido as contingências a que os discursos na teoria que se propõem a Escola de Essex se propõem se torna indeterminado o surgimento de um discurso “marco”, sendo necessário realizar um recorte histórico e a aplicação das relações de cadeias equivalências para se aproximar uma relação conexas de discursos.

¹³³ Os exemplos vão desde a história antiga até a atual. A própria queda do império romano pode ser exemplo de uma formação antagônica das inúmeras províncias que formaram um sentido (não-“A”) “B” contra as ocupações e ataques dos romanos. Outro exemplo, agora da história contemporânea, pode ser ilustrado com o ataque a Pearl Harbor executado pelos japoneses na II Grande Guerra, sendo este ataque o motivo derradeiro para a participação dos Estados Unidos nesta guerra, ou seja, um país em guerra (“A”) ataca outro supostamente isento sem nenhum aviso oficial de guerra declarada, fazendo com que o país atacado declare guerra (“B”, ou não-“A”) contra as forças ditatoriais da época. Também pode-se abordar o antagonismo em cada elaboração teórica desde a Grécia antiga até os dias de hoje, na criação, por exemplo, de um método atribuídos à Sócrates, aperfeiçoado por Platão e refutado por Aristóteles, ou questões que abordam as inúmeras questões relativas a democracia, liberdade, igualdade. Todas estas defendidas e refutadas por inúmeros autores, criando na refutação uma teoria diversa daquela, mas justamente a partir daquela.

cadeia equivalencial “B” em detrimento de uma cadeia equivalencial (primeira) “A”, obtêm-se, primeiramente, um não-“A”. Ou seja, o surgimento embrionário do sentido de um *antagonismo* ocorre similarmente ao reflexo de uma imagem no espelho, no qual há um reflexo exato da mesma imagem de maneira invertida, criando uma “não-imagem” a partir da primeira. Especificamente com relação à proposta da presente dissertação, tem-se um discurso que apoiava o Presidente, somado ao discurso do próprio Chávez acerca da Reforma Constitucional. Em detrimento deste discurso “originário” surge uma “não-imagem” deste discurso, fundamentado pelas equivalências contrárias ao “discurso primeiro”, formando o discurso do “No”.

Segundo Laclau, “*a presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas sim da impossibilidade da constituição delas mesmas*” (LACLAU, 2005, p.168). Ou seja,

Na medida em que há antagonismo eu não posso ser uma presença plena de mim mesmo. Mas tampouco é, também, a força que me antagoniza: seu ser objetivo é um símbolo do meu não ser e, deste modo, é desdobrado por uma pluralidade de sentidos que impedem de fixar-lo como positividade plena (LACLAU, 2006, p. 168).

Mendonça comenta acerca do *antagonismo* que

Afirma-se que não somente o antagonismo ser responsável pela impossibilidade do fechamento completo dos sentidos de um discurso, mas que o próprio funcionamento auto-referencial de suas estruturas corrobora para uma constante “abertura” discursiva¹³⁴.

Zizek também comenta a *Teoria da Escola de Essex* (especificamente a concepção de *antagonismo* na obra *Hegemonia e Estratégia Socialista*) dizendo o seguinte:

Sua argumentação se dirige basicamente a atacar a clássica noção do sujeito como uma entidade substancial e essencial, dada de antemão, que domina a totalidade do processo social e que não é produzida pela contingência do próprio processo discursivo: contra esta noção eles (Laclau e Mouffe) afirmam que o que temos é uma série de posições particulares do sujeito cuja significação não está fixada a priori: elas se modificam na medida em que aquelas são articuladas em uma série de equivalências através do excedente metafórico que define a identidade de cada uma dessas posições (ZIZEK *in* LACLAU, 2000, p. 258).

¹³⁴ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100011

Na mesma obra, Zizek continua argumentando acerca do *antagonismo* que este não deve ser considerado nem como oposição e tampouco como contradição acerca da sua formação, mas sim de uma relação impossível entre dois termos, ou seja:

Cada um deles impede o outro de formar sua identidade consigo mesmo, levando a ser o que realmente é. Na medida em que eu me reconheço a mim mesmo em uma interpelação ideológica, como um “proletário”, estou comprometido na realidade social, lutando contra o “capitalista” que me impede de realizar o meu potencial humano pleno e bloqueia o meu desenvolvimento (p. 159).

As colocações e contribuições acerca dos conceitos (principalmente como relação ao *antagonismo*) que são caros para a elucidação do presente trabalho, pode-se afirmar que a relação da concepção de *antagonismo* está diretamente vinculada aos binômios, por exemplo, de completude/incompletude, falta/abundância e tudo/nada. Pois a relação de surgimento é dada como um “corte” tênue e a relação a partir da criação de um sujeito “derivado” de discurso se dá pela constante possibilidade/impossibilidade de uma totalidade discursiva. Zizek comenta o seguinte acerca desta afirmação:

O sujeito é o nome deste limite interno, desta impossibilidade interna do outro, da substância. Este sujeito é uma entidade paradoxal que é, por assim dizer, seu próprio negativo, ou seja, somente continua na medida em que sua plena realização é bloqueada (idem, 2000, p. 262).

Com relação ao tema proposto no presente trabalho, o surgimento do discurso do “*No*” na campanha do Referendo Constitucional venezuelano de 2007 se deu em detrimento do discurso do “*Si*”, ou seja, um não-“*Si*”. Ressaltando que os sentidos do “*Si*” tiveram formação anterior ao pleito do Referendo pela vinculação ao Governo venezuelano e ao próprio Presidente Hugo Chávez, em virtude do seu grande carisma (mesmo em alguns defensores do “*No*”).

James Petras¹³⁵, em artigo para mídia espanhola, confirma diretamente a questão dizendo o seguinte acerca do Referendo venezuelano:

¹³⁵ Sociólogo da Universidade de Binghamton, em Nova York/EUA.

Cada vez que uma transformação socialista figura em primeiro lugar em um determinado programa de governo, tal como Chávez fez com suas mudanças Constitucionais, todas as forças de reação direitistas e seus seguidores de classe média unem suas forças em um protesto comum contra as reformas¹³⁶.

Com a afirmação de Petras, e com as explicações acerca da teoria proposta para este trabalho, pode-se notar que a oposição se uniu em um determinado momento histórico para protestar contra uma unidade já constituída, salientando o fato de a identidade do “No” ter tomado sentido a partir da existência de um fator externo a ela, remetendo a noção de *equivalência* (cadeia equivalencial) trabalhada no capítulo teórico, ou seja, apesar das grandes entidades¹³⁷ se manifestarem contra o governo de Chávez impulsionando grupos de estudantes e setores descontentes das classes média e alta, bem como os dissidentes partidários, não havia um “No” previamente organizado, mas sim criado e datado de sentido a partir do “Si”.

Com relação às cadeias equivalenciais que formaram o *momento* do “No” cabe colocar que as principais *articulações*¹³⁸ que formaram o discurso do “No”, apesar de possuírem papel crucial na formação deste sentido

¹³⁶ <http://www.tlaxcala.es/imp.asp?lg=es&reference=4298>

¹³⁷ Segundo Petras são quatro: as instituições americanas, encabeçadas pela CIA, ONGs e funcionários políticos das embaixadas dos EUA; a FEDECAMARAS, que é a principal organização patronal da Venezuela, que já foi presidida por Pedro Carmona (foi Presidente interino na tentativa de golpe em 2002), é apontada como a maior patrocinadora da campanha do “No”; os meios de comunicação privados, cerca de 90% destes, que fomentam campanha contra o governo Chávez e; a Igreja católica, que foi acusada de intimidar moradores dos bairros durante a campanha do Referendo de 2007 na Venezuela.

¹³⁸ Reiterando a importância acerca da concepção de *articulação* na formação dos *pontos nodais* para formação de um sentido precário de discurso. Laclau diz o seguinte sobre esse conceito: “A prática da articulação consiste, portanto, na construção dos pontos nodais que fixam parcialmente o sentido; e o caráter parcial desta fixação procede da abertura do social, resultante do constante desdobramento de todo discurso, pela sua infinitude do campo da discursividade” (LACLAU, 2005, p.154). Ainda sobre a concepção de articulação pode-se colocar que “articulação é uma prática que se estabelece entre elementos que, num primeiro momento, não estão articulados entre si. Podemos dizer, portanto, que no momento anterior ao da articulação os elementos estão imersos numa lógica complexa⁹, ou seja, estão dispersos, um em relação ao outro, de modo aleatório, no campo da discursividade. A prática articulatória agrega esses elementos transformando-os em momentos. Portanto, um elemento, quando ingressa na articulação e em relação a esta, deixa seu status de elemento e assume a condição de momento diferencial. A articulação entre esses momentos diferenciais resulta inexoravelmente na modificação de suas identidades, ou melhor, numa alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao ingresso na prática articulatória. O resultado da prática articulatória é o discurso (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100011).

específico, possuem caracteres e objetivos independentes entre si, pois a formação de um determinado discurso é sempre precária e contingente.

O surgimento das demandas do “*No*” ocorreu, também, pelas diversas demandas denominadas *democráticas*, dentro do discurso de oposição ao Referendo. Pois, segundo Laclau, havia “*uma plenitude da comunidade que estava ausente*” (LACLAU, 2005, p. 112). Assim,

A construção do povo termina por ser o intento de dar um nome para essa plenitude ausente. Sem ruptura inicial de algo na ordem social – por menor que seja essa ruptura – não há possibilidade de antagonismo, de fronteira ou, em última instância, do povo (LACLAU, 2005, p. 113).

Laclau segue argumentando que o surgimento de uma demanda se dá pela “insensibilidade” de um poder com relação a ela, sendo esta “insensibilidade” o fator determinante para proporcionar uma “*divisão dicotômica entre as demandas sociais insatisfeitas*” (2005, p. 113). Com relação às demandas que formaram os discursos das *demandas insatisfeitas* com relação à Reforma Constitucional foram destacadas, no presente trabalho, as regularidades representadas pela Igreja Católica, estudantes, professor, dissidentes do Governo-Chávez e representantes investidores e comerciantes.

Assim, para ilustrar a relação de cadeias equivalenciais que formaram o discurso do “*No*”, será apresentado o organograma a seguir com os principais *elementos* do discurso opositor do Referendo de 2007:

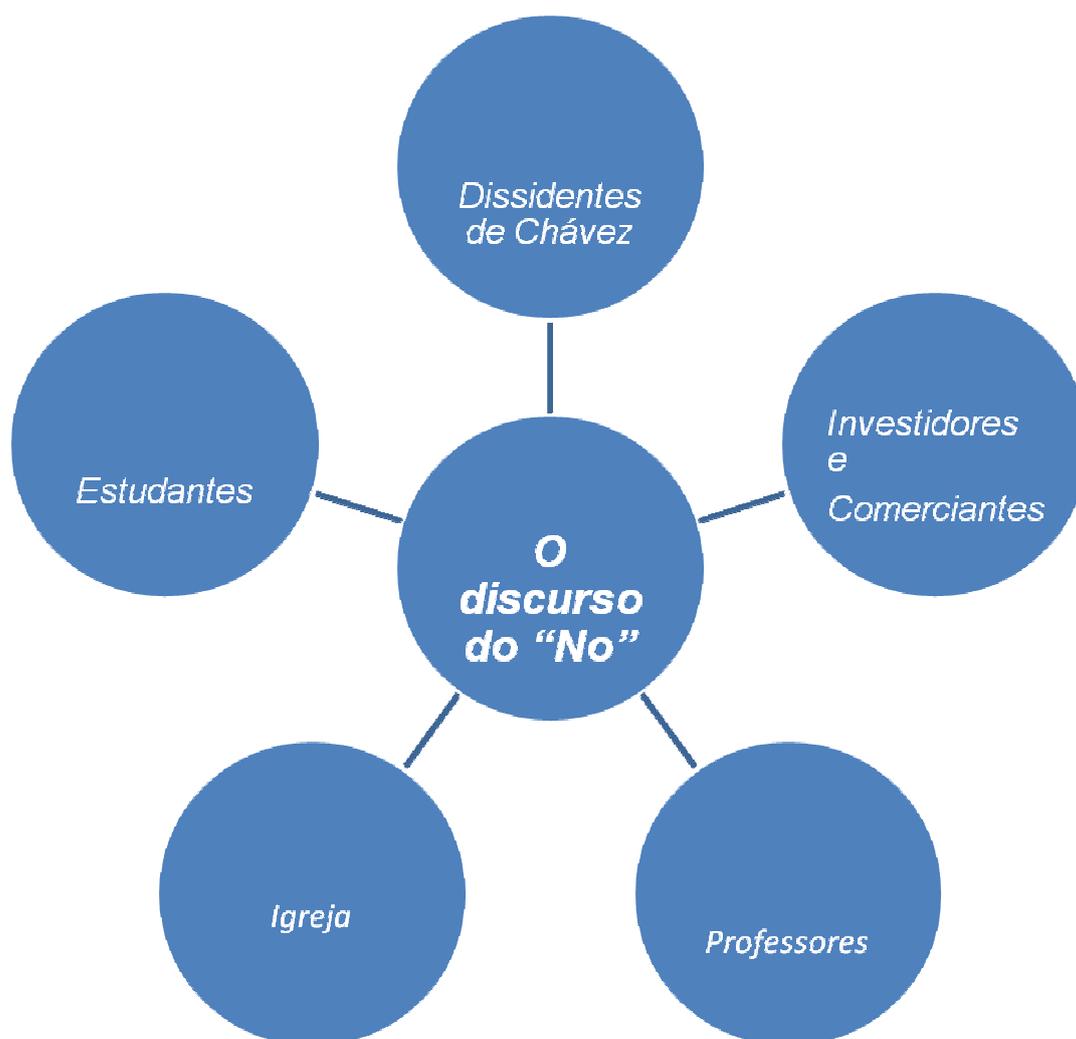


Fig. 02: Representação da Cadeia Equivalencial do "No"

É válido ressaltar acerca do organograma acima que os sujeitos que estão ali dispostos são representados pelas principais regularidades no que compete à campanha do Referendo, não representando a totalidade dos sujeitos inseridos neste discurso.

Também é pertinente a afirmação de que o discurso do "No" se encontra ao centro do respectivo quadro, para denotar que este fora formado a partir dos sujeitos que lhe deram formato e identidade neste recorte histórico representado pela campanha do Referendo Constitucional venezuelano de 2007.

6.4 Considerações

Neste capítulo foram apresentadas as principais regularidades que formaram, durante a campanha do Referendo, o discurso do “No”, conforme elencadas em discursos específicos e ilustradas em organograma que demonstra a formação do discurso oposicionista.

Este discurso teve como principais regularidades os estudantes, que apareceram extremamente divididos com relação ao Projeto de Reforma Constitucional, demonstrando sucessivos cortes antagônicos dentro deste movimento.

Outro discurso que também apresentou notória heterogeneidade foi a dos professores venezuelanos, com relação à Reforma Constitucional. Já os dissidentes de Chávez, fortemente representados pelo ex-Ministro da Defesa, Raúl Baduel, criticaram, de modo veemente, a proposta de Reforma Constitucional, movimentando os estudantes e a sociedade venezuelana em geral a ir votar no dia 02 de dezembro de 2007 pelo “No” em defesa da democracia.

A Igreja Católica e os representantes de investidores e comerciantes da Venezuela também formaram o “bloco oposicionista” à Reforma (e a Chávez), sendo a primeira crucial para manipular a população que seria virtualmente a favor do Referendo (Chávez) contra este, visto o grande número de congregações existentes na Venezuela.

Todos os componentes do discurso do “No”, acima expostos, foram decisivos para argumentar com a Teoria do Discurso aplicada neste trabalho, visto as constantes contingências que esta teoria, da *Escola de Essex*, expõe com as imbricações que a falta/excesso propõem em um determinado discurso.

Foi demonstrado neste capítulo o momento do surgimento do *corte antagônico* e sua emergência a partir do discurso do “Si”, explicitando o momento de sua concepção e seus porquês.

Para reiterar a concepção do *antagonismo discursivo* exposto no presente trabalho pode-se apontar como exemplo a obra de Saramago intitulada *As intermitências da morte*, na qual o autor expõe uma situação fictícia com o fato de as pessoas não morrerem mais, mesmo na condição de

estado terminal de grave enfermidade, ou as vítimas de sérios acidentes. Neste sentido, criou-se um *mercado negro da morte*, no qual as pessoas pagariam para poder morrer. Houve crise no sistema de saúde e funerárias, que entraram em colapso e vieram a falir.

A obra literária acima é pertinente para ilustrar uma situação de *antagonismo*, sendo que a partir de um evento “A” (cessão das mortes), criaram-se vários não-“A”(s) (criação de um “mercado paralelo”, falência das funerárias e crise de hospitais e clínicas).

Outro exemplo interessante se dá por conta da outorga da “Lei Seca” ocorrida nos Estados Unidos nas décadas de 1920-30, onde, a partir de um evento (proibição do comércio de bebidas), passaram a ocorrer manifestações não necessariamente contrárias à este evento, mas a partir deste, como o grande contrabando de bebidas e diversos casos de sonegação de impostos (visto não ser possível declarar para a Receita Federal americana a origem dos lucros de uma atividade ilícita à época). Criaram-se cartéis de contrabando, que implicou no aumento da criação de forças-tarefa para repreender os criminosos: a violência urbana estava instalada, sendo todas as manifestações decorrentes de um discurso primeiro.

Acerca do objeto do presente trabalho, pôde ser evidenciado o surgimento do discurso do “No” a partir do discurso do “Si”, sendo este o discurso de apoio ao Presidente Chávez e seu Projeto de Reforma Constitucional, apontando o “paradoxo” da *Teoria do Discurso de Essex* com a questão do surgimento do discurso opositor a partir do “Si”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo principal evidenciar, com o aporte da teoria do discurso de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe, a disputa discursiva em torno do Referendo venezuelano de 2007, a partir dos discursos antagônicos representados pelos pontos nodais “*Sí*” e “*No*”, apontando o discurso do “*No*” sendo gerado a partir do “*Sí*”. Ou seja, a existência do “*No*” (ou não-“*Sí*”) somente foi proporcionada pelo surgimento do “*Sí*”, abarcando e gerando uma série de opositoristas que possuíam características diversas e nenhuma interligação *a priori*, sendo motivados contingencialmente pelo evento do Referendo, terminando por somar as diversas demandas descontentes e constituindo uma posição política em comum, representada pelo “*No*”. Assim, o sentido destas demandas fora completado no momento em que o Presidente Chávez anuncia a campanha do “*Sí*”.

Os problemas que nortearam (e instigaram) a respectiva dissertação foram relacionados aos principais sentidos produzidos por cada um dos discursos (“*Sí*” e “*No*”) antagônicos e os respectivos sujeitos que os compuseram. Nesse sentido, o “*No*” como não-“*Sí*” revelou a essência do conceito de antagonismo que Laclau e Mouffe propõem. As motivações anteriores à formação dos pólos antagônicos no Referendo também se mostraram essenciais para delimitar a coalizão de sujeitos e de sentidos nos pressupostos defendidos por ambos os pólos. Neste sentido, pode-se afirmar que a falta de organização e a dificuldade de se precisar os sujeitos do discurso do “*No*”, refletiu-se a partir de sua identidade difusa, formada partir do corte antagônico com o “*Sí*”.

Nestas Considerações Finais, portanto, é possível afirmar, conforme o conteúdo desta dissertação e de acordo com a hipótese central proposta na Introdução deste trabalho, duas possibilidades interpretativas acerca da

“personificação” e/ou “despersonificação” de Chávez nos discursos do “*Sí*” e do “*No*”, respectivamente.

Os representantes do “*Si*”, motivados pelos ideários que configuram os *significantes vazios* (libertação, igualdade, proteção aos direitos humanos, etc) não foram, na sua totalidade, a favor de Chávez, na mesma medida em que o “*No*” não foi formado somente contra o presidente da Venezuela, tornando, por um lado, plausível a possibilidade da “despersonificação” das manifestações do pólo opositorista à Chávez. Manifestações estas voltadas para os significantes condicionados a cada formação antagônica (“*Si*” e “*No*”), que tiveram suas regularidades apresentadas, respectivamente, da seguinte maneira ante ao Referendo Constitucional venezuelano de 2007: fortalecimento da democracia; aproximação com o povo; universalização dos direitos humanos; projeto de reivindicação social para as classes excluídas e consolidação do poder popular.

Já o discurso do “*No*”, se configurou contra os seguintes ditames: concentração de poder; caráter perpétuo do governo; implantação do socialismo; quebra do regime democrático e aumento da corrupção. Porém, também pôde ser constatada uma “personificação” de Chávez no discurso opositorista (como, por exemplo, o ex- Ministro da Defesa Raúl Baduel, que se posicionou contra Chávez no Referendo Constitucional, e não ao conteúdo da Reforma), tornando a hipótese apresentada nesta dissertação parcialmente comprovada.

O Projeto de Reforma Constitucional proposto por Chávez (e analisado neste trabalho) possuía certamente pontos passíveis de crítica, mas também apresentava elementos importantes do ponto de vista das políticas trabalhistas e sociais. Assim, este demonstrou não somente uma tentativa de impor “reeleições ilimitadas” por parte do Presidente venezuelano, ou a “quebra da democracia”, como foi veiculado pelas mídias venezuelana e estrangeira durante a campanha (e também pelos seus adversários). Um exemplo de dispositivo previsto no Projeto e que beneficiaria diretamente os trabalhadores autônomos da Venezuela girou em torno da questão previdenciária.

Assim, uma questão de fundo no presente trabalho, mas que possui vital importância para a solução da proposta desta dissertação, foi a questão

da contingência dos discursos. Os estudantes e professores exemplificaram esta questão, mantendo um grau de heterogeneidade discursiva que tornou imprecisa a delimitação da origem deste ou daquele discurso mesmo em uma mesma instituição de ensino.

A contingência representa a possibilidade/impossibilidade, a escassez/abundância em um discurso. Pode-se dizer que a contingência mantém relações extremamente turvas com o consenso. Especificamente sobre a contingência no *lócus* estudado na presente dissertação, é pertinente a afirmação de que o apoio/ oposição à Chávez e ao seu Projeto de Reforma Constitucional foram convincentemente plausíveis. Pois, visto as grandes disparidades sociais, culturais e raciais, a Venezuela é, sob o ponto de vista da análise do discurso, um terreno extremamente fértil para a instabilidade discursiva. Situação cominada com a eleição em 1998 de um Presidente que se diz “o mensageiro de Bolívar” (mudando a denominação da Venezuela para República Bolivariana da Venezuela em seu primeiro mandato).

O discurso é o resultado de um fenômeno. Ou seja, no caso do “*No*”, ele possuía uma identidade interior que se exteriorizou como resultado de um evento externo e constituidor desta identidade anterior. Neste sentido, pode-se reiterar a afirmação de que o discurso oposicionista se deu – majoritariamente – em detrimento do discurso de apoio ao Referendo Constitucional, ao invés de manifestar uma oposição ao Referendo simplesmente.

Quanto à vinculação de Hugo Chávez ao discurso do “*Si*”, foi demonstrado no presente texto que alguns fatores diretamente ligados ao Presidente venezuelano no ano do Referendo fez com que o “terceiro discurso” se pronunciasse no dia 02 de dezembro de 2007, ou seja, a derrota de Chávez a partir de uma gritante abstenção do eleitorado. A pergunta do subtítulo do Capítulo 5 se “Chávez foi o discurso do “*Si*”?” pode ser respondida com a afirmação de que a vinculação do Presidente foi tão forte com o Projeto de Reforma Constitucional que o “*Si*” e Hugo Chávez não se dissociaram durante a campanha do Referendo Constitucional de 2007.

Assim, nem o referencial de Bolívar foi suficiente para fazer com que os venezuelanos esquecessem a não-renovação da RCTV (em maio de 2007), a falta de alimentos nas prateleiras e nos postos de distribuição

(cominado com os preços abusivos praticados nas prateleiras dos produtos em falta nos postos de distribuição) e o “Por que no te callas?” do Rei da Espanha. O ano de 2007 não foi favorável para Chávez.

Também foi constatado que o surgimento do “ícone” populista (no sentido proposto por Laclau) se deu também, pela exigência que a Venezuela propiciara após 40 apáticos anos de “paraíso democrático”. Após o pleito de 1998, o então eleito Presidente Hugo Chávez elegeu o “imperialismo” (sem personalizá-lo no primeiro momento) como grande inimigo do povo venezuelano. Após a eleição de George Walker Bush, Chávez personalizou o “inimigo imperialista” na pessoa de Bush, denominando-o de “Mister Danger”.

No entanto, após os episódios ocorridos em 2007 (principalmente o fechamento da RCTV e o “Por que no te callas?” do Rei da Espanha) pode-se afirmar que a tática de Chávez de manter a contingência para manter o povo unido sobre o manto de Simón Bolívar (e seus ideais de libertação e criação de uma identidade própria latino-americana) se desgastou.

Uma das dificuldades no delineamento da hipótese se deu por conta da “defesa da democracia” defendida pelos dois pólos antagônicos no Referendo Constitucional, visto que, em nenhum momento, os discursos se manifestaram para qualificar objetivamente o que estavam significando por “democracia”. A principal crítica ao Projeto de Reforma Constitucional proposto por Chávez com relação à democracia se deu por conta do artigo 230, no qual aumentaria o período do mandato presidencial de 6 (seis) para 7 (anos) e, também, permitiria sucessivas re-eleições, o que o texto original proibia até a vitória de Chávez em Referendo específico sobre as reeleições no dia 15 de fevereiro de 2009, com 54% de aprovação.

Neste sentido, a justificativa do discurso de negar o Referendo de 2007 para “proteção da democracia” se torna equivocada e reforça a afirmação de que o corte antagônico se formou a partir do discurso do “Si”, e não do Referendo Constitucional de 2007 ocorrido na Venezuela, visto que pouco mais de um ano após a derrota no Referendo venezuelano de 2007 Chávez obtém vitória com somente uma proposta de Emenda Constitucional, justamente no artigo que ensejou toda a “revolta” pela defesa da democracia apresentada pelo “No”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBGANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ARAUJO, Rafael Pinheiro. **Uma análise da proposta de Reforma Constitucional na Venezuela, as principais causas e conseqüências da derrota de Chávez**. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, ano 02, n. 37, 2008.

AUAD, Denise. Disponível em <http://www.unibero.edu.br/download/revistaelectronica/Set05_Artigos/DIR_PR_OF%20DENISE_OK.pdf> Acesso em 30 de janeiro de 2009.

AZNAR, José Maria. Disponível em <<http://www.aporrea.org/ideologia/a28332.html>> Acesso em 18 de dezembro de 2008.

BURITY, Joanildo. Disponível em <<http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgi-bin/library?e=d-000-00---0inpso--00-0-0--0prompt-10---4-----0-1l--1-es-Zz-1---20-about---00031-001-0-0utfZz-8-00&cl=CL1&d=HASHebb6b803cf143504d67e78.4>=1.>> Acesso em 10 de junho de 2008.

CARLOS, Newton. **O enigma venezuelano**. São Paulo: Revista Fórum, número 1 – Agosto de 2001.

CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure**. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/viisenefil/09.html>> Acesso em 08 de dezembro de 2008.

CHARANDEAU, P. **O discurso político**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Disponível em <http://www.editoracontexto.com.br/produtos/pdf/DISCURSO_POLITICO_CA_P1.pdf> Acesso em 06 de setembro de 2009.

CIA. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ve.html>> Acesso em 04 de fevereiro de 2009.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: UNB, 2000.

DUSSEL Enrique. **Introducción a la filosofía de la liberación**. Bogotá: Universidad Santo Tomas, 1979.

_____. **20 Teses de política**. Buenos Aires: Clacso, 2007.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Disponível em
<<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/241012/Gran-Colombia>>.
Acesso em 05 de fevereiro de 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

IZARRA, William E. Disponível em
<<http://www.aporrea.org/ideologia/a45028.html>> . Acesso em 29 de novembro de 2008.

JONES, Bart. **Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da Revolução Permanente**. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

JARDIM, Cláudia. Disponível em
<<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/especiais/especial-venezuela/oligarquias-e-caciques-politicos-vao-resistir-ao-avanco-do-poder-popular>> Acesso em 24 de janeiro de 2009.

LACLAU, Ernesto. A política e os limites da modernidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org). **Pós-modernismo e política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

_____; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estratégia socialista: Hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

_____. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1993.

_____. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel. 1996.

_____. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

_____. **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

LAMBERT, Renaudt. Disponível em
<<http://diplo.uol.com.br/imprima1389>> Acesso em 15 de janeiro de 2009.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. São Paulo: Método, 2006.

MAISONNAVE, Fabiano. Folha de S.Paulo, 02 de dezembro de 2007.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: UNESP, 2008.

_____. **A Venezuela que se inventa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARTINS JUNIOR, José Wilson. Disponível em
<http://www.iela.ufsc.br/?page=noticias_visualizacao&id=135> Acesso em 15 de junho de 2009.

MARX, Karl. **Simón Bolívar por Karl Marx**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MENDONÇA, Daniel de. **Democracia sem Democratas**: uma análise da crise política no governo João Goulart (1961-1964). Porto Alegre: tese de doutorado defendida em 2006 no Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Ciência Política da UFRGS.

_____; RODRIGUES, Leo Peixoto (Orgs.). **Ernesto Laclau & Niklas Luhmann**. Pós-fundacionalismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais. Porto Alegre: EDIPUC, 2006.

_____. (Orgs.). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUC, 2008.

MOUFFE, Chantal. **The return of the political**. London: Verso, 1993.

RAMONET, Ignácio. Disponível em
<<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/janeiro/a-crise-politica-do-forum-social-mundial/>> Acesso em 12 de janeiro de 2009.

_____. **The democratic paradox**. London: Verso, 2000.

PINTO, Céli Regina J. **Notas a Propósito de Ernesto Laclau**. En publicacion: Revista de Ciencias Sociales, no. 15. DS, Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay: Uruguay. 1999 0797-5538, 1999.

_____. <[Http://Www.Rau.Edu.Uy/Fcs/Soc/Publicaciones/Revista/Revista15/Jardim.Html](http://Www.Rau.Edu.Uy/Fcs/Soc/Publicaciones/Revista/Revista15/Jardim.Html)> Acesso em 06 de setembro de 2009.

QUIROS, C. **Simon Bolívar**: cavallero andante de la libertad. Caracas:1976.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. São Paulo, Record, 2008.

RIBEIRO, D. **América latina**: a pátria grande. Rio de Janeiro: Abril, 1986.

SARAMAGO, José. **As intermitências da morte**. São Paulo: Martins fontes, 2005.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **O Poder Constituinte**. São Paulo: Saraiva, 2008.

TORREALBA, Ana. Disponível em <<http://alopresidente.gob.ve/poder-populacho/comunidad--villa-de-guadalupe-digno-ejemplo-del-poder-comunal.html>> Acesso em 16 de novembro de 2008.